

Mensagem da Administração

Desde 2003, quando introduziu o Planejamento Estratégico como instrumento norteador das ações e dos investimentos da Companhia, a COPASA vem conquistando resultados que a transformaram em referencial de excelência para o setor de saneamento. O coroamento de todo esse processo, foi a conquista pela COPASA de um prêmio inédito entre as companhias de saneamento do Brasil, sejam elas estaduais ou municipais, públicas ou privadas: o Troféu Ouro - Rumo a Excelência, pelo PNQS – Prêmio Nacional da Qualidade em Saneamento, chancelado pela ABES - Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental. A Companhia foi laureada por apresentar práticas gerenciais compatíveis com o Modelo de Excelência em Gestão, reconhecido internacionalmente.

Acompanhando o cenário de aceleração da economia, a COPASA encerrou o exercício com uma receita operacional líquida de água e esgoto, não se levando em consideração as receitas de construção, por conta da adoção do IFRS – Internacional Financial Reporting Standards pela Companhia, de R\$ 2,32 bilhões, o que representa um crescimento de 5,5% sobre o resultado alcançado em 2009, e EBITDA ajustado de R\$ 923 milhões (lucro antes dos juros, impostos, depreciações e amortizações), com uma margem de 38,5%.

Em 2010, os investimentos totalizaram R\$ 838,3 milhões, montante aplicado, principalmente, em sistemas de abastecimento de água (R\$ 358,7 milhões) e em sistemas de coleta e tratamento de esgotos (R\$ 457,5 milhões).

Como consequência do volume de investimentos realizados, o mercado consumidor da Companhia, considerando-se a Controladora e a COPANOR - COPASA Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S.A., cresceu de forma relevante. Em relação ao abastecimento de água, a população atendida aumentou em 401 mil pessoas, um incremento de 3,1% no ano, atingindo a uma população total de aproximadamente 13,2 milhões de habitantes conectados à rede distribuidora. Quanto aos sistemas de esgotamento sanitário, também considerando-se a Controladora e COPANOR, o número total de pessoas beneficiadas com esses serviços atingiu 7,8 milhões de habitantes, um incremento de 3,2%, ou seja, 243 mil pessoas. Foram assinados 17 novos contratos de concessão para prestação de serviços, sendo 3 de água e 14 de esgotamento sanitário. Foram também renovadas as concessões de 28 sedes municipais, sendo 23 com serviços de abastecimento de água e 5 com serviços de esgotamento sanitário.

A questão do tratamento de esgotos, um dos mais importantes compromissos da Companhia com a Sociedade, recebeu investimentos da ordem de R\$ 171,1 milhões em 2010 com expressivo aumento do volume de esgoto tratado, que atingiu 157,1 milhões de m³, uma elevação de 23,72% em relação ao ano de 2009. Dentre as principais ações destacam-se (i) o início de operação de 14 Estações de Tratamento de Esgotos em diversas cidades de Minas, dentre as quais destacamos: Montes Claros; Três Marias; Betim (Central); Serro; Alfenas; Taiobeiras; João Pinheiro e Lavras (Água Limpa), e (ii) os investimentos realizados no âmbito do Programa Caça-Esgotos, que elimina os lançamentos indevidos nos cursos d'água da RMBH, encaminhando os esgotos para as estações de tratamento. A Companhia encerrou o ano com 110 estações em operação e mais 75 estão em construção, com previsão de término em 2011 e 2012.

Resultamos, ainda, o desempenho do indicador Água Não Convertida em Receita, que apura o nível de perdas da Companhia e é um dos mais utilizados e mais importantes dentro do setor de saneamento, que tem apresentado sucessivas reduções ao longo de seus anos, tendo atingido em 2010 uma melhoria de cerca de 3% em relação ao ano anterior. Este desempenho decorre do desenvolvimento do PRPA - Programa de Redução de Perdas de Água, que a Companhia vem implementando desde 2003, sendo utilizado como modelo de referência para as empresas de saneamento no Brasil.

Merece destaque também o Índice de Inadimplência da Companhia, que é um dos menores dentre as companhias estaduais de saneamento do Brasil, e que reflete a eficiência das políticas comerciais que a Companhia vem adotando ao longo de sua história. Este índice vem diminuindo de maneira constante nos últimos anos, tendo atingido 1,32% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, contra 1,54% do ano anterior.

Mostrando o compromisso assumido pela Companhia de assegurar a sustentabilidade econômica e ambiental do negócio, em 2010 entrou em funcionamento na Estação de Tratamento de Esgotos do Ribeirão Arrudas, localizada na Região Metropolitana de Belo Horizonte, uma central termoeletrica que transformará o gás produzido no processo de tratamento de esgoto em energia elétrica. Esta central, além de reduzir a emissão de gases poluentes na atmosfera, propiciará uma economia de até R\$ 2,7 milhões por ano no gasto com energia elétrica. A inclusão da companhia no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&F Bovespa - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, reforça mais ainda o reconhecimento do mercado e da sociedade por suas práticas de responsabilidade socioambiental e sustentabilidade empresarial.

As práticas de gestão e os resultados que têm sido alcançados pela COPASA, já há algum tempo, ultrapassam as fronteiras nacionais. Recentemente, por recomendação do Banco Mundial, uma delegação com representantes do Governo Federal Indiano esteve em Minas Gerais para conhecer os detalhes do modelo de gestão da Companhia, e buscar o know-how da Companhia na prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, principalmente em sistemas simplificados para comunidades de pequeno porte.

Finalmente, em nome da Diretoria da COPASA, agradeço a todos: empregados, clientes, fornecedores e demais parceiros pelos resultados alcançados em 2010. Tais resultados demonstram a consistência da estratégia da Companhia e a necessidade de perseverança no seu prosseguimento.

1. Conjuntura Econômica

A economia brasileira apresentou uma forte recuperação no ano de 2010, com um crescimento do PIB em torno de 7% de acordo com dados preliminares do IBGE.

Esse crescimento foi fundamentado principalmente pela forte demanda interna vinculada aos estímulos de governo adotados no enfrentamento da crise global e ainda pela recuperação dos preços internacionais das commodities proporcionando assim, um retorno da economia brasileira aos patamares pré-crise.

A economia de Minas Gerais, estando em que concentramos a nossa atuação, também se recuperou significativamente, tendo sido observado melhorias relevantes nos setores industrial, comercial e de serviços.

Devido à forte demanda interna, a inflação voltou a preocupar ao longo de 2010 e o IPCA fechou o ano em 5,91%, acima da meta estabelecida pelo governo federal de 4,5%. Dessa forma o Banco Central elevou a taxa de juros básica de 8,75%, no início do ano, para 10,75% em julho e mantendo-a nesse patamar até o final do ano.

O cenário internacional foi marcado por altos e baixos. A economia dos EUA desacelerou a partir do 2º trimestre, ameaçando um retorno à recessão e a crise fiscal na zona do Euro intensificou-se. A partir do terceiro trimestre as surpresas positivas voltaram a dominar com a retomada da trajetória de crescimento por parte dos EUA e Alemanha.

A liquidez internacional excessiva, motivada por políticas anti-cíclicas adotadas pelos governos norte americano e europeus para lidar com a crise, provocaram forte fluxo de capitais para os países emergentes com forte impacto no câmbio e preços das commodities.

O que se observa ao fim de 2010 é que os desbalanços da economia global ainda não se dissiparam e se espera para 2011 um crescimento moderado nos países desenvolvidos. Para o Brasil espera-se a continuidade do crescimento econômico e dos investimentos, sobretudo em infraestrutura.

O setor de saneamento em 2011 continuará demandando maciços investimentos e a COPASA planeja a continuidade de sua política de crescimento e melhoria dos serviços prestados à sociedade.

Cenário Atual do Saneamento Básico

Osor de saneamento básico vem passando por importantes mudanças a partir da promulgação da Lei nº 11.445, em janeiro de 2007, e posterior regulamentação da citada lei pelo Decreto nº 7.217, de 21 de junho de 2010.

Em agosto de 2009 foi criada pelo Governo de Estado de Minas Gerais, a ARSAE-MG - Agência Reguladora dos Serviços de Água e Esgoto de Minas Gerais, que tem por finalidade fiscalizar e orientar a prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, bem como editar normas técnicas, econômicas e sociais para a sua regulação, envolvendo todas as concessões de serviços no âmbito da COPASA.

Foram estabelecidas pela ARSAE-MG novas normas para a prestação dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, e encontram-se em fase de definição a metodologia de revisão de tarifas de água e esgoto e o elenco de contas regulatório.

O fluxo dos recursos financeiros para realização dos investimentos vem sendo mantido nos últimos 8 anos, quer seja por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social - BNDES (FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador e PAC - Programa de Aceleração de Crescimento) ou Caixa Econômica Federal - CEF (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS), o que tem gerado muitas oportunidades para o desenvolvimento do setor de saneamento, estando previsto para serem investidos entre os anos de 2011 e 2014, pelo Governo Federal, cerca de R\$ 40 bilhões. Em Minas Gerais, a COPASA tem se valido desses recursos para incrementar o seu parque de concessões, principalmente de esgoto sanitário, e para realizar a melhoria dos serviços prestados e a expansão dos sistemas públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.

Esses fatos sinalizam novos tempos para o setor de saneamento, porém, questões importantes, tais como: (i) a titularidade dos serviços nas regiões metropolitanas, (ii) o desenvolvimento tecnológico, (iii) a consolidação das questões regulatórias, (iv) a desoneração tributária do setor, e (v) a entrada do capital privado para ajudar no financiamento do setor, dentre outras, ainda precisam ser equacionadas para que se possa atingir o leque de sanidade universalização dos serviços.

2. Expansão do Negócio

2.1 - Concessões dos Serviços de Água e Esgoto

Cumprindo a sua missão institucional de ser um agente do desenvolvimento econômico e social do Estado de Minas Gerais, a COPASA não só ampliou e assegurou o atendimento nas áreas onde já atuava, como também expandiu seu mercado, assinando novas concessões para abastecimento de água nas sedes municipais de Presidente Bernardes, Santo Antônio do Aventureiro e Felisburgo. Foram, ainda, assinadas novas concessões de esgotamento sanitário nas seguintes sedes municipais: Bom Jesus da Penha, Cabo Verde, Carmo da Cachoeira, Cruzília, Itamarandiba, Mateus Leme, Montalvânia, Natércia, Pedra Azul, Presidente Bernardes, Santo Antônio do Aventureiro, São Joaquim de Bicas, São Sebastião do Paraíso e Tiradentes.

Todos os contratos, tanto de novas concessões como de renovações, foram firmados de acordo com a Lei Federal nº 11.445.

Também foram renovadas concessões em sedes municipais, sendo 23 serviços de abastecimento de água e 5 de esgotamento sanitário.

As concessões renovadas de abastecimento de água são: Bom Jesus da Penha, Cabo Verde, Caputira, Carmo da Cachoeira, Cruzília, Itamarandiba, Iturama, Mateus Leme, Montalvânia, Natércia, Nova Serra, Nova Serrana, Pedra Azul, Porteirinha, Presidente Olegário, Santa Rita do Ibitioca, Santana da Vargem, São Joaquim de Bicas, São Sebastião do Paraíso, São Vicente de Minas, Sarzedo, Teixeira e Tiradentes.

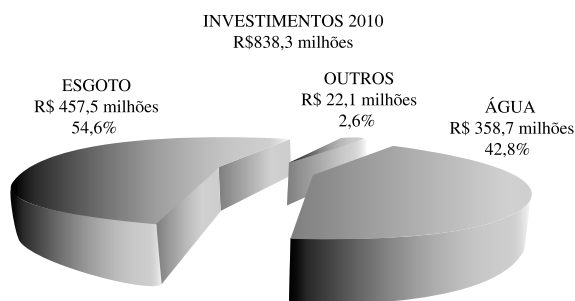
As concessões renovadas de esgotamento sanitário são: Iturama, Paracatu, Porteirinha, Santana da Vargem e Sarzedo.

Também em 2010, a subsidiária COPANOR assumiu a concessão da sede municipal de Felisburgo junto à prefeitura municipal.

Em virtude destas alterações, de forma consolidada a COPASA chegou ao final de 2010 como concessionária para prestação de serviços de água em 615 municípios e de esgotamento sanitário em 213 municípios, com uma margem de 38,5%.

2.2 - Investimentos

Os investimentos realizados em 2010 totalizaram R\$ 838,3 milhões. Desse total, R\$ 358,7 milhões foram investidos em sistemas de abastecimento de água e R\$ 457,5 milhões foram destinados aos sistemas de coleta e tratamento de esgotos e os R\$ 22,1 milhões restantes foram investidos em programas de melhoria operacional, desenvolvimento empresarial, bens de uso geral e outros.



As principais fontes de recursos utilizadas para realizar os investimentos em 2010 foram: recursos próprios e empréstimos obtidos junto à Caixa Econômica Federal e ao BNDES.

Com relação aos investimentos nos sistemas de abastecimento de água destacam-se as obras da Adutora de Integração, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, interligando os sistemas de abastecimento de água do aeropor de Confinos e das cidades, Lagoa Santa, São José da Lapa e Vespasiano ao sistema integrado da bacia do Rio das Velhas e do Paraopeba; os destinados à depoluição da Bacia do Rio das Velhas, dentro da Meta 2010 e as obras destinadas à ampliação e melhoria do Sistema Produtor do Rio das Velhas. Além desses investimentos, vários outros foram destinados à expansão da capacidade de atendimento dos sistemas de abastecimento de água de diversas cidades do interior, tais como: Cataguases, Mar de Espanha, Patos de Minas e Teófilo Otoni.

Os investimentos nos Sistemas de Esgotamento Sanitário se referem, principalmente, à implantação dos Sistemas de Esgotamento Sanitário de Brumadinho, Curvelo e Santos Dumont; às obras em andamento para construção de Estações de Tratamento em Betim (Central), Pará de Minas e Teófilo Otoni; à ampliação dos Sistemas de Esgotamento Sanitário de Pedro Leopoldo, Santa Luzia e Três Corações e à implantação do tratamento secundário da Estação de Tratamento de Esgotos do Ribeirão do Onça – ETE Onça.

A projeção dos investimentos para 2011 aprovada pelo Conselho de Administração está apresentada no quadro abaixo:

	RS milhões	2011
Sistemas de Abastecimento de Água		271,0
Sistemas de Esgotamento Sanitário		462,0
Outros		17,0
Total		750,0

2.3 - Principais Programas e Ações Implementados em 2010

A COPASA desenvolveu e implantou diversos programas e ações durante o ano de 2010, merecendo destaque os que se seguem:

- O plano de crescimento da Companhia em 2010 apresentou os seguintes resultados: foram assinados 17 novos contratos de concessão, sendo 3 para prestação do serviço de abastecimento de água e 14 de esgotamento sanitário; renovadas as concessões com 28 sedes municipais, sendo 23 com serviços de abastecimento de água e 5 com serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.
- Continuidade das obras de recuperação da bacia do Rio das Velhas. De 2003 até o final de 2010 foram investidos R\$ 1,3 bilhão em obras que irão contribuir para melhorar a qualidade das águas do Rio das Velhas. Algumas ações já estão concluídas com a implantação do tratamento secundário da ETE Onça.
- Continuidade das obras da Linha Azul, empreendimento que interligará os sistemas produtores Rio das Velhas e do Paraopeba com o objetivo de garantir o abastecimento de água à população da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). As obras já avançaram em mais de 90% de seu cronograma inicial e sua conclusão está prevista para o final de 2011.
- A Estação de Tratamento de Esgoto do Ribeirão do Onça - ETE Onça teve sua eficiência reconhecida pelo Programa de Depoluição de Bacias (PRODES), do Governo Federal, via Agência Nacional de Águas - ANA. A COPASA já recebeu R\$ 4 milhões da ANA como pagamento pela qualidade do efluente que está sendo devolvido à natureza após o tratamento de esgoto na referida ETE.
- Investimento de cerca de R\$ 200 milhões nas obras de ampliação da Estação de Tratamento de Esgotos ETE Arrudas. A capacidade da estação está sendo ampliada em 50%, de 2.250 l/s para 3.370 l/s.
- Entrada em funcionamento na ETE Arrudas de uma central termoeletrica, que transformará o gás produzido no tratamento de esgoto em energia. A potência dessa central atingirá os 2,4 megawatts, quantidade suficiente não só para abastecer todas as atuais estruturas da ETE como também as que estão planejadas para serem construídas. A central propiciará uma economia de até R\$ 2,7 milhões por ano no gasto de energia elétrica. É a COPASA adotando práticas de desenvolvimento sustentável, preservando os recursos naturais para gerações futuras.
- Continuidade das ações de cooperação com o Governo do Estado de Minas Gerais no atendimento a pequenas localidades carentes de infraestrutura sanitária, sob cobertura de convênio pelo qual a Companhia é ressarcida dos gastos efetuados. Essas ações estão contidas no programa estruturador do Governo de Minas denominado "Saneamento Básico: mais saúde para todos".
- Inauguração da Estação de Tratamento de Esgoto de Montes Claros. A estrutura do empreendimento envolveu a implantação de 26 quilômetros de redes de interceptores e de 50 quilômetros de redes coletoras ao longo dos rios e córregos que atravessam a cidade, contribuindo para a preservação ambiental.
- A cidade de Lavras, que já contava com uma estação de tratamento de esgoto em operação (ETE Vista Alegre), recebeu mais duas estações em 2010 (ETE Água Limpa e ETE Ribeirão Vermelho). As três juntas têm capacidade para tratar 100% do esgoto coletado na cidade.

Outras ações relevantes:

- Com o objetivo de alinhar as informações entre a área de comunicação e as demais unidades da COPASA, foi criado, em 2010, o SOS COPASA, um programa de gerenciamento de crises que permite ações proativas na solução de possíveis ocorrências que possam afetar a imagem da Companhia.
- Uma solução tecnológica que permitirá a racionalização e a modernização da gestão de documentos foi desenvolvida em 2010. Trata-se do sistema GED - Gerenciamento Eletrônico de Documentos. O sistema possibilita a transformação dos arquivos físicos em arquivos digitais, propiciando uma redução dos custos com insumos como papel, tinta, malote, frota, entre outros. Com um sistema de busca o usuário credenciado poderá acessar e consultar documentos sem a necessidade de imprimi-lo.
- A COPASA foi autorizada pelo seu Conselho de Administração a participar de forma minoritária, da Sociedade de Propósito Específico - SPE, constituída pelas empresas Odebrecht Engenharia Ambiental e Lumina Resíduos Industriais S.A em Jeceaba-MG. A empresa FZ de Jeceaba da qual a COPASA é acionista, é responsável pela implementação de projeto na modalidade DBOT, visando o design, construção, operação e manutenção de sistemas de utilidades, isto é, sistemas de valioses elétricas, água, efluentes e resíduos para a usina siderúrgica, de propriedade da Vallourec & Sumitomo, Tubos do Brasil Ltda.

2.4 - Cooperação Técnica

A COPASA desenvolve diversas atividades de cooperação técnica com municípios, companhias de saneamento e com o setor privado, no Brasil e no exterior. Tais atividades, na modalidade de assistência técnica ou de consultoria, englobam: análises de água; ensaamento de cilindros de cloro; manutenção de hidrômetros; perfuração, montagem e manutenção de poços artesianos; projetos e obras de sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário; assistência comunitária; educação sanitária e ambiental; fornecimento de água por meio de caminhão-pipa; instalação de estações meteorológicas automáticas; publicações técnicas, entre outras. Entre os trabalhos em andamento em 2010, destacam-se:

2.4.1 - EPAL - Empresa Pública de Águas (Luanda - Angola)

Em maio de 2010 a COPASA recebeu a visita do Secretário de Estado para as Águas do Governo de Angola e do Chefe do Gabinete do Secretário de Estado para as Águas e, em

novembro, do Presidente Diretor Geral e Presidente do Conselho de Administração da EPAL, sempre acompanhados de membros da diretoria da Construtora Norberto Odebrecht, parceira da Companhia em convênios anteriores. Tais visitas tiveram como objetivo a retomada da parceria considerada um sucesso para as partes envolvidas. Particularmente do convênio que esteve em vigor de dezembro de 2006 até novembro de 2009, nas atividades de cooperação nas modalidades de assistência técnica e transferência de tecnologia em abastecimento público de água na cidade de Luanda, fôcica, em especial durante o ano de 2009, a preparação de unidades de tratamento de água daquela companhia para certificação ISO. Essa atividade contemplou mudanças de paradigma e comprometimento das equipes envolvidas no processo, com avanços consideráveis, mostrando um amadurecimento técnico e funcional de toda a equipe.

2.4.2 - SANECAP - Cuiabá (MS)

Em vigor desde outubro de 2007, o Convênio de Cooperação Técnica com o município de Cuiabá promoveu avanços consideráveis no período, com ações de consultoria nas áreas de recursos humanos, informática, financeira, comercial e operacional além de fornecer soluções no intuito de aperfeiçoar a qualidade dos serviços prestados.

O termo de cooperação tem por finalidade auxiliar o Programa de Reestruturação Empresarial da Companhia de Saneamento da Capital buscando racionalizar, modernizar e aperfeiçoar os processos operacionais, comerciais e gerenciais da SANECAP, visando o incremento da receita operacional. Por meio da capacitação dos empregados e otimização dos processos a SANECAP já está mensurando os resultados.

As ações constantes no convênio formalizado com a SANECAP desde 2007 prosseguiram dentro do previsto durante o ano de 2010, sempre visando a reestruturação da empresa, sob o ponto de vista institucional e operacional. Pode-se destacar como a atividade de maior relevância no período a assessoria na área de Recursos Humanos, Planejamento Estratégico e em Terceirização de Serviços.

2.5 - Subsidiárias

A COPASA vem atuando também por meio de três subsidiárias. Dentre as ações por elas desenvolvidas destacamos:

COPANOR - COPASA Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S.A.

A COPASA Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S.A. - COPANOR, atual concessionária para a prestação de serviços de tratamento de água e esgotamento sanitário nas localidades com população entre 200 e 5.000 habitantes na Região Norte e Nordeste do Estado, já está operando em 64 localidades com população estimada em 150.000 habitantes.

Em 2010 foram investidos R\$ 100,12 milhões para a aquisição de materiais e equipamentos, perfuração de poços, na construção de 85 novos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, etc; e há a previsão de investimentos de R\$ 80 milhões em 2011. Todos os investimentos têm como fonte de recursos o Governo do Estado de Minas Gerais, repassados por meio do Convênio 025/2007, firmado com a Secretaria de Estado da Saúde. Imediatamente após a conclusão das obras, a COPANOR iniciará a operação dos sistemas, aumentando assim, a sua base de clientes.

A COPANOR encerrou o exercício de 2010 com 143 empregados.

COPASA Serviços de Irrigação S/A

Em agosto de 2007, foi criada a COPASA Serviços de Irrigação S/A, uma subsidiária integral sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, para a operação e gerenciamento do sistema de irrigação de uso comum da Etapa II do Projeto Jaíba. A área total ocupada pelo projeto é de 34,8 mil hectares, dos quais 11,3 mil correspondem à área de reserva ambiental e 19,3 mil efetivamente destinados à irrigação. O Jaíba é um projeto de perímetro de irrigação conjunto, promovido pelo Governo Federal e Governo do Estado de Minas Gerais, concebido para ser um catalisador do desenvolvimento econômico e social da região norte de Minas Gerais.

Em março de 2008, a COPASA Serviços de Irrigação S/A iniciou a operação do sistema de irrigação do Projeto Jaíba II, a partir da formalização de um Convênio de Cooperação Técnica e Financeira com o Estado de Minas Gerais, por intermédio de sua Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAPA e da Fundação Rural Mineira - RURALMINAS. De acordo com esse convênio serão realizados, com aporte do Governo do Estado de Minas Gerais, investimentos da ordem de R\$ 7,5 milhões destinados à adequação da infraestrutura operacional, bem como aquisição de máquinas e equipamentos.

A COPASA Serviços de Irrigação S/A encontrou a Etapa II do Projeto Jaíba com uma baixa ocupação. Somente 33% da área destinada à irrigação tinha iniciado as atividades. No fim de 2008, com apenas 10 meses de atuação, a área irrigada saltou para 37% do total, e no fim do ano de 2009 atingiu cerca de 50%, gerando um faturamento da ordem de R\$ 4,8 milhões. Já no fim de 2010, a ocupação atingiu 55% do total da Etapa II, proporcionando um faturamento da ordem de R\$ 5,1 milhões.

O eminente crescimento é proveniente da segurança que a prestação de serviços da COPASA Serviços de Irrigação S/A gerou nos investidores da agricultura irrigada, e demonstra que a Etapa II do Projeto Jaíba deixa de ser um perímetro irrigado em fase de implantação e caminha para sua maturidade. A expectativa é que no final de 2011 cerca de 11,5 mil hectares (60% da área) estejam ocupados por produção agrícola e gerando um faturamento de aproximadamente R\$ 6,3 milhões.

A COPASA Serviços de Irrigação S/A encerrou o exercício de 2010 com 36 empregados.

COPASA - Águas Minerais de Minas S/A

Durante o ano de 2008 foram iniciadas as atividades da "COPASA Águas Minerais de Minas" - subsidiária integral, sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, com a operação da planta da cidade de Caxambu e comercialização da água mineral de mesmo nome.

Após a reestruturação da planta de Caxambu em agosto de 2008, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA concedeu a licença para o envase e comercialização do produto, que é apresentado nas versões água mineral gasosa e água mineral natural, ambas em garrafas exclusivas de 330 e 510 ml.

Durante o ano de 2009 a fábrica de Caxambu foi totalmente remodelada e recebeu equipamentos mais modernos. Em 2010 trabalhamos a consolidação da marca e foi empreendido um esforço contínuo para que a planta de Cambuquira possa ser a próxima a ser inaugurada. Para 2011, além de Cambuquira estaremos inaugurando as plantas de Araxá e Lambari que deverão ser adquiridas para posterior obtenção do licenciamento junto à ANVISA. Nas quatro cidades produtoras, o parque tecnológico das fábricas está sendo completamente reformulado, ganhando novas instalações e equipamentos.

A COPASA Águas Minerais de Minas encerrou o exercício de 2010 com 42 empregados.

3. Desempenho Operacional

3.1 - Dados de Atendimento

A população atendida com abastecimento de água, considerando a Controladora e a COPANOR, aumentou em 401 mil pessoas, um incremento de 3,1%, atingindo cerca de 13,2 milhões de habitantes no final de 2010.

Este desempenho resulta do crescimento da Controladora e COPANOR no número de ligações, que apresentou acréscimo de 116 mil ligações faturadas de água. A rede de distribuição de água foi ampliada em 4,6% (1.926 km), perfazendo um total de 43.544 km.

COPASA - CONSOLIDADO ⁽¹⁾				
ATENDIMENTO COM ABASTECIMENTO DE ÁGUA				
Item	Unidades	2010	2009	
Municípios com concessão	Número	615	612	
Municípios com operação	Número	603	603	
População atendida	Mil habitantes	13.157	12.756	
Ligações faturadas	Mil unidades	3.501	3.385	
Extensão de rede	Km	43.544	41.618	
Volume de água faturado ⁽²⁾	1.000 m ³ /ano	628.902	604.697	

⁽¹⁾ Dados consolidados (inclui as localidades operadas pela subsidiária COPANOR).
⁽²⁾ O volume de água faturado em 2009 foi alterado devido a ajustes nos dados da subsidiária COPANOR.

Com relação aos sistemas de esgotamento sanitário, a expansão foi maior, resultado do esforço empreendido para aumentar a cobertura. O número de municípios operados passou de 150 municípios, em 2009, para 161 no ano de 2010, beneficiando uma população total de 7,8 milhões de habitantes, com incremento de 243 mil pessoas atendidas.

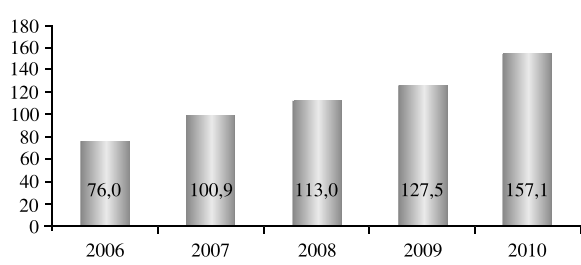
Esse atendimento é realizado por meio de 1,96 milhão de ligações faturadas de esgoto, representando um aumento de 99 mil ligações (5,3%) em relação ao ano de 2009. Dessas, cerca de 30 mil referem-se ao início de faturamento de novas localidades. A rede coletora expandiu 1.725 km, totalizando mais de 17 mil km.

COPASA - CONSOLIDADO ⁽¹⁾				
ATENDIMENTO COM ESGOTAMENTO SANITÁRIO				
Item	Unidades	2010	2009	
Municípios com concessão	Número	213	199	
Municípios com operação	Número	161	150	
Ligações faturadas ⁽²⁾	Mil unidades	1.956	1.857	
População atendida	Mil habitantes	7.782	7.539	
Extensão de rede	Km	17.052	15.327	
Volume de esgoto faturado	1.000 m ³ /ano	382.273	357.063	
Volume de esgoto tratado	1.000 m ³ /ano	157.062	127.462	

⁽¹⁾ Dados consolidados (inclui as localidades operadas pela subsidiária COPANOR).
⁽²⁾ Dados apenas da controladora

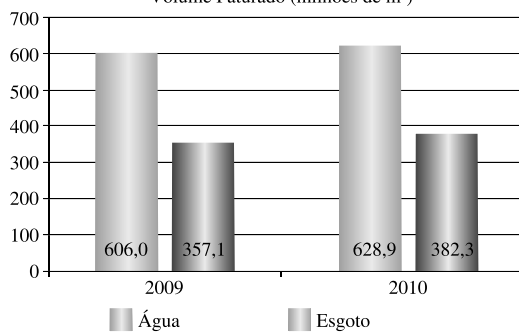
Destaca-se, ainda, o avanço significativo do volume de esgoto tratado pela Companhia, que atingiu 157,1 milhões de m³, com elevação de 23,7% em relação ao ano anterior, devido ao início de operação de 14 Estações de Tratamento de Esgotos - ETEs - em diversas cidades do Estado, entre as quais se destacam: Montes Claros; Três Marias; Betim (Central); Serro; Alfenas; Taiobeiras; João Pinheiro e Lavras (Água Limpa).

Volume de Esgoto Tratado (milhões de m³)



Em 2010, a expansão da Companhia elevou o volume faturado de água em 24,2 milhões de m³ (4,0%) e em 25,2 milhões de m³ (7,1%) o volume faturado de esgoto. A ampliação dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário nas localidades, que já eram operadas, e o início de faturamento de sistemas de esgoto em novas localidades, como as sedes municipais de Carmo do Paranaíba; Divino; Estrela do Sul; Buritis; Natércia e Prados, contribuíram para este crescimento.

Volume Faturado (milhões de m³)



Ressaltamos, também, o resultado bastante positivo da produtividade do quadro de pessoal, a qual é medida pela relação empregados/1.000 ligações (água + esgoto) que passou de 2,19 empregados/1000 ligações em 2009, para 2,12 em 2010, devido, principalmente, ao crescimento verificado no número de ligações.

O quadro a seguir apresenta, para o período indicado, o desempenho de alguns indicadores operacionais/comerciais:

COPASA – Consolidado				
INDICADORES DE DESEMPENHO OPERACIONAL/COMERCIAL				
Item	Unidades	2010	2009	
1 – Empregados(¹).....	Número	11.579	11.540	
2 – Empregados / Ligações (A+E).....	Emp./mil ligações	2,12	2,19	
3 – Volume Faturado ÁGUA.....	1.000 m³/ano	628.902	604.697	
ESGOTO.....	1.000 m³/ano	382.273	357.063	
TOTAL.....	1.000 m³/ano	1.011.175	961.760	
4 – Volume de Água produzido.....	1.000 m³/ano	892.997	867.070	
5 – Índice de Hidrometração(²).....	%	99,91	99,89	
6 – Índice de Perdas de Faturamento(³) e (⁴).....	%	29,6	30,5	
7 – Água não Convertida em Receita(⁵).....	L/Ligação/Dia	236,4	243,4	

(¹) Consolidado (COPASA + COPANOR)

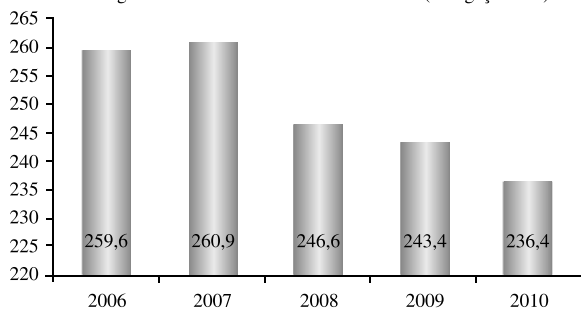
(²) Dados da Controladora

(³) Média anual

O indicador Água Não Convertida em Receita – ANCR –, que representa a diferença entre o volume distribuído e o volume efetivamente faturado aos consumidores devido basicamente as perdas reais de água decorrentes do rompimento de tubulações, furtos e imprecisões de medição, atingiu 236,4 l/lig/dia, em 2010.

Deve-se ressaltar que em relação a este indicador, um dos mais utilizados e mais importantes do setor, os resultados da Companhia vêm sendo referência para as companhias de saneamento e o Programa de Redução de Perdas de Água no sistema de distribuição – PRPA –, aqui desenvolvido, está sendo utilizado como modelo de referência para empresas de saneamento do Brasil e do exterior.

Água não Convertida em Receita ANCR (L/Ligação/Dia)



O índice de inadimplência total, que corresponde à divisão do saldo de contas a receber pelo valor total faturado, considerando dados acumulados desde janeiro de 1998, apresentou decréscimo neste exercício, de 0,22 ponto percentual, sendo considerado um dos melhores do País e referência para as demais companhias que atuam no setor.

	2010	2009
INADIMPLÊNCIA TOTAL.....	1,32 %	1,54 %

Nossos índices de inadimplência vêm diminuindo de maneira constante nos últimos anos, como consequência da eficiência de nosso sistema de cobrança e da política de negociação de débitos com grandes clientes.

3.2 - Controle de Qualidade da Água

A rede laboratorial da COPASA foi toda reestruturada nesses últimos anos. Todos os laboratórios foram reformados ou construídas novas unidades. Esta rede subdividiu-se em Laboratórios Central, Regionais e Distritais, totalizando 29 laboratórios, e centenas de Laboratórios Locais, os quais estão distribuídos por todo o Estado e cobrindo todas as localidades operadas pela Companhia. Esses laboratórios foram incrementados tanto física como tecnicamente, sendo aplicados investimentos da ordem de 16,3 milhões de reais. São laboratórios modernos e dotados de equipamentos de última geração que estão em pleno funcionamento, realizando mais de um milhão de análises mensais.

A Portaria nº 518, de 25 de março de 2004, editada pelo Ministério da Saúde que regula a qualidade da água a ser distribuída à população, estabelece os padrões de potabilidade da água para consumo humano no Brasil, que equivalem aos padrões internacionais adotados em países desenvolvidos.

A COPASA busca sempre atender à regulamentação em vigor e, para tanto, possui um rigoroso sistema de controle de qualidade que realiza análises antes, durante e depois do processo de tratamento da água, assim como em milhares de pontos, tecnicamente selecionados, em todo o monitora das redes de distribuição por onde corre a água a ser entregue à população. O rigor na manutenção e controle de qualidade em todas as etapas da captação, tratamento e distribuição de água foi atestado pelo British Standards Institution – BSI, que recertificou, ainda em 2009, na nova versão, a norma ISO 9001:2008 do Sistema de Gestão da Qualidade do Laboratório Central, em Belo Horizonte, que é responsável pela gestão de toda a rede laboratorial da COPASA.

Desde março de 2006, nossos clientes estão recebendo informações sobre a qualidade da água que estão consumindo. Nas contas de água são informados os principais parâmetros estabelecidos pela Portaria 518, do Ministério da Saúde: cloro, cor, flúor, coliformes totais, turbidez, pH e Escherichia coli. Além disso, em nosso site divulgamos informações sobre parâmetros básicos de controle de qualidade da água de cada uma das localidades onde operamos o serviço público de abastecimento de água. Nesse site, disponibilizamos o Relatório de Qualidade de Água, de periodicidade anual que contém mais informações sobre qualidade da água, situações sobre proteção dos mananciais, descrição dos tipos de tratamento empregados com as devidas explicações e informações gerais sobre a localidade.

4. Desempenho do Resultado Financeiro

4.1 - Receitas

A receita operacional líquida de água e esgoto, não considerando as receitas de construção, advindas dos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, atingiu R\$ 2.322,6 milhões, um crescimento de 5,5% sobre os R\$ 2.202,2 milhões registrados em 2009. Essa elevação pode ser explicada pelo incremento da prestação de serviços a 401 mil clientes com o abastecimento de água e 243 mil clientes com esgotamento sanitário, resultado do esforço da Companhia em aumentar a cobertura dos serviços no Estado; e pelo reajuste tarifário aplicado a partir do consumo de março de 2010.

Abaixo quadro comparativo da receita operacional líquida em 2010 e 2009:

RECEITAS CONSOLIDADAS (RS MIL)	2010	2009
Receita Líquida – Água.....	1.724.112	1.645.166
Receita Líquida – Esgoto.....	597.227	556.751
Receita de Produtos Acabados.....	1.224	313
Total.....	2.322.563	2.202.230

4.2 - Custos Operacionais

Os custos operacionais, que compreendem os custos dos serviços prestados, as despesas administrativas e as despesas comerciais, excluindo-se os custos de construção, reconhecidos em conformidade com os Pronunciamentos do CPC, totalizaram R\$ 1.651,2 milhões no exercício de 2010, contra R\$ 1.549,5 milhões registrados no exercício de 2009. Nesse período, enquanto os custos operacionais apresentaram incremento de 6,6%, a inflação medida pelo IGP-M – Índice Geral de Preços do Mercado foi de 11,3% e o crescimento do número de ligações de água e esgoto foi de 4,1%.

A tabela a seguir mostra, de forma detalhada, os custos da Companhia em 2010 e 2009:

RS MIL	2010	2009
Custos e Despesas Operacionais totais.....	1.651.156	1.549.542
Pessoal.....	749.317	670.808
Depreciações e amortizações.....	269.584	264.738
Energia elétrica.....	216.478	211.375
Serviços de terceiros.....	232.411	214.181
Material.....	93.062	100.844
Custos operacionais diversos.....	34.358	26.850
Repasse tarifário municípios.....	56.684	55.775
Créditos tributários.....	(50.837)	(47.097)
Provisão para Devedores Duvidosos.....	50.099	52.068

Os itens que mais contribuíram para a elevação dos custos da COPASA no ano de 2010, em comparação com 2009, foram:

- Pessoal: elevação de 11,7%, devido ao Acordo Coletivo da categoria assinado em 1º de maio de 2010, que é a data base da Companhia; elevação dos gastos com Seguros de Acidentes de Trabalho resultante da alteração da tabela RAT - Risco Acidente do Trabalho; e o Programa de Demissão Voluntária – PDV, que implicou no desligamento de 63 empregados e representou um custo de R\$ 3,6 milhões.
- Serviços de terceiros: elevação de 8,5% devido a novos contratos de prestação de serviços e renovações de contratos cujos insumos tiveram realinhamento de preços superior à inflação medida pelos índices de preços do período.

Por outro lado, foi registrada uma redução com o item Material, em função da diminuição nos gastos com materiais de tratamento e com materiais de conservação, manutenção de bens administrativos e de sistemas.

4.3 - Receita e Custos de Construção

Tendo em vista os pronunciamentos do CPC 17, em conjunto com o ICPC 01, (ver notas explicativas), a Companhia registrou receita de construção no valor de R\$ 915,6 milhões, tendo como contrapartida custos de construção no valor de R\$ 893,6 milhões, perfazendo assim uma receita de construção líquida de R\$ 21,9 milhões. Como esse resultado líquido não teve efeito caixa, a Companhia não está considerando tais valores no cálculo do EBITDA, pois entende que tal valor representa apenas um ganho econômico.

A receita de construção, embora não apresente efeito caixa imediato, gera implicações no exercício em que é reconhecida, tendo em vista que seu resultado faz parte da base de cálculo para o pagamento do juro sobre o capital próprio/dividendos e da participação dos empregados nos lucros. Abaixo quadro comparativo da receita de construção nos dois últimos exercícios:

RECEITA DE CONSTRUÇÃO (RS MIL)	2010	2009
(+) Receita de Construção.....	915.508	1.068.403
(-) Custos de Construção.....	(893.606)	(1.041.489)
(=) Receita de Construção Líquida.....	21.902	26.914

4.4 - Outras Receitas (Despesas) Operacionais

A principal variação em outras receitas operacionais líquida de outras despesas operacionais deve-se à reversão da provisão do passivo atuarial líquido, resultante da nova estratégia previdencial da Companhia que consistiu no fechamento do Plano de Benefícios Definidos, e a criação dos Planos COPASA Saldado e COPASA Contribuição Definida – CD. Assim, após a conclusão do Laudo de Avaliação Atuarial, realizado em 31 de dezembro de 2010, foi realizada uma reversão no montante de R\$ 313,1 milhões, que somente pode ser apurada após o encerramento das opções dos funcionários. Essa reversão, embora afete positivamente os resultados do exercício, não gerará efeito caixa, pois se trata apenas de um ajuste contábil. (Para maiores detalhes, ver nota explicativa 17)

RS MIL	2010	2009
Outras receitas operacionais		
Receita de serviços técnicos.....	3.221	1.955
Reversão de provisão não dedutível.....	334.081	28.766
Recuperação de contas baixadas.....	43.918	10.005
Outras receitas.....	10.155	118.527
Total de outras receitas operacionais.....	391.375	159.253
Outras despesas operacionais		
Perdas eventuais ou extraordinárias.....	(74.609)	(124.490)
Outras despesas.....	(21.360)	(17.498)
Total de outras despesas operacionais.....	(95.969)	(141.988)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas.....	295.406	17.265

4.5 - Resultado Operacional da Companhia

Em relação ao resultado operacional, a COPASA apresentou em 2010 receitas totais líquidas (receita operacional líquida + outras receitas operacionais) de R\$ 2.713,9 milhões, enquanto os custos operacionais totais líquidos de depreciações e amortizações foram de R\$ 1.477,5 milhões, não se considerando as receitas e custos de construção. Com isso, o EBITDA em 2010 foi de R\$ 1.236,4 milhões com margem de 45,6%.

CÁLCULO DO EBITDA (RS/mil)	2010	2009
(+) Receita Líquida de Água e Esgoto.....	2.322.563	2.202.230
(+) Outras Receitas Operacionais.....	391.375	159.254
(=) Receita Líquida de Serviços.....	2.713.938	2.361.484
(-) Custos Operacionais, comerciais e administrativos.....	(1.651.156)	(1.549.542)
(-) Outras despesas operacionais.....	(95.969)	(141.988)
(=) Custos operacionais totais.....	(1.747.125)	(1.691.530)
(=) Lucro Operacional.....	966.813	669.954
(+) Depreciações e amortizações.....	269.584	264.738
EBITDA.....	1.236.397	934.692
Margem EBITDA.....	45,56%	39,58%

No entanto, se desconsiderarmos a reversão extraordinária da provisão do passivo atuarial líquido em 2010 e o Lucro na alienação de ativos para a COPANOR, item não recorrente em 2009, o EBITDA ajustado para esses anos seria:

CÁLCULO DO EBITDA AJUSTADO (RS/mil)	2010	2009
EBITDA.....	1.236.397	934.692
Margem EBITDA.....	45,56%	39,58%
(-) Reversão do Passivo Atuarial.....	(313.073)	
(-) Lucro na alienação de bens para a COPANOR.....		(6.080)
EBITDA Ajustado.....	923.324	928.612
Margem EBITDA.....	38,46%	39,42%

4.6 - Lucro Líquido e Rentabilidade

O lucro líquido consolidado apurado em 2010 foi de R\$ 677,1 milhões, o que significou uma rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido de 16,2% e superior ao registrado em 2009 em 28,9%, sendo que isto foi determinado considerando-se pela reversão da provisão do passivo atuarial líquido, que foi de R\$ 313,1 milhões. Entretanto, se excluirmos essa reversão e seus reflexos no imposto de renda e na contribuição social, o lucro líquido seria inferior ao registrado no ano anterior, e tendo contribuído significativamente para isso a aplicação do reajuste tarifário de apenas 3,96% em março de 2010. Tal reajuste, determinado pela ARSAE-MG, ficou muito abaixo da inflação registrada no período de março de 2008 a fevereiro de 2010.

4.7 - Remuneração aos acionistas e Participação nos Lucros

Em reunião do Conselho de Administração - CA realizada em 01/03/2011, e em acordo com a deliberação da Assembleia Geral Extraordinária - AGE de 28/04/2009, foi deliberada a alteração na distribuição dos dividendos relativos ao exercício de 2010 e na Participação dos Empregados no Lucro - PL, após análise dos resultados preliminares da Companhia em 2010, considerando:

- a) a conclusão do período de migração dos empregados do Plano de Previdência Complementar na modalidade de Benefício Definido para os planos COPASA Saldado e COPASA Contribuição Definida;
- b) a apuração dos impactos desse processo nas Demonstrações Financeiras da Companhia;
- c) que se trata de uma reversão de provisão contábil sem ingresso de recursos;
- d) que quando houve a decisão do CA em relação à distribuição do Juro sobre Capital Próprio - JCP do exercício de 2010, o processo de reformulação do plano previdencial estava em desenvolvimento, não havendo a menor possibilidade da Companhia prever seus impactos sobre o resultado do exercício, uma vez que tais impactos dependeriam dos cálculos atuariais que somente puderam ser conhecidos após o encerramento das opções dos funcionários;
- e) que o Regulamento do Programa de Participação dos Empregados nos Lucros prevê que o pagamento da PL será de no máximo 25% dos dividendos mínimos obrigatórios, ou seja, 6,25% do lucro líquido ajustado, percentual variável e não fixo;

Registra-se ainda que quando do reconhecimento contábil dessa provisão no exercício de 2008, a mesma não impactou o JCP e a PL pagas naquele exercício, face ao lançamento da provisão contra a reserva de lucros.

Diante disso, o Conselho de Administração decidiu que neutralizar os efeitos adversos sobre o caixa da Companhia que poderiam impactar negativamente os planos de negócios e de investimentos retificar a distribuição de dividendos a título de JCP, referente ao exercício de 2010, para 35% do lucro líquido, percentual que está acima do mínimo legal estatutário, e buscando um tratamento equânime entre os acionistas e empregados decidiu alterar o pagamento da PL para 17,8% dos dividendos mínimos obrigatórios, excepcionalmente para o ano de 2010.

Assim sendo, caso não tivesse sido registrada essa reversão, e considerando-se a distribuição de dividendos conforme Política anteriormente aprovada, o lucro líquido do exercício de 2010 seria de R\$ 471,0 milhões. Nesse caso, o valor do JCP seria de R\$ 222,4 milhões e o da PL seria de R\$ 26,9 milhões. Vale ressaltar que, com a alteração aprovada, os valores a serem distribuídos a título de JCP são de R\$ 224,2 milhões e o da PL, R\$ 27,1 milhões, mantendo-se, portanto o montante em Reais (R\$) que seria percebido pelos acionistas e empregados sem o fato superveniente anteriormente descrito.

A Administração da Companhia tem declarado dividendos intermediários sob a forma de juros sobre o capital próprio, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária, conforme previsto em seu Estatuto Social. Na realização da Assembleia Geral de Acionistas são aprovadas as distribuições já realizadas durante o exercício. No quadro abaixo, as declarações de Juros sobre o Capital Próprio referente ao exercício de 2010.

Referência	Data da RCA	Data do crédito	Valor bruto	Valor bruto por ação	Data do pagamento
1T10	26/03/2010	31/03/2010	43,7	0,3800	25/05/2010
2T10	28/06/2010	30/06/2010	56,7	0,4937	24/08/2010
3T10	28/09/2010	30/09/2010	56,9	0,4954	29/11/2010
4T10	11/03/2011	18/03/2011	66,9	0,5818	A ser definida na AGO
Total			224,2	1,9509	

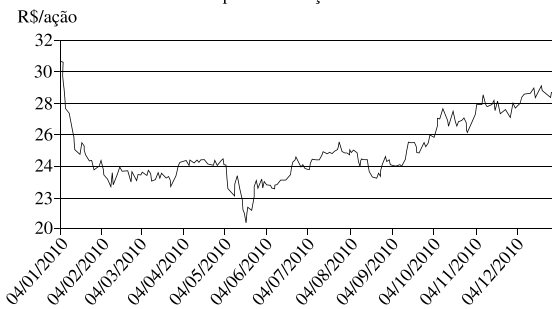
4.8 - Desempenho das Ações

A COPASA tem suas ações negociadas na BM&F BOVESPA sob o código CSMG3 e está listada no Novo Mercado de Governança Corporativa. Em 2010, a cotação das ações, ajustada pelos juros sobre o capital próprio/dividendos, apresentou um recuo de 7,2%. Em 31 de dezembro de 2010, o valor de mercado da Companhia atingiu R\$ 3,30 bilhões. Do total das 115.299.504 ações que compõem o capital da Companhia, 53,1% pertencem ao Governo do Estado de Minas Gerais, 46,6% estão em circulação (free float) e o restante, 0,32%, encontra-se em tesouraria.

No exercício de 2010, as ações da COPASA estiveram presentes em 100% dos pregões, e o volume médio diário de negociação foi de R\$ 6,6 milhões, com uma média de 561 negócios por dia. As ações da COPASA fazem parte do Índice IBRX-Brasil (que lista as 100 ações mais líquidas da bolsa), do Índice de Ações de Referência – ITAG, do Índice de Governança Corporativa, do Índice Diferenciado – IGC, do Índice Small Caps – SMLL e, a partir de 2011, do Índice de Governança Corporativa Trade - IGCT e do Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE.

O ISE é uma carteira composta por ações de empresas com reconhecido comprometimento com a responsabilidade social e a sustentabilidade empresarial, e também atuação como promotor das boas práticas no meio empresarial brasileiro. O IGCT é uma carteira composta por empresas que voluntariamente adotam padrões diferenciados de governança corporativa e consideram critérios de liquidez em sua avaliação.

Desempenho das Ações em 2010



4.9 - Governança Corporativa e Relações Com Investidores

A COPASA tem buscado, nos últimos anos, o aprimoramento constante de suas práticas de Governança Corporativa, visando à qualidade de gestão e à satisfação de seus acionistas, investidores, clientes, fornecedores, empregados, comunidade e demais stakeholders. Entende-se que as boas práticas de governança geram valor para a Companhia ao facilitar seu acesso ao capital e contribuir para a sua perenidade.

No IPO (Oferta Pública Inicial) realizado em fevereiro de 2006, a COPASA aderiu ao nível mais elevado de governança corporativa da BM&FBovespa ou Novo Mercado. Esse pode ser considerado o principal compromisso da Companhia com as melhores práticas de gestão. O Novo Mercado é um segmento de listagem destinado à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometem, voluntariamente, com a adoção de práticas de governança corporativa adicionais em relação ao que é exigido pela legislação. Dentre essas práticas se inclui o compromisso referente à divulgação de informações além daquelas já impostas pela legislação brasileira.

Com relação aos direitos dos acionistas da Companhia, assegurados pela condição de participante do Novo Mercado, destacam-se:

- Direito ao voto, pois a COPASA possui apenas ações ordinárias;
- Free float (ações em circulação) de no mínimo 25%, sendo que a Companhia possui, em 31 de dezembro de 2010, 46,6% das ações em circulação;
- Concessão aos acionistas minoritários de tag along de 100% (condições idênticas às oferecidas ao acionista majoritário, no caso de alienação do controle);
- Atuação com um Conselho de Administração composto de, no mínimo, 20% de não-afiliados independentes, sendo que a COPASA tem quatro membros, independentes, num total e nove membros do Conselho, o que corresponde a 55%.
- Resolução de toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, por meio da Câmara de Arbitragem do Mercado da BM&FBovespa, conforme cláusula compromissória constante de seu Estatuto Social.

As práticas de Governança Corporativa são fundamentadas no Estatuto Social, na Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e Negociação de Valores Mobiliários e têm como objetivo garantir a qualidade e a transparência da informação divulgada ao mercado e proteger os interesses dos acionistas.

No que se refere ao relacionamento com o mercado de capitais, a COPASA adota uma política de transparência, por meio da disponibilização de informações empresariais que subsidiem adequadamente a tomada de decisão dos investidores e do público em geral.

Através do endereço www.COPASA.com.br/ri, as informações relativas às demonstrações financeiras, operacionais e suas respectivas análises, bem como as informações corporativas e societárias, entre outras, são disponibilizadas e atualizadas sistematicamente, nas versões Português e Inglês.

São também elaborados e colocados à disposição dos investidores, analistas e mercado em geral, relatórios sobre o desempenho da COPASA. Entre os relatórios mais importantes, podem ser citados o Release Operacional, que contém informações sobre o desempenho operacional e é divulgado mensalmente, e o Release de Resultados, que apresenta de forma detalhada os resultados trimestrais. Além disso, realizamos conferências trimestrais para a divulgação dos resultados.

Os investidores, analistas e mercado em geral têm à sua disposição o e-mail ri@COPASA.com.br, por meio do qual podem encaminhar sugestões, dúvidas e questionamentos. As sugestões são analisadas e encaminhadas e as dúvidas e questionamentos são esclarecidos e respondidos, no menor prazo possível, sendo que os mais

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

5. Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico

A Companhia, na área de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, dentre outras atribuições, celebra convênios de cooperação técnica com empresas de diversas especialidades do setor de saneamento. Dentre as novas tecnologias prospectadas e avaliadas em 2010 destacamos as seguintes:

- caixa em policarbonato para instalação de hidrômetro que representa um grande avanço na política de padronização das ligações de água da Companhia. Prática, funcional e bastante resistente esta caixa irá permitir, com segurança, a instalação de padrões em buros ou grades da frente dos imóveis, permitindo a leitura correta do medidor sem necessidade da presença do morador;
- PV - Poços de visita em polietileno linear de média densidade, produzidos pelo processo de rotomoldagem. Alternativa mais econômica em relação aos métodos tradicionais de construção de PV;
- sistemas de tratamento orgânico para gases e odores que emanam do processo de tratamento de efluentes.

Também foram desenvolvidas pesquisas no âmbito da cooperação técnica, a citar, o da Universidade Federal de Viçosa - UFV, que visa avaliar a eficiência de um sistema de pós-tratamento de esgotos, tipo "Wetlands", na área da ETE do Aeroporto de Confins.

No Sistema de Atendimento Integrado - SATI, que visa obter ganhos de produtividade, redução das perdas de água na distribuição, elevação da qualidade dos serviços prestados e assegurar a satisfação dos clientes por meio de melhorias nos processos e das técnicas de execução dos serviços, destacam-se:

- adaptação de equipamentos hidrojato/hidrovácuo em caminhões para utilização na manutenção preventiva de redes coletoras de esgoto;
- implantação dos processos de filmagem interna de redes coletoras e interceptores de esgoto na manutenção preventiva e desentupimento por sistema de molas espirais, com aumento de segurança das equipes e redução de custos operacionais;
- redimensionamento de equipes operacionais, com fornecimento de veículos e equipamentos adequados às atividades.

No âmbito do Sistema de Gerenciamento da Manutenção Eletromecânica - SIGMA, em 2010, destacam-se as seguintes atividades:

- treinamento de pessoal técnico e operacional de distritos e divisões da Companhia no módulo específico do Sistema Integrado de Gestão da Companhia, que é responsável pela solicitação, execução e confirmação de serviços de manutenção;
- aquisição de equipamentos para as áreas de manutenção eletromecânica de diversos distritos e divisões da Companhia, visando o atendimento das demandas de inspeção, montagem e desmontagem, conservação, reabilitação e melhoria das instalações e equipamentos;
- redimensionamento de equipes de manutenção eletromecânica de distritos operacionais, para adequação do quadro de pessoal, permitindo assim a melhoria do atendimento dos serviços;
- reavaliação e proposição de melhorias nas instalações de setores de manutenção eletromecânica de distritos operacionais, possibilitando a reestruturação de suas equipes e oficinas para a execução adequada dos serviços eletromecânicos.

6. Responsabilidade Social e Ambiental

6.1 - Recursos Humanos

A COPASA (controladora) encerrou o exercício de 2010 com 11.436 empregados, conforme distribuição apresentada na tabela abaixo:

DIA E MÊS DE REFERÊNCIA	31 de dezembro	
	2010	2009
Número por categoria profissional		
Técnico e operacional	8.468	8.490
Administrativo	2.968	2.952
Total.....	11.436	11.442
Número de empregados por localização geográfica		
Sede Administrativa	1.587	1.595
Região Metropolitana de Belo Horizonte (exceto Sede Administrativa)..	3.267	3.287
Interior.....	6.582	6.560
Total.....	11.436	11.442

O investimento na capacitação, desenvolvimento e aperfeiçoamento dos empregados é imprescindível para uma Companhia que busca a excelência. Por isso, a COPASA realiza, anualmente, o LNT – Levantamento de Necessidades de Treinamento, que apura as demandas de cada unidade organizacional da Companhia. Estas demandas são avaliadas tecnicamente e subsidiada a elaboração do Programa de Educação Corporativa – PEC, voltado para todos os empregados. Em 2010 foram oferecidas 41.507 oportunidades de treinamento, correspondendo a 399.558 horas de capacitação, incluindo os cursos internos, com instrutores da própria Companhia, e cursos externos oferecidos por instituições de ensino e organizações especializadas em treinamentos.

Outra ação significativa da COPASA é o Programa de Incentivo para a Participação em Cursos Técnicos que, em 2010, subsidiou 160 cursos técnicos para os empregados das áreas operacionais, com reembolso variando entre 50% e 90% do valor das matrículas e mensalidades.

Ciente da importância da gestão do conhecimento para o desenvolvimento da cultura da excelência, a COPASA investe continuamente em ações que possam contribuir para o surgimento de ambientes de trabalho que favoreçam o auto-desenvolvimento, a inovação e a melhoria de seus produtos e serviços. Exemplo disso é sua Biblioteca especializada em Engenharia Sanitária e Ciências do Ambiente. Com um acervo composto por cerca de 37.000 registros, é referência municipal e estadual em sua especialidade e um importante subsídio para os empregados no desenvolvimento de suas atividades, contribuindo para seu crescimento profissional e pessoal. A Biblioteca da COPASA também atende ao público externo, em especial a pesquisadores, professores e estudantes.

Para incentivar os colaboradores a aprimorar cada vez mais a eficácia de sua atuação, a Companhia deu continuidade aos dois planos de remuneração criados em 2003, os quais, uma vez que estão vinculados ao alcance de metas dos indicadores estabelecidos pelo Planejamento Estratégico, influenciam diretamente os resultados da Companhia. São eles: Gratificação de Desempenho Institucional (GDI) - gratificação concedida a todos os empregados em razão do resultado do trabalho coletivo; e Gratificação de Desempenho Gerencial (GDG) - gratificação concedida ao empregado ocupante de cargo de confiança, em função da apruração do desempenho da unidade organizacional que gerencia. A GDI e a GDG são mecanismos de avaliação que possuem relação direta com as metas estabelecidas para o alcance dos objetivos estratégicos, premiando o esforço da força de trabalho para o êxito das estratégias.

Outro programa vinculado a indicadores de desempenho empresarial é o Programa de Participação nos Lucros – PL, que beneficia também a todos os empregados, de forma linear, tendo sido instituído em 2005, em conformidade com a legislação vigente.

Além da gratificação pelo trabalho coletivo, a COPASA dispõe do Crescimento por Aprendizagem, que é o processo de avaliação individual ao qual o empregado é submetido quando ingressa em um determinado detalhe de especialidade que requeira um período de aprendizagem para alcance da maturidade, experiência e competências individuais e funcionais necessárias. Conforme o resultado obtido, o empregado tem seu crescimento para um nível imediatamente superior, podendo alcançar a plenitude de sua faixa salarial.

Na perspectiva da preparação de empregados para o processo de sucessão na Companhia, o Programa Trainee, em quatro anos de atuação, já teve a participação de 56 empregados, dos quais, treze ocupam atualmente cargos gerenciais. Este programa objetiva proporcionar aos participantes uma visão sistêmica dos processos organizacionais da COPASA e de seu modelo de gestão. Em 2010, foram selecionados 14 empregados para participarem do programa.

Com o objetivo de possibilitar, aos empregados com perfil de liderança, acesso democrático à carreira gerencial, contribuindo para a renovação de seu quadro de gestores, a COPASA implantou, em 2003, o Processo Seletivo Interno para Cargos de Confiança. Disposto de regulamento próprio e realizado em conformidade com o Plano de Carreiras, Cargos e Salários, disponibilizou, em 2010, 35 vagas que foram preenchidas pelos empregados selecionados.

Essas novas lideranças têm agora o apoio do Programa de Acompanhamento e Desenvolvimento de Novos Gerentes. Criado em 2010, tem, como objetivo, acompanhar a adaptação dos empregados selecionados para ocupar cargos gerenciais e promover o seu desenvolvimento. Da primeira turma participaram 12 empregados.

Para os empregados que se encontram aposentados ou em condições de se aposentar e espontaneamente manifestam sua intenção em desligar-se da Companhia, a COPASA oferece o Programa de Desligamento Voluntário de Empregados Aposentados e/ou em Condições de se Aposentar – PDV.

A COPASA garantiu todos os benefícios concedidos aos empregados por meio do Acordo Coletivo de Trabalho assinado em 2010.

Programas Sociais

A COPASA possui uma forte orientação social, tendo como objetivos a ética e a responsabilidade sócio-empresarial. Realiza diversos investimentos em projetos culturais, sociais e de educação e desenvolvimento das comunidades em suas quais interage, dos empregados e familiares. Dentre seus principais projetos destacam-se:

• Projetos desenvolvidos para a comunidade:

O Programa de Estagiários é destinado a estudantes dos níveis médio profissionalizante e superior. O Programa de Estágios ofereceu, no ano de 2010, 135 vagas, contribuindo para a inserção dos jovens no mercado de trabalho. Além disso, neste mesmo período a COPASA ofereceu oportunidade de estágio para 129 de seus empregados estudantes.

O Programa de Doações dos Empregados da COPASA MG para o Fundo da Infância e da Adolescência - CONFIA EM 6%, que proporciona aos empregados da Companhia a oportunidade de destinar parte do Imposto de Renda devido a entidades filantrópicas de assistência a crianças e adolescentes carentes, em 2010, passou a ser gerenciado pela Divisão de Responsabilidade Social – DVRS, criada para a gestão das ações de responsabilidade social no âmbito da Companhia.

Na campanha de 2010, desenvolvida no período de 27/10 a 16/12/2010, as doações totalizaram cerca de R\$ 440 mil, com a participação de 564 empregados. A arrecadação apresentou um aumento de 20,04% em relação ao ano de 2009 e o número de doadores cresceu

6,8%. Os recursos arrecadados nessa campanha vão beneficiar crianças e adolescentes de 35 cidades mineiras.

Com investimentos na ordem de R\$ 1 milhão, a COPASA desenvolveu outras iniciativas institucionais:

Programa Chuá

Programa de educação sanitária e ambiental, teve a participação de 153 mil pessoas em 2010 e visa atender estudantes e comunidade de uma maneira geral.

Educação ambiental em obras de esgoto

A COPASA tem desenvolvido programas de educação ambiental, voltado para os públicos impactados com as obras das estações de tratamento de esgoto.

Galeria de Arte COPASA

Espaço destinado a divulgar os novos talentos das artes plásticas em Minas Gerais, com uma programação regular de exposições montada através de Edital de Concorrência Pública.

Galeria de Arte dos Empregados da COPASA

Espaço de valorização dos empregados da COPASA humanizar as relações empresariais.

Coral COPASA

Composto inicialmente por empregados da Companhia, hoje também conta com a participação de familiares e da comunidade vizinha à Companhia. Formado por 35 pessoas o grupo participa de eventos sociais, culturais e políticos, valorizando a arte do canto coral em Minas.

Coral Infantil Gotas da Canção

Ação de cidadania coordenada pelo Distrito Norte de Belo Horizonte direcionada às crianças residentes nos aglomerados Pedreira Prado Lopes e Vila Senhor dos Passos e de áreas carentes dos bairros Lagoinha, Santo André, São Cristóvão e Concórdia, cujas famílias vivem em situação de risco social. Utiliza a música como instrumento de socialização.

Grupo de Contadores de Histórias

O Grupo de Contadores de Histórias é formado por voluntários que fazem apresentações internas e externas sempre focadas em meio ambiente e qualidade de vida. Em 2010 o grupo fez 10 apresentações.

Cantata de Natal

Patrocinada pela COPASA com recursos da Lei Federal de Incentivo a Cultura, foi realizada pela primeira vez em Belo Horizonte em dezembro de 2010, na Praça da Liberdade, a 1ª Cantata de Natal da COPASA que contou com a participação da Orquestra Jovem de Contagem, cujo projeto é voltado para a promoção do desenvolvimento humano por meio do acesso a arte, cultura e educação, com vistas a possibilitar o resgate da cidadania e a inclusão social de crianças, adolescentes e jovens de baixa renda de Contagem.

• Projetos desenvolvidos para empregados da Companhia e familiares:

Programa Empresa Cidadã, prorrogando em dois meses a Licença Maternidade de suas empregadas gestantes.

Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PRPA, que identifica e propõe soluções para situações de trabalho que podem resultar em prejuízo para a saúde do empregado.

Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, que acompanha a saúde dos empregados, por meio dos exames admissionais, periódicos, demissionais e outros.

Outros programas e ações mais específicas completam a estratégia de manutenção da saúde dos empregados e seus familiares:

Programa de Reabilitação Profissional, de Assistência Especial, Programa de Atenção à Saúde e Prevenção de AIDS – APA, de Prevenção e Atendimento ao Sujeito em Relação ao Álcool e às Drogas – PASA, de Apoio à Família e ao Adolescente – PAFA, Programa de Planejamento Financeiro Familiar, Grupo de Teatro COPASA.

Paralelamente a esses programas e em cooperação com as autoridades de saúde do país, em 2010 a COPASA criou a Campanha em Permanente de Enfrentamento à Dengue, desenvolvida em todas as cidades operadas pela Companhia.

Eventos diversos

Além dessas ações a COPASA patrocinou em 2010 vários eventos culturais, artísticos, sociais e esportivos que, além de possibilitarem o crescimento cultural da comunidade, também trazem lazer, saúde e entretenimento para a população. Dentre eles, Exposição do Artesão, Concertos no Parque, Cooperativismo e Arte nos Parques, Cena Minas, História, Arte e Sonho na Formação de Minas, Orquestra Filarmônica de Minas Gerais, 5ª Expo Money Belo Horizonte, Comemoração Dia Internacional do Trabalhador, Dia Mundial do Meio Ambiente e Dia da água, Participação em ações das cidades mineiras, Aquário da Bacia do São Francisco, Programa Recicle seu Óleo, 3ª Meia Maratona da Linha Verde, Corrida Caminhada pela Sustentabilidade (Fundação Torino), 5ª Corrida Rústica João César de Oliveira, Campanha Interna de Enfrentamento à Dengue e ações de apoio às localidades atingidas por desastres naturais.

6.2 - Meio Ambiente

A COPASA é uma Companhia comprometida com a sustentabilidade ambiental de suas atividades. Atua com controle dos impactos sobre o meio ambiente de seus empreendimentos e sistemas, tendo como meta o cumprimento rigoroso de toda a legislação ambiental na esfera federal, estadual e municipal.

A política ambiental, aprovada por seu Conselho de Administração em junho de 2005, tem como principais objetivos atender à legislação ambiental, avaliar o desempenho ambiental de seus sistemas produtivos, reduzir os impactos ambientais e prevenir a poluição em todos os seus processos, produtos e serviços; manter o Sistema de Gestão Ambiental, atuar em conjunto com a comunidade e instituições federais, estaduais e municipais nas bacias hidrográficas onde está presente, em busca da recuperação e preservação dos mananciais, além de promover a comunicação com seus acionistas, fornecedores, clientes, órgãos governamentais e a comunidade, tudo com o objetivo de motivar e disseminar ações responsáveis de recuperação e preservação do meio ambiente.

Em 2010, foram investidos cerca de R\$ 173 milhões na implantação de diversas ações e empreendimentos que buscam a sustentabilidade ambiental entre os quais se incluem a elaboração de diagnósticos, estudos e projetos, pesquisa e monitoramento de recursos hídricos, proteção e preservação de mananciais, tratamento de esgoto e outras ações com impacto positivo sobre o meio ambiente. A política ambiental da Companhia é abrangente, possuindo inclusive, atividades de sensibilização da população e programas internos de desenvolvimento da consciência ambiental dos mais de 11 mil empregados.

Nesse sentido destacam-se os seguintes projetos desenvolvidos:

Programa de Proteção dos Mananciais – Desenvolvido em parceria com diversos atores integrantes das bacias captadas para abastecimento público, entre os quais se destacam as Prefeituras Municipais, a EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, a Polícia Militar Ambiental, o IEF - Instituto Estadual de Florestas e entidades ambientalistas, com um investimento de R\$1,4 milhão.

Programa de Visitas ao Centro de Educação Ambiental – CEAM – Promove a sensibilização e educação ambiental por meio de visitas monitoradas de estudantes da Região Metropolitana de Belo Horizonte às reservas ambientais da COPASA.

Programa Vale Água – Criado em junho de 2006, possibilita descontos na conta de água e esgoto a partir da troca de garrafas pet e latinhas de alumínio. Até dez/2010 já foram arrecadados mais de 26.000 kg, representando um benefício de R\$ 17,5 mil para o consumidor.

Inventário de Gases do Efeito Estufa - GEE – A COPASA realizou em 2010 o seu primeiro inventário anual de emissões de gases do efeito estufa, tendo identificado como maior fonte da emissão o lançamento de esgotos brutos e tratados no meio ambiente. O controle dessas emissões tem sido priorizado no plano de trabalho da Companhia, por meio da meta de ampliação do índice de tratamento de esgotos coletados nos sistemas operados pela Companhia. Tem sido também foco de atuação, com consequente redução das emissões de GEE, o controle das perdas de água nos sistemas e sua eficiência energética. Além disso a implantação da primeira unidade de geração de energia elétrica com biogás na Estação de Tratamento de Esgotos do Arrudas em 2010 contribuiu tanto para a redução do consumo de energia como também para o aproveitamento mais eficiente dos gases gerados no tratamento de esgotos. A COPASA se alinha assim ao esforço global pelo combate às emissões de GEE e às mudanças climáticas.

Representações em fóruns ambientais – A COPASA participa hoje de trinta e quatro dos trinta e seis Comitês de Bacias Hidrográficas Estaduais do Estado de Minas Gerais. Toma parte também no Conselho Estadual de Recursos Hídricos, além de ter representações em cinco Comitês de Bacia Hidrográficas Federais (Rio São Francisco, Rio Doce, Rio Paranaíba, Rio Paraíba do Sul e do PCJ – Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá), sendo que nesse último como representante suplente do Governo do Estado de Minas Gerais) contribuindo efetivamente para a implantação da Política Nacional e Estadual de Recursos Hídricos. Atua também, junto com a SEDRU – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana, no COPAM – Conselho de Política Ambiental do Estado de Minas Gerais e em oito das nove Unidades Regionais Colegiadas que juntamente com a SEMAD – Secretaria de Estado de Meio-Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e SUPRAMS – são responsáveis pelo licenciamento ambiental e por deliberar sobre diretrizes, políticas, normas regulamentares e técnicas, padrões e outras medidas de caráter operacional, de preservação e conservação do meio ambiente e dos recursos hídricos do Estado de Minas Gerais.

A COPASA também é parceira do IEF na gestão integrada do Parque do Rola Moça e da Estação Ecológica do Cercadinho em Belo Horizonte e participa dos Conselhos Consultivos do Parque Estadual Serra Verde, Parque Estadual Lapa Grande, Área de Preservação Ambiental Sul e Área de Preservação Ambiental Carste Lagoa Santa.

6.3 - Saneamento Rural

A COPASA é responsável pelas ações do Governo Estadual no atendimento às pequenas localidades carentes de infraestrutura sanitária, por meio de diversos programas sociais em comunidades rurais, sedes municipais, projetos de assentamentos agrícolas do INCRA – MG e escolas estaduais, por meio da captação de recursos externos e internos, efetivadas por convênios e/ou contratos.

Estes programas visam a melhoria da qualidade de vida e da saúde das populações de todo o Estado de Minas Gerais por meio da implantação de Sistemas de Abastecimento de Água, de Esgotamento Sanitário e Tratamento de Resíduos Sólidos.

Dentre os vários programas, destacam-se:

1) Programa Saneamento Básico: mais saúde para todos

Trata-se de um Programa de Governo que tem por objetivo a implantação de Sistemas de Abastecimento de Água, de Esgotamento Sanitário, de Tratamento de Resíduos Sólidos (Aterros Sanitários e Usinas de Reciclagem e Compostagem) e de Módulos Sanitários Domesticiários em comunidades rurais, sedes municipais e assentamentos agrícolas, sendo que a maior parte destas localidades situa-se no Norte de Minas e no Vale do Jequitinhonha.

Em 2010, a COPASA em parceria com a SEDRU deu continuidade às ações estabelecidas neste programa, definidas no convênio celebrado em 2007, com recursos financeiros do Governo do Estado de Minas Gerais, no valor de R\$ 27,9 milhões. As ações mais significativas foram: Implantação de Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água em 21 localidades, Implantação e/ou melhorias de 4 Sistemas de Esgotamento Sanitário e Implantação de 7 Estações de Tratamento de Esgoto – ETE.

2) Programa Água nas Escolas

O objetivo do Programa Água nas Escolas é a implantação, ampliação e melhorias de Sistemas de Abastecimento de Água em 414 escolas estaduais, além de análise e acompanhamento da qualidade de água fornecida por Sistemas de Abastecimento de Água públicos em 3.555 escolas estaduais, com ênfase nos trabalhos de educação sanitária. Está sendo realizado conforme convênio COPASA/SE/SEDRU, celebrado em 2009, com recursos do Governo do Estadode Minas Gerais, no valor de R\$ 16,9 milhões.

As ações mais significativas realizadas em 2010 foram:

- elaboração de projetos de Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água, locação de 118 poços profundos, 66 poços perfurados e 162 obras estão em andamento;
- 240 coletas e análises de água;
- 46 reuniões nas Superintendências Regionais de Ensino para divulgação do programa de ação social e disponibilização do material educativo informativo;
- confeção de 12.000 cartazes, 2.500.000 folders e 5.000 CDs alusivos ao programa.

3) Programa PróÁgua Nacional

O programa visa garantir a melhoria e a implantação da oferta de água de boa qualidade para o Norte de Minas Gerais, com promoção do uso racional desse recurso, de tal modo que sua escassez relativa não continue a constituir impedimento ao desenvolvimento sustentável da região.

Em Minas Gerais, o PROÁGUA/Nacional é coordenado pelo Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM com apoio técnico da COPASA, com investimento de R\$ 29,4 milhões.

As ações implementadas em 2010 foram: Implantação e/ou ampliação de Sistemas de Abastecimento de Água e Módulos Sanitários com fossas absorventes, em Januária/sede e 16 localidades, Januária/sede e 15 localidades; Mato Verde/sede e 11 localidades; Rio Pardo de Minas/sede e 20 localidades. Todas estas obras estão em andamento.

4) Programa Revitalização Rio das Velhas (Meta 2010)

Este programa objetiva a elaboração de projetos de tratamento de esgotos em 13 localidades de 6 municípios da Bacia do Rio das Velhas não operados pela COPASA, cujo valor é de R\$ 350 mil oriundos da SEMAD.

As ações deste programa realizadas em 2010 foram: Projetos de Tratamento de Esgotos para as seguintes localidades: **Ouro Preto:** Amarantina, Bocaina, Engenheiro Correa, Glaura e Santo Antônio do Leite; **Itabirito:** Córrego do Bação; **Baldim:** Amanda e Vargem Grande; **Jequitibá:** Onça; **Caeté:** Antônio dos Santos, Morro Vermelho e Rancho Novo e **Nova União:** Carmo.

7. Prêmios

PNQS - A COPASA conquistou um prêmio inédito. A Companhia foi agraciada como empresa Ouro, englobando todas as suas áreas, pelo Prêmio Nacional da Qualidade em Saneamento – PNQS 2010.

As três diretorias Operacionais da COPASA também conquistaram os troféus do PNQS. A diretoria Metropolitana, que já havia conquistado o Troféu Prata no último ano, também foi premiada, esse ano, com o Troféu Ouro, Nivel II, de 500 pontos. Já as diretorias Norte e Sudoeste, que já possuem o Troféu Ouro, receberam, agora, o Troféu Platina, no Nivel III, de 750 pontos, confirmando, mais uma vez, a qualidade dos serviços de saneamento que são prestados aos mineiros.

Reconhecido pela International Water Association (IWA) como a mais importante ferramenta de gestão dos serviços de saneamento ambiental, o PNQS estimula a adoção de modelos gerenciais compatíveis com os melhores exemplos mundiais.

O prêmio tem a missão de incentivar a prática de modelos gerenciais compatíveis com os melhores exemplos mundiais por meio da promoção e do reconhecimento dos casos de sucesso que auxiliem no aprimoramento do setor de saneamento ambiental e no aumento da qualidade de vida da população.

Prêmio Ouro Azul – O SIPAM – Sistema Integrado de Proteção de Mananciais garantiu à COPASA o Prêmio Ouro Azul 2010, na categoria empresa pública. O Prêmio é uma iniciativa dos Diários Associados, por meio do jornal Estado de Minas, que valoriza idéias de proteção e uso racional dos recursos hídricos.

Os projetos apresentados deveriam ser propostas inéditas voltadas para a revitalização e conservação dos recursos hídricos e o envolvimento da comunidade com as questões ambientais, por meio de práticas de conscientização e estratégias que permitam o melhor aproveitamento desses recursos.

Nesse contexto, o SIPAM destacou-se com o Livro de Pano como inovação na promoção de ações de integração social, pois a sua construção é estruturada na interação entre o meio urbano e o rural e aborda um tema que é uma das matérias primas da vida: a água.

Prêmio Aberje 2010 Regional – O filme “Os Rios de Minas e os seus caminhos” e o “Programa Chuá”, da COPASA, foram os vencedores do Prêmio Aberje 2010 – Regional Minas Gerais e Centro-Oeste nas categorias Mídia Audiovisual e Comunicação de Programas voltados à Sustentabilidade Empresarial, respectivamente. O Prêmio destaca as melhores práticas de comunicação organizacional desenvolvidas pelas empresas.

Prêmio Abrasca de Criação de Valor – Pelo segundo ano consecutivo, a COPASA foi eleita a melhor empresa no segmento que atua. A Companhia gerou 75,68% de valor aos seus acionistas no ano passado e, por isso, foi destaque do setor de saneamento e serviços de água e gás no Prêmio Abrasca de Criação de Valor – 2010.

A COPASA foi apresentada como referência para o setor de saneamento no Brasil e obteve o conceito “excelente” à sua política de dividendos e à gestão para controle de riscos na avaliação feita por analistas de mercado. Aos itens sustentabilidade, relação com os investidores, governança corporativa e atuação ambiental foi atribuído o conceito “bom”. De acordo com os profissionais consultados pela premiação, a Companhia se destacou também por ter mais de 90% de seu resultado composto por atividades operacionais.

O prêmio concedido pelo Anuário Estatístico das Companhias Abertas, editado pela Associação Brasileira das Companhias Abertas – Abrasca -, em parceria com GRC Visão, analisou 215 empresas.

14ª Edição Troféu Transparência - Avaliada entre mais de 700 corporações, a COPASA figurou entre as vinte companhias que apresentaram melhor transparência em suas demonstrações contábeis, com faturamento de até R\$ 8 bilhões. O prêmio é concedido pela Anefac (Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade) em parceria com a Fipecafi (Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis Atuariais e Financeiras) e a Serasa Experian.

TOP 5 – A COPASA ficou entre as cinco melhores empresas na divulgação financeira na América Latina, da edição de 2010, do IR Global Rankings.

Para ser premiada são analisadas as informações completas e detalhadas da divulgação sobre seus negócios e resultados, cujo conteúdo é mais extenso do que as companhias de capital aberto costumam revelar ao mercado. A clareza e a transparência usadas na comunicação de seus relatórios anuais e nas apresentações trimestrais de balanços também são fatores considerados na elaboração do ranking.

Para escolher as cinco melhores empresas foram analisadas 503 companhias de 35 países, que se inscreveram para participar da premiação.

O IRGR TOP 5 - Divulgação Financeira na América Latina foi composto pela Petrobras, Energisa, Fibria, Pemex e COPASA.

15º Prêmio SESC/SATED - Grandes nomes das artes cênicas do Estado aplaudiram a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA) em abril de 2010, no Palácio das Artes, em Belo Horizonte. A COPASA recebeu a honraria especial do 15º Prêmio SESC/SATED por ser a empresa mineira que mais apoiou projetos artísticos em 2009.

O prêmio homenageia as melhores produções e os melhores profissionais do cinema e teatro mineiro. Para a COPASA, que já recebeu troféus pelos bons serviços prestados em abastecimento de água e tratamento de esgoto, ser reconhecida pelo meio artístico é uma novidade. Esse prêmio mostra que investir na cultura do Estado é uma forma de melhorar a qualidade de vida das pessoas. É a COPASA cumprindo sua responsabilidade social.

Boa parte das produções artísticas mineiras recebem apoio da COPASA, direta ou indiretamente. A Companhia fortalece, desde 2007, junto com o Governo Estadual, o projeto Cena Minas, que incentiva e realça as artes cênicas de Minas Gerais, com foco no teatro, dança e circo. Para as artes plásticas, a COPASA mantém uma galeria que expõe durante todo ano trabalhos de conceituados artistas. A Companhia também incentiva projetos musicais e literários, muitos deles de cunho social.

8. Relacionamento com Auditores Independentes

Em atendimento à Instrução CVM nº. 381, de 14 de janeiro de 2003, a COPASA e suas Subsidiárias informam que a empresa que prestou serviços de auditoria externa das demonstrações financeiras da Companhia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, foi a Ernst & Young Terco Auditores Independentes S/S. Durante o exercício de 2010 os auditores externos somente prestaram serviços relacionados à auditoria das demonstrações financeiras.

9. Agradecimentos

A Administração da COPASA agradece aos seus acionistas, clientes, fornecedores, poder concedente e comunidades da sua área de concessão pela confiança depositada no ano de 2010 e especialmente aos seus colaboradores pela dedicação e empenho na busca das metas estabelecidas.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009
(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado		PASSIVO	Nota	Controladora		Consolidado							
		2010	2009 (reclassificado)	2010	2009 (reclassificado)			2010	2009	2010	2009						
CIRCULANTE																	
Caixa e equivalentes de caixa	06	75.793	255.902	77.652	257.851	Empréstimos e financiamentos	12	149.960	133.702	149.960	133.702						
Contas a receber de clientes	07	434.851	401.805	437.574	404.042	Debêntures	12	97.368	67.477	97.368	67.477						
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	07	56.365	157.500	56.365	157.500	Fornecedores	11	120.135	95.473	122.325	96.680						
Estoques		25.760	27.448	28.854	30.251	Impostos, taxas e contribuições	11	43.535	38.565	43.818	38.788						
Impostos a compensar		—	26.329	31.804	26.356	Parcelamento de impostos	11	36.370	76.169	36.370	76.169						
Convênios de cooperação técnica	16	—	21.932	—	22.324	Provisão para férias	11	72.854	66.973	73.154	67.051						
Bancos e aplicações de convênio		12.505	16.096	15.122	19.057	Participação dos empregados nos lucros	14	27.132	34.546	27.132	34.546						
Créditos diversos		13.756	12.229	13.785	13.577	Convênio de cooperação técnica	16	1.492	—	2.462	—						
Total do ativo circulante		649.909	919.241	661.156	930.958	Plano de previdência complementar	17	17.769	15.273	17.769	17.273						
NÃO CIRCULANTE																	
Realizável a longo prazo:						Juros sobre o capital próprio	11/18	66.859	53.276	66.859	53.276						
Contas a receber de clientes	07	182.335	198.964	182.335	198.964	Energia elétrica	11	27.565	25.044	27.565	25.044						
Caução em garantia de financiamentos	07	100.986	80.487	100.986	80.487	Obrigações diversas	11	27.953	14.388	28.082	14.508						
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	236.126	340.940	236.566	341.380	Total do passivo circulante		688.992	622.886	692.864	624.514						
Créditos com controladas	07/24	59.970	45.158	—	—	NÃO CIRCULANTE											
Aplicação financeira vinculada	07	41.621	44.598	41.621	44.597	Empréstimos e financiamentos	12	1.161.079	1.075.672	1.161.079	1.075.672						
Ativos financeiros - contratos de concessão	05	280.053	286.225	284.339	289.633	Debêntures	12	701.765	633.260	701.765	633.260						
Créditos diversos		14.982	15.071	15.952	16.119	Parcelamento de impostos	11	192.868	195.088	192.868	195.088						
Investimentos	08	263	1.040	260	260	Provisão tributária	13	54.538	46.085	54.538	46.085						
Intangível	09	5.631.731	4.903.619	5.684.387	4.968.302	Provisão para contingências	13	33.114	30.447	34.947	30.588						
Imobilizado	10	111.864	93.983	137.693	121.026	Plano de previdência complementar	17	154.509	469.393	154.509	469.393						
Total do ativo não circulante		6.659.931	6.010.085	6.684.139	6.060.768	Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	44.145	34.156	63.993	57.882						
TOTAL DO ATIVO		7.309.840	6.929.326	7.345.295	6.991.726	Energia elétrica	11	17.219	33.964	17.219	33.964						
						Obrigações diversas	11	77.283	56.959	49.328	48.658						
						Total do passivo não circulante		2.436.520	2.575.024	2.430.246	2.590.590						
						PATRIMÔNIO LÍQUIDO											
						Capital social realizado	18	2.636.460	2.636.460	2.636.460	2.636.460						
						Reservas de capital	18	3.782	3.782	3.782	3.782						
						Reservas de lucro	18	1.553.276	1.100.364	1.591.133	1.145.570						
						Ações em tesouraria	18	(9.190)	(9.190)	(9.190)	(9.190)						
						Total do patrimônio líquido		4.184.328	3.731.416	4.222.185	3.776.622						
						TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		7.309.840	6.929.326	7.345.295	6.991.726						

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009
(Em milhares de reais)

RECEITAS	Nota	Controladora		Consolidado	
		2010	2009	2010	2009
Serviços de água		1.713.916	1.637.868	1.724.112	1.645.166
Serviços de esgoto		597.321	556.648	597.227	556.751
Receitas de construção	05	915.508	1.068.403	915.508	1.068.403
Receitas de produtos acabados		—	—	1.224	313
RECEITA LÍQUIDA DOS SERVIÇOS PRESTADOS	20	3.226.745	3.262.919	3.238.071	3.270.633
Custos de serviços prestados		(1.130.395)	(1.047.123)	(1.149.777)	(1.067.771)
Custos de construção	05	(893.606)	(1.041.489)	(893.606)	(1.041.489)
		(2.024.001)	(2.088.612)	(2.043.383)	(2.109.260)
LUCRO BRUTO		1.202.744	1.174.307	1.194.688	1.161.373
Despesas com vendas		(169.704)	(162.878)	(174.249)	(167.050)
Despesas administrativas		(330.827)	(315.989)	(339.063)	(327.763)
Resultado de equivalência patrimonial		(20.430)	(22.387)	—	—
Outras receitas operacionais	08	302.601	20.284	295.406	19.836
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		984.384	693.337	976.782	686.396
Receitas financeiras	23	118.377	162.373	115.112	161.089
Despesas financeiras	23	(153.916)	(148.147)	(154.276)	(148.596)
LUCRO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES		948.845	707.563	937.618	698.889
Participações nos lucros e resultados	14	(27.132)	(34.546)	(27.132)	(34.546)
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES		921.713	673.017	910.486	664.343
Imposto de renda e contribuição social	15	(244.588)	(147.711)	(240.710)	(145.099)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		677.125	525.306	669.776	519.244
Quantidade de ações em circulação no fim do exercício		114.929.328	114.929.328	114.929.328	114.929.328
Lucro por ação		5,89	4,57	5,83	4,52
Básico – lucro do exercício atribuível a acionistas detentores de ações ordinárias da controladora (Nota 18)		5,73	4,47	5,67	4,41
Diluído – lucro do exercício atribuível a acionistas detentores de ações ordinárias da controladora (Nota 18)					

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009
(Em milhares de reais)

SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008	Capital social	Reservas de capital		Reservas de lucros				Ações tesouraria	Dividendos propostos	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
		Debent. convers.	Total	Legal	Incentivos fiscais	Retenção de lucros	Total				
	2.632.265	3.782	3.782	86.466	1.250	657.329	745.045	(9.190)	14.445	—	3.386.347
Ingresso proveniente de debêntures conversíveis	4.195	—	—	—	—	—	—	—	—	—	4.195
Dividendos pagos	—	—	—	—	—	—	—	—	(14.445)	—	(14.445)
Avaliações patrimoniais	—	—	—	—	—	2.364	2.364	—	—	—	2.364
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	—	—	—	—	—	525.306	525.306
Distribuição proposta:											
Reserva legal	—	—	—	26.265	—	—	26.265	—	—	(26.265)	—
Reserva de incentivos fiscais	—	—	—	—	6.957	—	6.957	—	—	(6.957)	—
Retenção de lucros	—	—	—	—	—	319.733	319.733	—	—	(319.733)	—
Juros sobre o capital próprio	—	—	—	—	—	—	—	—	—	(172.351)	(172.351)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	2.636.460	3.782	3.782	112.731	8.207	979.426	1.100.364	(9.190)	—	—	3.731.416
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	—	—	—	—	—	677.125	677.125
Distribuição proposta:											
Reserva legal	—	—	—	33.856	—	—	33.856	—	—	(33.856)	—
Reserva de incentivos fiscais	—	—	—	—	2.661	—	2.661	—	—	(2.661)	—
Retenção de lucros	—	—	—	—	—	416.395	416.395	—	—	(416.395)	—
Juros sobre o capital próprio	—	—	—	—	—	—	—	—	—	(224.213)	(224.213)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	2.636.460	3.782	3.782	146.587	10.868	1.395.821	1.553.276	(9.190)	—	—	4.184.328

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009
(Em milhares de reais)

Fluxo de Caixa das atividades operacionais:	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Lucro líquido do exercício	677.125	525.306	669.776	519.244
Ajustes para reconciliar o lucro líquido e o caixa líquido				
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	56.613	57.626	56.616	64.710
Juros sobre contas receber clientes	(2.926)	(12.564)	(2.926)	(12.564)
Varição monetária sobre contas receber clientes	(6.956)	8.886	(6.956)	8.886
Imposto de renda e contribuição social diferidos	114.803	(25.247)	110.925	(28.369)
Varição cambial sobre caução de garantia de financiamentos	1.324	8.588	1.324	8.588
Rendimento sobre caução de garantia de financiamentos	(6.191)	(4.751)	(6.191)	(4.751)
Juros capitalizados sobre caução do BNY	(3.214)	4.220	(3.214)	4.220
Varição monetária sobre empréstimos a controladas	(4.879)	(2.638)	—	—
Resultado da equivalência patrimonial	20.430	22.387	—	—
Baixas líquidas de imobilizado e intangível	1.572	9.433	2.061	6.862
Depreciação e amortização	269.567	264.198	322.297	252.917
Juros sobre empréstimos	85.517	65.560	85.517	65.560
Varição monetária / Variação cambial sobre empréstimos	5.690	(15.784)	5.690	(15.784)
Parcelamento de impostos e provisão tributária	43.712	21	43.712	21
Provisão para contingências	2.667	96	4.359	237
Reversão de provisão para passivo atuarial	(315.897)	(20.141)	(315.897)	(20.141)
Juros e Variação monetária sobre dívida Previminas e Cemig	21.343	14.254	21.343	14.254
Receita diferida	(2.661)	(6.957)	(2.661)	(6.957)
Ativos financeiros	(31.521)	(43.152)	(32.064)	(43.428)
Lucro ajustado	926.114	849.341	953.711	813.505
Redução (aumento) no ativo operacional				
Contas a receber de clientes	(63.148)	(81.404)	(63.637)	(90.401)
Estoques	1.688	(2.592)	1.398	(2.762)
Impostos a compensar	(4.286)	(17.611)	(5.185)	(17.611)
Bancos e aplicações de convênios	3.591	13.231	3.935	21.072
Caução em garantia de financiamentos	(12.418)	(6.459)	(12.418)	(6.459)
Aplicação financeira vinculada	2.977	1.459	2.977	1.459
Créditos com controladas	(9.933)	(15.378)	—	—
Ativo financeiro mantido até o vencimento	101.135	(157.500)	101.135	(157.500)
Créditos diversos	1.438	(11.781)	(41)	(11.694)
Aumento (redução) no passivo operacional				
Fornecedores	24.662	25.356	25.645	22.490
Impostos, taxas e contribuições	4.970	3.866	5.028	3.482
Provisões para férias	5.881	8.913	6.103	8.975
Participação dos empregados nos lucros	(7.414)	9.934	(7.414)	9.934
Convênio de cooperação técnica	23.424	(29.452)	24.786	(36.294)
Plano de previdência complementar				

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009
(Em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

01. Contexto Operacional

A Companhia de Saneamento de Minas Gerais, denominada "COPASA", "Controladora" ou "Companhia", é uma sociedade de economia mista, de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de Minas Gerais. Seu objeto é planejar, projetar, executar, ampliar, remodelar, administrar e explorar serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, podendo atuar no Brasil e no exterior. A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.

A COPASA possui 100% de participação societária nas seguintes empresas em 31 de dezembro de 2010:

- Copasa Águas Minerais de Minas S/A, criada pela Lei Estadual nº. 16.693, de 11 de janeiro de 2007, com o objetivo de produzir, envasar, distribuir e comercializar águas minerais das fontes das quais seja proprietária ou concessionária, além de administrar e explorar os Parques das Águas de Caxambu, Araxá, Cambuquira e Lambari.
- Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A - COPANOR, criada pela Lei Estadual nº. 16.698, de 17 de abril de 2007, com o objetivo de: planejar, projetar, executar, ampliar, remodelar, ampliar e prestar serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário; coleta, reciclagem, tratamento e disposição final do lixo urbano, doméstico e industrial; drenagem e manejo das águas pluviais urbanas em localidades da região de planejamento do Norte de Minas das Águas Hídricas e das Rios Jequitinhonha, Mucuri, São Mateus, Buranhém, Itanhém e Jucuruçu.
- Copasa Serviços de Irrigação S/A, criada pela Lei Estadual nº. 16.698, de 17 de abril de 2007, tem por objeto administrar, executar e explorar os serviços do sistema de irrigação do Projeto Jaíba e realizar a sua manutenção, para o que poderá utilizar recursos e pessoal próprio ou de terceirizados. A subsidiária, sempre que vantajoso em termos econômicos poderá contratar, mediante regular processo de licitação, a execução das obras e serviços necessários à operação do sistema, bem como adquirir produtos, equipamentos e materiais que se façam necessários ao desempenho de suas atividades.

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia atuava em 879 localidades no Estado de Minas Gerais (883 em dezembro de 2009), em operações de abastecimento de água e/ou operações de esgotamento sanitário, totalizando cerca de 4.214.755 economias atendidas (4.090.351 em dezembro 2009). Merece destaque as vinte maiores concessões de água e esgoto das quais a Companhia é detentora:

Concessões de água			Concessões de esgotamento sanitário	
Localidade	Nº. de Economias	Vencimento	Localidade	Vencimento
Belo Horizonte	919.986	2032	Belo Horizonte	2032
Contagem	208.722	2073	Contagem	2073
Betim	121.333	2042	Montes Claros	2028
Montes Claros	113.864	2028	Betim	2042
Ribeirão das Neves	82.645	2034	Ipatinga	2022
Divinópolis	81.911	2033	Ribeirão das Neves	2034
Ipatinga	75.877	2022	Santa Luzia	2013
Santa Luzia	63.932	2013	Patos de Minas	2038
Patos de Minas	49.866	2038	Pouso Alegre	2026
Ibirité	46.133	2034	Varginha	2013
Varginha	45.522	2013	Conselheiro Lafaiete (2)	2039
Pouso Alegre	45.469	2026	Araxá	2032
Conselheiro Lafaiete (2)	43.922	2009	Lavras	2034
Sabará (1)	38.374	2007	Ibirité	2034
Teófilo Otoni	38.307	2034	Teófilo Otoni	2034
Lavras	36.352	2034	Itajubá	2034
Araxá	35.275	2032	Alfenas	2033
Ubá	32.279	2034	Pará de Minas (2)	2009
Itajubá	32.217	2014	Coronel Fabriciano	2033
Coronel Fabriciano	31.751	2013	Vespasiano	2034

- (1) O contrato de concessão com o Município de Sabará encerrou-se em 03 de agosto de 2007. Já foi assinado convênio entre o Município de Sabará e o Estado de Minas Gerais, e as negociações com a Companhia continuam objetivando a assunção dos serviços de esgotamento sanitário. O faturamento de água em 2010 em Sabará foi de R\$16.881 (R\$16.184 em 2009), ou 0,62% (0,64% em 2009) do faturamento da Companhia.
- (2) O contrato de concessão com o Município de Conselheiro Lafaiete encerrou-se em 23 de julho de 2010, e com o Município de Pará de Minas encerrou-se em 01 de outubro de 2009. O faturamento de água e esgoto em 2010 de Conselheiro Lafaiete foi de R\$23.513 e em Pará de Minas de R\$24.673 (R\$22.927 e R\$24.075 no exercício de 2009), ou 0,86% e 0,90% (0,90% e 0,95% em 2009) do faturamento da Companhia, respectivamente. A Companhia está enviando esforços para renovar estas concessões.

02. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

A diretoria executiva da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010 da controladora e consolidadas em 01 de março de 2011. As demonstrações financeiras da controladora e consolidadas estão apresentadas em milhares de Reais (R\$ 000), exceto quando indicado de outra forma.

- (a) Base de preparação
As demonstrações financeiras, controladora e consolidadas, foram elaboradas com base no custo histórico.
As demonstrações financeiras da controladora foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).
As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais do relatório financeiro emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.
A Companhia antecipo a adoção das novas práticas contábeis de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC's e IFRS a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, tendo definido como data de transição 1º de janeiro de 2008.
As práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações da controladora diferem das práticas aplicadas nas demonstrações consolidadas preparadas de acordo com o IFRS no que se refere a avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins de IFRS seria custo ou valor justo (vide Nota 08), e pela correção monetária dos itens dos ativos intangível e imobilizado para os exercícios de 1996 e 1997, cujo registro não é permitido pelo legislação societária brasileira, mas requerido pelo IAS e, portanto, registrada para fins de IFRS (vide Nota 02 "c").
- (b) Consolidação
As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas, cujas participações percentuais na data do balanço estão assim resumidas:

	% de participação no capital	
	Total	Votante
Controladas:		
Copasa Águas Minerais de Minas S/A.....	100	100
Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A - COPANOR.....	100	100
Copasa Serviços de Irrigação S/A.....	100	100

Controladas são todas as entidades cujas políticas financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia e nas quais normalmente há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto ou qualquer outra condição que se permita exercer o controle. Atualmente todas as controladas são subsidiárias integrais da Controladora. Essas controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa.

As demonstrações financeiras das subsidiárias são elaboradas para o mesmo período de divulgação do da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo.

Uma mudança na participação relativa sobre uma subsidiária que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação de capital.

- (c) Correção monetária
Todos os itens dos ativos intangível e imobilizado são apresentados pelos seus custos históricos corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1997, data em que a economia brasileira deixou de ser considerada hiperinflacionária, com base em índices oficiais, menos depreciação. Os ajustes contábeis decorrentes dessa correção monetária impactaram o patrimônio líquido consolidado e o lucro líquido consolidado, líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos em R\$37.857 e R\$7.349, respectivamente, em 31 de dezembro de 2010 (R\$45.206 e R\$6.062, respectivamente, em 2009).

- (d) Reclassificações
A Companhia reclassificou o montante de R\$157.500 apresentado nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2009 na rubrica de aplicações financeiras para a rubrica de ativos financeiros mantidos até o vencimento, pois estas aplicações tem resgate com período superior a noventa dias da data do balanço, conforme o referenciado na Nota 07, item "c".

03. Sumário das Principais Práticas Contábeis

- (a) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.
- (b) Ativos financeiros
(i) Classificação
Os ativos financeiros são classificados sob a categoria de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Empréstimos e recebíveis:
Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros, não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de fechamento do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa, ativos financeiros mantidos até o vencimento, depósitos em garantias, contas a receber de clientes e demais contas a receber.
(ii) Reconhecimento e mensuração
As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação, para todos os ativos financeiros não mensurados ao valor justo através do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e benefícios da propriedade.

- (c) Contas a receber
(i) De clientes
As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, deduzidas de provisão para perda do valor recuperável. Uma provisão para perda do valor recuperável das contas a receber de clientes é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores recebíveis de acordo com os prazos originais das contas a receber. Dificuldades financeiras significativas do pagador, probabilidade de o devedor entrar com pedido de falência ou concordata e falta de pagamento ou inadimplência (devido há mais de 180 dias) são considerados indicadores de que as contas a receber podem não ser recuperáveis.
A provisão para perda é calculada com base na análise dos créditos e registrada em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir perdas nas contas a receber, de acordo com os seguintes critérios:
Créditos de valores até R\$5, vencidos há mais de 180 dias:
Tais créditos, exceto os relativos ao Governo do Estado de Minas Gerais e à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, são considerados como perdas assim que atinge 180 dias de atraso, sendo diretamente baixados contra o resultado, na rubrica despesas comerciais.
Créditos de valores acima de R\$5, vencidos há mais de 180 dias:
É constituída provisão para perda ao valor recuperável para todos os créditos, exceto para os relativos ao Governo do Estado de Minas Gerais e à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, vencidos entre 180 e 360 dias, a crédito da rubrica provisão para devedores duvidosos e a débito do resultado.
Assim que o crédito ultrapassa 360 dias de atraso, o mesmo é baixado da rubrica o poder a receber contra a conta de provisão para devedores duvidosos.

Outros créditos a receber de órgãos do Governo Municipal e Federal:
Os créditos a receber de órgãos dos Poderes Federal e Municipal, decorrentes de convênios, contratos e outras operações, vencidos há mais de 360 dias, são integralmente provisionados. Valores a receber do Governo de Minas Gerais e da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH):
A Companhia não constitui provisão para perda dos valores a receber do Governo do Estado de Minas Gerais em razão de inexistência de histórico de inadimplência. Os créditos junto à PBH não pagos até a data do repasse tarifário ao Fundo Municipal de Água e Esgoto são descontados integralmente do valor a ser repassado, não sendo necessária a provisão para perdas.
Provisão complementar:
A Administração também constitui provisão complementar para outros créditos a vencer e vencidos há menos de 180 dias, para clientes que possuem fatura(s) inserida(s) na provisão para devedores duvidosos.

- (ii) Do poder concedente das concessões
A Companhia reconhece um crédito a receber do poder concedente (municípios) quando possui direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infraestrutura que serão indenizados pelo poder concedente, descontados com base na taxa do custo médio ponderado do capital da Companhia.
Estas contas a receber são classificadas entre curto e longo prazo considerando a expectativa de recebimento destes valores, tendo como base a data de encerramento das concessões.

- (d) Moedas e Conversão em moeda estrangeira
Moeda funcional e moeda de apresentação
Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a entidade atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras da controladora e consolidadas estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas.
As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

- (e) Estoques
Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação do custo médio. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos as despesas comerciais variáveis aplicáveis. Provisões para perdas de estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

- (f) Investimentos
Os investimentos em controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

- (g) Ativos intangíveis
Concessões
A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário em linha com a interpretação ICPC 01 Contratos de Concessão.
O ativo intangível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Companhia, reconhecidos conforme item (s) desta nota, e o valor do ativo financeiro referente ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização, reconhecido conforme Nota 05, acrescido de correção monetária, quando aplicável nos termos do IAS 29.
O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.
A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil econômica nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão.
A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

- Direitos de uso
Direitos de uso referem-se a custos incorridos em renovação de concessões públicas, a título de ressarcimento pela COPASA de investimentos na infraestrutura realizados pelos municípios, acrescido de correção monetária, quando aplicável nos termos do IAS 29. Os valores registrados no ativo intangível referem-se a ressarcimentos já efetuados pela Companhia às prefeituras como parte do acordo para renovação das concessões de prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Estes investimentos não integram a base tarifária da Companhia, contudo representam o investimento realizado pela Companhia para a renovação da concessão.
Estes direitos de uso são amortizados linearmente pelo prazo de concessão diretamente relacionado.

- Licenças de software
As licenças de software adquiridas são registradas com base nos custos incorridos para adquirir as mesmas e fazer com que elas estejam prontas para ser utilizadas, acrescido de correção monetária, quando aplicável nos termos do IAS 29. Esses custos são amortizados linearmente durante sua vida útil estimada de cinco anos.

- (h) Imobilizado
O imobilizado é apresentado pelo custo histórico como base de valor, acrescido de correção monetária, quando aplicável nos termos do IAS 29, menos depreciação e perdas ao valor recuperável, se for o caso. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens, bem como os juros sobre financiamentos incorridos na aquisição até a data de entrada do bem em operação. Os encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado aos quais foram incorporados.
Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando forem prováveis que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item, o custo do item possa ser mensurado com segurança e a vida útil econômica for superior a 12 meses. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.
Os terrenos não são depreciados. A depreciação do ativo imobilizado é realizada pela vida útil estimada de cada bem, sendo utilizadas as taxas de depreciação relacionadas abaixo:

	Anos
Edificações	25 - 40
Máquinas	10 - 15
Veículos	3 - 5
Móveis, utensílios e equipamentos	3 - 8

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são reavaliados periodicamente e ajustados, se apropriado, ao início de cada exercício, de forma prospectiva.
Os bens registrados no Imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos e se caracterizam, principalmente, por bens de uso geral e as edificações da Companhia.

O valor contábil de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo ou do grupo de ativos ao qual pertence for maior do que seu valor recuperável estimado (conforme item (i) desta nota). Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação do preço de venda com o valor contábil, líquido de depreciação, e são reconhecidos em "Outros ganhos/perdas, líquidos" na demonstração do resultado.

- (i) Perda do valor recuperável de ativos não financeiros
A Companhia avalia a cada encerramento do exercício social se há indício de perdas no valor recuperável de seus ativos. Caso haja esse indício, ou quando este teste anual de perda no valor recuperável de um ativo é requerido, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo corresponde ao valor justo de um ativo ou da unidade geradora de caixa (CGU), menos os custos de venda, ou o seu valor em uso baseado no modelo do fluxo de caixa descontado, dos dois o menor, sendo determinado individualmente para cada ativo, a menos que o ativo não gere entradas de fluxo de caixa que sejam independentes daqueles de outros ativos ou grupos de ativos. Quando o valor contábil de um ativo ou CGU ultrapassar o seu valor recuperável, considera-se ter havido perda no valor recuperável do ativo, sendo ajustado ao seu valor recuperável. Na estimativa do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações de mercado atuais do valor temporal do dinheiro e riscos específicos inerentes ao ativo. Um modelo adequado de avaliação é utilizado para determinar o valor justo menos custo de venda. Esses cálculos são confirmados por múltiplos de avaliação e outros indicadores de valor justo disponíveis.
Perdas no valor recuperável de operações presentes e futuras são reconhecidas na demonstração do resultado nas categorias de despesa consistentes com a função do ativo afetado.

Para ativos que excluem ágio, uma avaliação é feita a cada encerramento do exercício social sobre a existência de qualquer indício de que as perdas ao valor recuperável anteriormente reconhecidas não mais existam ou possam ter sofrido redução. Se existir esse indício, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda de valor recuperável anteriormente reconhecida é estornada apenas se tiver ocorrido uma mudança nas premissas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo, desde que a última perda de valor recuperável foi reconhecida. O estorno é limitado de forma que o valor contábil do ativo não ultrapasse o seu valor recuperável, nem o valor contábil que seria determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda de valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Esse estorno é reconhecido na demonstração do resultado.

- (j) Passivos financeiros
Os passivos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia assume uma obrigação prevista em disposição contratual de um instrumento financeiro. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados pelos seus valores justos, acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis à suas aquisições ou emissões. Os passivos financeiros da Companhia são mensurados pelo custo amortizado. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e debêntures.
(i) Contas a pagar aos fornecedores
As contas a pagar aos fornecedores são compromissos vencíveis em um prazo máximo de 30 (dias), sendo, em razão disso, reconhecidos como sendo de valor justo.
(ii) Empréstimos e financiamentos e debêntures
Os empréstimos são reconhecidos, de início, pelo valor justo, líquido dos custos das transações incorridas. Os empréstimos são subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.
As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado.
O valor justo da parcela do passivo de um título de dívida conversível é determinado com o uso da taxa de juros de mercado para o mesmo título de dívida caso este não fosse conversível, obtida junto à instituição financeira que o concedeu. Esse valor é registrado como passivo com base no custo amortizado, até que esta obrigação seja extinta na conversão ou no vencimento dos títulos de dívida. Este é reconhecido e incluído no patrimônio líquido, líquido dos efeitos do imposto de renda e da contribuição social. O valor contábil da opção de conversão não é reavaliado em exercícios subsequentes.
Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

- (k) Apresentação pelo líquido
Passivos e ativos financeiros somente são apresentados pelo líquido no balanço patrimonial se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

- (l) Provisões
As provisões tributárias e para ações judiciais são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor possa ser estimado com razoável segurança.
Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações com um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.
Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, provisões são descontadas a valor presente utilizando-se a taxa de juros antes do imposto de renda que for utilizado, quando for o caso, os riscos específicos inerentes à obrigação. Quando o desconto for refletido, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como uma despesa financeira.

- (m) Tributação
Os juros sobre capital próprio a pagar a acionistas (ou dividendos) em títulos de dívida em lucros acumulados.
Conforme determina a legislação fiscal, os juros a pagar a acionistas são calculados nos termos da Lei nº 9.249/95 e são registrados no resultado, na rubrica despesas financeiras. Para fins de publicação das demonstrações financeiras, esses juros sobre o capital próprio são revertidos na rubrica de despesas financeiras e apresentados a débito do balanço.

- (n) Tributações
A tributação sobre a renda compreende o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto e na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.
(i) Imposto de renda corrente
O encargo de imposto de renda corrente é calculado com base na legislação tributária promulgada, ou substancialmente promulgada, na data do balanço, da controladora e suas controladas que geram lucro real. A administração avalia, periodicamente, a posição assumida em declarações de impostos com relação a situações nas quais a regulamentação fiscal aplicável está sujeita a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriada, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.
(ii) Impostos diferidos
Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço considerando as diferenças entre as bases fiscais e contábeis de ativos e passivos.
Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:
• onde o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo tributário; e
• a respeito das diferenças tributárias temporárias relacionadas com investimentos em subsidiárias, onde o tempo da reversão da diferença temporária pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

- Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que é provável que lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados exceto quando:
• o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é considerado uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo tributário; e
• a respeito das diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em subsidiárias, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que é provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável estará disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.
O valor contábil apurado dos ativos tributários diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que toda ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Ativos tributários diferidos ajustados são reavaliados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se tornam prováveis que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

- Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que são esperadas serem aplicáveis no ano em que estima-se que o ativo seja realizado ou que o passivo seja liquidado, baseado nas alíquotas de imposto (e legislação tributária) que foram promulgadas na data do balanço.
(iii) Impostos sobre vendas
As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições e pelas seguintes alíquotas básicas:

Impostos	Alíquota %
PIS/PASEP - Programa de integração social.....	1,65
COFINS - Contribuição para financiamento para segurança social.....	7,60
ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços.....	7,00 a 18,00

Esses tributos são apresentados como deduções da receita na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos serviços prestados na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado.

- (n) Benefícios a empregados
(i) Obrigações de aposentadoria
A Companhia implantou em 29 de outubro de 2010 uma nova estratégia previdencial, a qual definiu o fechamento do Plano de Benefício Definido para novas adições naquela data e a criação do Plano de Benefício Saldado e do novo Plano de Contribuição Definida. O resultado dessa estratégia está demonstrado na Nota 17, onde se verifica a significativa redução dos riscos para a Companhia e para os empregados, decorrente das migrações realizadas entre os planos.
O Plano de Benefício Saldado é constituído pelo direito acumulado de cada participante calculado na data de implantação da nova estratégia. Esse plano receberá apenas as contribuições para a cobertura de despesas administrativas e apesar de estudos não apontarem possibilidade de insuficiência financeira, em razão dos superávits gerados pelos ativos do plano, face a diferença ocorrida entre o valor da correção dos benefícios calculado pela variação do INPC e os rendimentos dos ativos calculados por taxas de mercado, as eventuais insuficiências serão cobertas por contribuições extraordinárias da patrocinadora e dos participantes de forma paritária.
O Novo Plano de Contribuição Definida funciona como uma poupança individual para a aposentadoria, recebendo contribuições do participante e da patrocinadora que são depositadas em conta individual de cada participante. Todas as contribuições recebidas são aplicadas no mercado financeiro. Além disso, durante a permanência na Companhia, o participante pode programar a formação dessa reserva de acordo com a sua disponibilidade financeira. A contribuição da patrocinadora será igual a contribuição do participante, que por sua vez é correspondente à aplicação de um percentual de 3% a 10%, conforme opção do participante, sobre o seu salário efetivo.
O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos acima referenciais é o valor presente da obrigação na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de custos de serviços passados não reconhecidos. A obrigação é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método do crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão. O valor dos ativos do plano é mensurado com base no valor justo.
Ganhos e perdas atuariais são reconhecidos como receita ou despesa quando os ganhos ou perdas atuariais acumulados líquidos não reconhecidos para cada plano no final do período base anterior ultrapassarem 10% da obrigação ou o valor justo dos ativos dos planos naquela data, dos dois o maior. Esses ganhos ou perdas são reconhecidos ao lon-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009
 (Em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

go do tempo de serviço médio de trabalho remanescente esperado dos funcionários que participam dos planos.

(ii) Participação nos lucros

A Companhia provisiona a participação de empregados no resultado, em função de metas operacionais e financeiras divulgadas aos seus colaboradores. Tais valores são registrados nas rubricas participação sobre lucros a pagar aos empregados, no passivo circulante, e participação nos lucros e resultados por empregados, no resultado. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada.

(o) Subvenções e assistências governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo governo e de que serão auferidas. As mesmas são registradas como receita no resultado durante o período necessário para confrontar a despesa que a subvenção ou assistência governamental pretende compensar.

Quando a Companhia receber benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais imediatas.

(p) Capital social

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Quando a Companhia compra ações do capital de sua emissão (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do capital atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou recompradas. Quando essas ações são, subsequentemente, reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, diretamente atribuíveis e líquido dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no capital atribuível aos acionistas da Companhia.

(q) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber principalmente pela comercialização de produtos e prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como após a eliminação das vendas entre empresas da Companhia.

A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(i) Prestação de serviços

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. As receitas de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário e de serviços de irrigação não faturadas são contabilizadas na data da prestação do serviço, como contas a receber de clientes a faturar, com base em estimativas mensais, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

(ii) Contratos de construção

Um grupo de contratos de construção é tratado como um contrato de construção único quando: i) o grupo de contratos foi negociado com um pacote único; ii) os contratos estiverem tão diretamente inter-relacionados que sejam, com efeito, parte do projeto único com margem de lucro global, e iii) os contratos são executados simultaneamente ou em sequência contínua.

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o CPC 17 Contratos de Construção, segundo o método de porcentagem de conclusão. O percentual concluído é definido conforme método de execução com base no cronograma físico - financeiro de cada contrato.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita, que segue o método de custo mais margem. A receita é reconhecida pelas taxas anuais contratadas ou estimadas, conforme abaixo:

	2010	2009
Subcontratações.....	1,04%	1,04%
Materiais de obras.....	4%	4%
Supervisão de contratos - Divisão de Expansão.....	12%	12%
Juros.....	12%	12%

Quando o encerramento de um contrato de construção não puder ser estimado de forma confiável, a receita é reconhecida de forma limitada aos custos incorridos que serão recuperados.

(iii) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva. Quando uma perda do valor recuperável é identificada em relação a uma aplicação financeira ou uma conta a receber, a Companhia reduz o valor contábil ao seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa de juros efetiva original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados ao ativo, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa de juros efetiva utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original da aplicação financeira ou das contas a receber.

(iv) Venda de produtos

A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos e dos descontos incidentes sobre esta. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são faturadas, e os descontos sobre vendas quando conhecidos. As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável, a Companhia não detém mais controle sobre a mercadoria vendida ou qual outra responsabilidade relacionada à propriedade desta, os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito a transação podem ser mensurados de maneira confiável, é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia e os riscos e os benefícios dos produtos foram integralmente transferidos ao comprador. Os fretes sobre vendas são incluídos no custo das vendas.

(r) Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base na legislação societária brasileira e no Estatuto Social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido na data em que é aprovado pelos órgãos competentes de Acionistas ou pago, o que ocorrer primeiro.

O valor que estiver dentro da parcela de acionista do dividendo mínimo obrigatório é registrado como passivo na rubrica "Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar" por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Companhia; entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem as demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para a sua emissão, é registrada na rubrica "Dividendo adicional proposto" no patrimônio líquido.

(s) Contratos de concessão

A Companhia possui contratos de concessão pública de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Os contratos de concessão são firmados com os municípios, com intervenção do Estado de Minas Gerais. Os contratos de concessão foram reconhecidos conforme requerimentos da ICPC 01.

Os contratos de concessão representam um direito de cobrar os usuários dos serviços públicos, via tarifação controlada pela Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais - ARSAE-MG, pelo período de tempo estabelecido nos contratos de concessão. A Companhia reconhece como um ativo intangível este direito de cobrar os usuários durante período de concessão, sendo o valor amortizado conforme divulgado no item (g) desta nota.

Adicionalmente, a Companhia possui em todos os seus contratos, exceto nos Municípios de Ipatinga e Além Paraíba, um direito incondicional de receber caixa ao final da concessão como forma de indenização pela devolução dos ativos ao poder concedente. Nestes casos, a Companhia reconheceu um ativo financeiro, descontado a valor presente, considerando a melhor estimativa de recebimento ao final da concessão, conforme divulgado no item (c) desta nota.

(t) Custos dos empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição ou construção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimo são registrados em despesa no período em que ocorrerem. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

Conforme permitido pela ICPC 01, a Companhia capitaliza os custos dos empréstimos referentes aos ativos intangíveis relacionados aos serviços de construção referente aos contratos de concessão de serviços públicos.

(u) Partes relacionadas

A Companhia reconhece como parte relacionada, além das relações de negócios mantidas com as suas Subsidiárias Integrais, as transações financeiras mantidas com o pessoal chave da Administração, com o seu Acionista majoritário e com as Empresas e/ou Órgãos a ele ligados, direta ou indiretamente, desde que haja com essas Empresas ou Órgãos relações contratuais formalizadas que gerem transações financeiras.

04. Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis Significativas

A preparação das informações financeiras do exercício da controladora e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Os principais assuntos sujeitos a julgamento e estimativas podem ser assim descritos:

(i) Reconhecimento de receita de construção

A Companhia usa o método de porcentagem de conclusão (POC) para contabilizar seus contratos de prestação de serviços de construção acordados a preço fixo. O uso do método POC requer que a Companhia estime os serviços realizados até a data-base do balanço como uma proporção dos serviços totais contratados. Se a proporção dos serviços realizados em relação ao total dos serviços contratados apresentasse uma diferença acima de 10% em relação às estimativas da administração, a receita reconhecida no exercício aumentaria em R\$129.492; caso a diferença fosse inferior a 10% em relação às estimativas da administração, a receita reconhecida no exercício sofreria queda de R\$60.508.

(ii) Benefícios de planos de pensão

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam determinadas premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de juros de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas poderão afetar o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia determina a taxa de juros de desconto apropriada ao final de cada exercício, que deveria ser usada para determinar o valor presente de saídas de caixa futuras estimadas necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera que a taxa de desconto no Brasil, para fins de atendimento ao disposto nas normas contábeis, deve ser obtida com base nos retornos oferecidos pelos títulos do governo (NTN-B) na data-base da avaliação atuarial, sem ajustes em função de fatores de risco (NTN ou expectativas futuras de oscilações na rentabilidade destes títulos).

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 17.

(iii) Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e o valor e época de resultados tributáveis futuros.

Dado o amplo espectro de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrados. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência em auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos dependendo das condições vigentes.

Impostos diferidos ativo são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e valores estimados de lucros tributáveis futuros, juntamente com futuras estratégias de planejamento fiscal.

Para mais detalhes sobre impostos diferidos, vide Nota 15.

(iv) Perda do valor recuperável de Ativos não Financeiros

Uma perda de valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vender é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos incrementais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos 5 (cinco) anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhoraria a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e a taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

05. Contratos de Concessão de Serviços Públicos

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possui contratos de concessão de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário com 879 localidades do Estado de Minas Gerais. Os contratos de concessão são firmados com cada município, por períodos que variam entre 30 anos e 99 anos, sendo todos os contratos bastante similares em termos de direitos e obrigações do concessionário e do poder concedente.

O sistema de tarifação para o abastecimento de água e esgotamento sanitário é controlado pela Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário - ARSAE - MG e são revistas anualmente, tendo como base a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da Companhia, considerando tanto os investimentos efetuados como sua estrutura de custos e despesas. A cobrança pelos serviços ocorre diretamente dos usuários, tendo como base o volume de água consumida e esgoto coletado multiplicado pela tarifa autorizada.

Os prazos das principais concessões bem como as principais alterações ocorridas nos contratos de concessão ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 estão descritas na Nota 01.

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2010, R\$280.053 como contas a receber do poder concedente (municípios), referente ao montante esperado de recebimento ao final das concessões (R\$286.225 em 31 de dezembro de 2009). Estes valores foram ajustados aos respectivos valores presentes no reconhecimento inicial, tendo sido descontados pelas taxas médias ponderadas de custo de capital - WACC, atrelados aos respectivos contas a receber. Os valores dos ativos intangíveis foram reconhecidos pela diferença entre o valor justo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação dos serviços de concessão e o valor contábil dos ativos financeiros reconhecidos.

Os resultados dos serviços de construção realizados pela Companhia no exercício estão demonstrados abaixo:

	31/12/2010	31/12/2009
Receita de construção.....	915.508	1.068.403
Custo de construção.....	(893.606)	(1.041.489)

06. Caixa e Equivalentes de Caixa

(a) Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora	
	31/12/2010	31/12/2009
Recursos em caixa e bancos.....	40.318	33.216
Certificados de depósitos bancários de curto prazo.....	35.473	222.686
Total.....	75.791	255.902

	Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009
Recursos em caixa e bancos.....	41.509	34.941
Certificados de depósitos bancários de curto prazo.....	36.143	222.910
Total.....	77.652	257.851

A Companhia mantém aplicados os recursos próprios provenientes de sua atividade, em Certificados de Depósito Bancário - CDBs, que são títulos de renda fixa, cuja remuneração é baseada substancialmente na variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, que no exercício de 2010, foi de 98% a 115% (98,50% a 115% no exercício de 2009). As receitas financeiras no exercício 2010 totalizaram R\$22.915 (R\$68.361 no exercício de 2009), sendo R\$16.096 relativo às aplicações financeiras com resgate inferior a 90 dias e R\$3.865 às aplicações financeiras com resgate superior a 90 dias, além de R\$2.954 relativo à caução das debêntures (R\$2.167 em 2009).

Nos exercícios de 2010 e de 2009, a Companhia classificou seus títulos e valores mobiliários como caixa e equivalentes de caixa, por serem considerados ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

(b) Movimentação das aplicações financeiras

	Controladora	
	2010	2009
Em 1º de janeiro.....	222.686	754.204
Novas aplicações.....	1.857.203	740.486
Rendimentos.....	16.096	68.361
Resgates.....	(2.060.510)	(1.340.365)
Em 31 de dezembro.....	35.475	222.686

	Consolidado	
	2010	2009
Em 1º de janeiro.....	222.910	754.204
Novas aplicações.....	1.859.383	740.808
Rendimentos.....	16.130	68.390
Resgates.....	(2.062.280)	(1.340.492)
Em 31 de dezembro.....	36.143	222.910

Os ativos financeiros incluem somente valores em Reais, não havendo aplicações em moeda estrangeira.

Nenhum desses ativos financeiros está vencido e não foram identificadas perdas dos seus valores recuperáveis.

07. Contas a Receber de Clientes e Demais Contas a Receber

Os valores a receber de clientes têm a seguinte composição por vencimento:

	Controladora	
	31/12/2010	31/12/2009
A vencer.....	64.719	94.988
Vencidos até 30 dias.....	62.918	59.491
Vencidos de 31 até 60 dias.....	28.289	28.241
Vencidos de 61 até 90 dias.....	12.594	13.372
Vencidos de 91 até 180 dias.....	21.230	22.578
Vencidos acima de 180 dias.....	37.809	29.939
Valores faturados.....	227.559	248.609
Valores a faturar.....	228.772	188.388
Contas a receber de clientes.....	456.331	436.997
(-) Provisão para perdas de contas a receber de clientes.....	(21.480)	(35.192)
Contas a receber de longo prazo (Nota 25).....	434.851	401.805
Contas a receber de clientes, líquidas.....	182.335	198.964
Contas a receber de clientes, líquidas.....	617.186	600.769
Ativos financeiros mantidos até o vencimento (c).....	56.365	157.500
Cauções em garantias de empréstimos e debêntures (d).....	100.986	80.487
Créditos com controladas (a).....	59.970	45.158
Aplicação financeira vinculada (b).....	41.621	44.598
Total.....	876.128	928.512
Ativo não circulante.....	(384.912)	(369.207)
Ativo circulante.....	491.216	559.305

	Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009
A vencer.....	68.054	98.388
Vencidos até 30 dias.....	62.918	59.491
Vencidos de 31 até 60 dias.....	28.289	28.241
Vencidos de 61 até 90 dias.....	12.594	13.372
Vencidos de 91 até 180 dias.....	21.230	22.578
Vencidos acima de 180 dias.....	37.809	29.939
Valores faturados.....	230.894	252.009
Valores a faturar.....	229.331	188.393
Contas a receber de clientes.....	460.225	440.402
(-) Provisão para perdas de contas a receber de clientes.....	(22.651)	(36.360)
Contas a receber de longo prazo (Nota 25).....	437.574	404.402
Contas a receber de longo prazo (Nota 25).....	182.335	198.964
Contas a receber de clientes, líquidas.....	619.909	603.006
Ativos financeiros mantidos até o vencimento (c).....	56.365	157.500
Cauções em garantias de empréstimos e debêntures (d).....	100.986	80.487
Aplicação financeira vinculada (b).....	41.621	44.597
Total.....	818.881	885.590
Ativo não circulante.....	(324.942)	(324.048)
Ativo circulante.....	493.939	561.542

Em 31 de dezembro de 2010, o total das contas a receber de clientes R\$475.826 estavam adimplentes (R\$482.340 em dezembro de 2009).

Em 31 de dezembro de 2010, as contas a receber de clientes no valor de R\$113.171 (R\$114.625 em dezembro de 2009) encontram-se vencidas, mas não possuem provisão para perdas. Essas contas referem-se a uma série de clientes independentes que não têm histórico de inadimplência recente. A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

	31/12/2010	31/12/2009
Até três meses.....	97.986	96.121
De três a seis meses.....	18.649	18.042
Estado de Minas Gerais.....	536	462
Total.....	113.171	114.625

Em 31 de dezembro de 2010, as contas a receber de clientes no total de R\$21.480 (R\$35.192 em dezembro de 2009) estavam vencidas e consideradas irrecuperáveis. As contas a receber individualmente irrecuperáveis referem-se principalmente a clientes prestadores de serviço na área da saúde, para os quais a COPASA, em virtude de sua política e imagem social, não interrompe os serviços de fornecimento de água tratada e abastecimento sanitário. Segundo avaliação da Administração, uma parcela dessas contas a receber pode ser recuperada. Os vencimentos dessas contas a receber são como seguem:

	31/12/2010	31/12/2009
A vencer.....	770	1.214
Vencidos até 30 dias.....	526	1.469
Vencidos de 31 a 60 dias.....	737	1.684
Vencidos de 61 a 90 dias.....	716	1.478
Vencidos de 91 a 180 dias.....	2.502	4.529
Vencidos de 181 a 360 dias.....	4.516	8.499
Vencidos acima de 360 dias.....	11.713	16.319
Total.....	21.480	35.192

As contas a receber de clientes e demais contas a receber da Companhia são mantidas apenas em Reais, não havendo contas a receber em moeda estrangeira.

A movimentação na provisão para perdas de contas a receber de clientes da Companhia foi a seguinte:

	2010	
	Controladora	Consolidado
Em 1º de janeiro.....	35.192	36.360
Provisão para perdas de contas a receber.....	56.613	56.616
Contas a receber de clientes baixadas durante o trimestre como incobráveis.....	(70.325)	(70.325)
Em 31 de dezembro.....	21.480	22.651

A provisão para perdas do valor recuperável do "contas a receber" foi registrada no resultado do exercício como "outras despesas". Os valores debitados à conta de provisão são geralmente baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

As outras classes de contas a receber de clientes e demais contas a receber não contém ativos com perda do valor recuperável.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação deste relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima (Nota 19). A Companhia mantém receitas tarifárias como garantia em financiamentos.

(a) Refere-se a contratos de mútuo e a despesas com salários e encargos de funcionários cedidos pela COPASA às suas subsidiárias e que estão sendo reembolsados de acordo com o previsto contratualmente, sendo R\$43.441 referente às Águas Mineiras, R\$14.916 referente à COPANOR e R\$1.613 referente à Serviços de Irrigação (R\$31.621, R\$11.680 e R\$1.857 em 31 de dezembro de 2009, respectivamente).

(b) Refere-se a recursos financeiros da Agência Nacional de Águas - ANA, em poder da COPASA, no âmbito do Programa de Des

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 (Em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

preparadas no pressuposto de sua continuidade e não incluem ajustes relativos à realização e classificação de seus ativos nem a valorização de seus passivos, que poderiam ser requeridos na impossibilidade dessa subsidiária continuar operando.

O Conselho de Administração da COPASA MG autorizou, em 28 de janeiro de 2010, a realização de investimento no valor de R\$21.800, de forma minoritária, na Sociedade Propósito Específico em conjunto com as empresas Odebrecht Engenharia Ambiental e Lumina Resíduos Industriais S.A., correspondendo a uma participação de 15,5%. Este investimento foi efetivado em janeiro de 2011, com a integralização de capital na referida sociedade.

09. Intangível

Custo	Controladora					Total
	Sistemas de água	Esgotamento sanitário	Direitos de uso	Outros(*)	Em formação	
Saldo contábil em 31/12/2009	3.561.416	1.657.262	189.186	(99.569)	2.377.774	7.686.069
Reclassificações	1.829	1.011	44.981	(44.933)	-	2.888
Adições/transfêrencias	244.431	571.972	42.610	(12.357)	570.836	1.417.492
Baixas/transfêrencias	16.063	29.968	58	(3.429)	(486.767)	(444.107)
Saldo contábil em 31/12/2010	3.823.739	2.260.213	276.835	(160.288)	2.461.843	8.662.342
Amortização						
Saldo contábil em 31/12/2009	(2.161.948)	(577.470)	(33.054)	(9.978)	-	(2.782.450)
Adições	(160.515)	(84.650)	(5.982)	234	-	(250.913)
Baixas	2.093	65	-	594	-	2.752
Saldo contábil em 31/12/2010	(2.320.370)	(662.055)	(39.036)	(9.150)	-	(3.030.611)
Saldo líquido 31/12/2010	1.503.369	1.598.158	237.799	(169.438)	2.461.843	5.631.731
Saldo líquido 31/12/2009	1.399.468	1.079.792	156.132	(109.547)	2.377.774	4.903.619

A amortização do exercício, apropriada ao resultado, foi de R\$235.305 (R\$230.569 em 2009) como custo dos serviços prestados, de R\$4.039 (R\$4.656 em 2009) como despesas comerciais e de R\$11.569 (R\$12.111 em 2009) como despesas administrativas.

(*) Refere-se principalmente a reversão das doações.

Custo	Consolidado					Total
	Sistemas de água	Esgotamento sanitário	Direitos de uso	Outros (*)	Em formação	
Saldo contábil em 31/12/2009	3.902.205	1.707.728	191.374	(97.453)	2.375.898	8.079.752
Adições/transfêrencias	241.617	572.093	42.652	21.859	572.712	1.450.933
Baixas/transfêrencias	19.545	29.973	(27)	45	(486.767)	(437.231)
Saldo contábil em 31/12/2010	4.163.367	2.309.794	233.999	(75.549)	2.461.843	9.093.454
Amortização						
Saldo contábil em 31/12/2009	(2.443.881)	(619.613)	(37.352)	(10.604)	-	(3.111.450)
Adições	(196.857)	(108.570)	(7.456)	12.709	-	(300.174)
Baixas	1.948	15	-	594	-	2.557
Saldo contábil em 31/12/2010	(2.638.790)	(728.168)	(44.808)	2.699	-	(3.409.067)
Saldo líquido 31/12/2010	1.524.577	1.581.626	189.191	(72.850)	2.461.843	5.684.387
Saldo líquido 31/12/2009	1.458.324	1.088.115	154.022	(108.057)	2.375.898	4.968.302

A amortização do exercício, apropriada ao resultado, foi de R\$288.457 (R\$220.380 em 2009) como custo dos serviços prestados, de R\$3.090 (R\$4.532 em 2009) como despesas comerciais e de R\$8.627 (R\$10.166 em 2009) como despesas administrativas.

No exercício a Companhia capitalizou, na conta "obras em andamento", juros e encargos no valor de R\$86.558 (aproximadamente R\$82.000 no exercício de 2009).

(*) Refere-se principalmente a reversão das doações.

10. Imobilizado

Custo	Controladora					Total
	Terrenos e construções	Máquinas e equipamentos	Veículos	Outros		
Saldo contábil em 31/12/2009	91.002	155.902	99.180	214	346.298	
Reclassificações	(744)	(2.457)	(90)	(54)	(3.345)	
Adições	12.443	23.991	3.613	23	40.070	
Baixas	(45)	(1.581)	(13)	(41)	(1.680)	
Saldo contábil em 31/12/2010	102.656	175.855	102.690	142	381.343	
Depreciação						
Saldo contábil em 31/12/2009	(56.662)	(113.246)	(82.215)	(192)	(252.315)	
Adições	(1.474)	(9.438)	(7.825)	87	(18.650)	
Baixas	21	1.423	42	-	1.486	
Saldo contábil em 31/12/2010	(58.115)	(121.261)	(89.998)	(105)	(269.479)	
Saldo líquido 31/12/2010	44.541	54.594	12.692	37	111.864	
Saldo líquido 31/12/2009	34.340	42.656	16.965	22	93.983	

A depreciação do exercício, apropriada ao resultado, foi de R\$17.586 (R\$15.719 em 2009) como custo dos serviços prestados, de R\$275 (R\$317 em 2009) como despesas comerciais e de R\$789 (R\$826 em 2009) como despesas administrativas.

Custo	Consolidado					Total
	Terrenos e construções	Máquinas e equipamentos	Veículos	Outros	Obras em andamento	
Saldo contábil em 31/12/2009	98.838	161.695	101.084	22.550	4.249	388.416
Adições	11.672	41.853	4.255	(20.481)	372	37.671
Baixas	(45)	(1.581)	(14)	2.226	(3.220)	(2.634)
Saldo contábil em 31/12/2010	110.465	201.967	105.325	4.295	1.401	423.453
Depreciação						
Saldo contábil em 31/12/2009	(64.059)	(119.003)	(84.118)	(210)	-	(267.390)
Adições	(1.511)	(9.864)	(8.143)	(2.605)	-	(22.123)
Baixas	21	1.423	42	2.267	-	3.753
Saldo contábil em 31/12/2010	(65.549)	(127.444)	(92.219)	(548)	-	(285.760)
Saldo líquido 31/12/2010	44.916	74.523	13.106	3.747	1.401	137.693
Saldo líquido 31/12/2009	34.779	42.692	16.966	22.340	4.249	121.026

A depreciação do exercício, apropriada ao resultado, foi de R\$20.023 (R\$16.410 em 2009) como custo dos serviços prestados, de R\$552 (R\$441 em 2009) como despesas comerciais e de R\$1.548 (R\$988 em 2009) como despesas administrativas.

11. Fornecedores e Outras Obrigações

	Controladora	
	31/12/2010	31/12/2009
Contas a pagar aos fornecedores	120.135	95.473
Impostos, taxas e contribuições	43.535	38.565
Parcelamento de impostos (c)	229.238	271.257
Provisão para férias	72.854	66.973
Juros sobre capital próprio (Nota 18)	66.859	53.276
Energia elétrica (a)	44.784	59.008
Depósito para obras (b)	34.030	39.858
Provisão para perdas com investimentos	27.957	8.304
Outras contas a pagar	43.249	23.185
Total	682.641	655.899
Passivo não circulante	(287.370)	(286.011)
Passivo circulante	395.271	369.888
Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009
Contas a pagar aos fornecedores	122.325	96.680
Impostos, taxas e contribuições	43.818	38.788
Parcelamento de impostos (c)	229.238	271.257
Provisão para férias	73.154	67.051
Juros sobre capital próprio (Nota 18)	66.859	53.276
Energia elétrica (a)	44.784	59.008
Depósito para obras (b)	34.032	39.861
Outras contas a pagar	43.378	23.305
Total	657.588	649.226
Passivo não circulante	(259.415)	(277.710)
Passivo circulante	398.173	371.516

A parcela não circulante é composta principalmente pelo parcelamento de impostos.

(a) Energia elétrica

Refere-se a parcelamento de dívida oriunda de faturas vencidas, conforme Termo de Acordo e Reconhecimento de Dívida formalizado junto à Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG em 04 de outubro de 2004, no qual a Companhia reconheceu a dívida de R\$78.495, que foi negociada em 96 parcelas mensais e sucessivas até setembro de 2012, atualizadas pelo IGP-M e acrescidas de juros de 0,5% ao mês. Em 31 de dezembro de 2010, restam 21 parcelas a serem pagas. O circulante registra ainda o valor das faturas mensais, no valor de R\$4.607 (R\$5.636 em 2009).

(b) Depósitos para obras

Em dezembro de 2003, a Companhia recebeu repasse de recursos provenientes do Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas - PRODES, no valor de R\$12.636, realizados pela Agência Nacional de Águas - ANA, como contrapartida da participação do Governo Federal na construção da estação de tratamento de esgoto do Ribeirão do Onça, em Belo Horizonte. Conforme previsto na cláusula 6ª do contrato 012/2003 assinado em 21 de novembro de 2003, a liberação do pagamento pelo esgoto tratado será efetuada à Companhia em duas parcelas trimestrais e sucessivas após a certificação das metas de abatimento de cargas poluidoras a ser emitida pela referida agência. O prazo de vigência contratual inicialmente previsto para 31 de dezembro de 2007 foi aditado para 1ª de julho de 2013, e a solicitação de emissão da certificação pela Companhia foi requerida em 1ª de julho de 2009, conforme o previsto no 3º Termo Aditivo ao referido contrato, assinado em 15 de agosto de 2007. Como a Companhia já possuía, desde novembro de 2008, estudos que comprovavam o cumprimento da 1ª etapa das metas, prevista para julho de 2009, foi reconhecido o direito a 1/3 do valor repassado pela ANA, correspondente a R\$7.499, tendo sido creditado R\$1.250 em receita financeira e R\$6.249 em receita diferida em 2008. Foram reconhecidos como receita do exercício de 2009 R\$6.249 relativo à receita diferida lançada em 2008, e R\$708 relativo a 1/3 da receita auferida no exercício pela aplicação dos recursos recebidos. No exercício de 2010 foi reconhecido como receita R\$494 relativo a 1/3 da receita auferida no exercício pela aplicação dos recursos recebidos, e em outubro de 2010 foi reconhecido o direito a mais 1/3 do valor repassado pela ANA, correspondente ao cumprimento da 2ª etapa das metas, no valor de R\$8.665, tendo sido creditado R\$2.166 em receita financeira e R\$6.499 em receita diferida. O cumprimento do cronograma estabelecido a partir do início da certificação transcorre normalmente, com o envio de relatórios trimestrais à ANA. O valor aplicado atualizado até 31 de dezembro de 2010, relativo a este repasse, é de R\$17.501 (R\$22.283 em 2009) - Nota 07.

Em dezembro de 2007, a Companhia recebeu o valor de R\$18.720 relativos a novo repasse de recursos realizado pela Agência Nacional de Águas - ANA, como contra-

partida da participação do Governo Federal na construção da Estação de Tratamento de Esgoto Sanitário de Betim Central, em Betim. Conforme previsto na cláusula 6ª do contrato 039/2007 assinado em 11 de dezembro de 2007, a liberação do pagamento pelo esgoto tratado será efetuada à Companhia em doze parcelas trimestrais e sucessivas após a certificação das metas de abatimento de cargas poluidoras a ser emitida pela referida agência. A Companhia iniciou o processo de certificação do Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas - PRODES em 1º de julho de 2009 e, em 15 de outubro de 2009 encaminhou relatório para a aprovação da ANA, que fez questionamentos e considerações técnicas, agendando reunião para 29 de janeiro de 2010 para esclarecimentos e continuidade do cronograma previsto. Recebida a aprovação para a primeira medição, a Companhia terá disponibilizado o equivalente a 1/12 avos dos recursos existentes em conta vinculada. Dessa forma, a cada três meses a Companhia deverá emitir relatório de medição e enviá-lo para aprovação da ANA, até completar as doze medições previstas em contrato. Ressalte-se, entretanto, a possibilidade de renegociar com a agência datas de realização de novas medições, devido a não conclusão de empreendimentos que influirão no cumprimento de metas. O valor aplicado atualizado até 31 de dezembro de 2010, relativo a este repasse, é de R\$24.120 (R\$22.314 em 2009) - Nota 07.

(c) Parcelamento de impostos

	Controladora 31/12/2010	Consolidado 31/12/2009
Parcelamento de impostos (*)	24.576	54.493
Parcelamento de ISS (**)	204.662	216.764
Total	229.238	271.257
Parcela circulante	(36.370)	(76.169)
Parcela não circulante	192.868	195.088

(*) Em 2001, a Companhia adquiriu de terceiros, com deságio de 15%, o valor de R\$65.800 em créditos-prêmio de IPI, os quais foram utilizados para compensação de débitos tributários próprios. Os mencionados créditos foram adquiridos com base em liminares proferidas em ações judiciais propostas pelas empresas cedentes dos créditos. Apesar de a Receita Federal do Brasil ter emitido os correspondentes documentos comprobatórios do pedido de compensação, o Fisco tem entendido em diversas situações que os créditos adquiridos não são passíveis de compensação, seja em razão de sua origem (créditos cedidos por terceiros), seja em razão de sua natureza (crédito-prêmio de IPI), seja em razão da provisoriedade da cessão (as ações ainda não transitaram em julgado). O Superior Tribunal de Justiça vinha reconhecendo, até recentemente, o direito do crédito-prêmio de IPI. Contudo, houve recente modificação da jurisprudência desse órgão, que passou a concluir pela tese de que, por se tratar de incentivo de natureza setorial, o termo de sua vigência teria ocorrido em 05 de outubro de 1990.

Diante do cenário jurisprudencial atual, Pleno do entendimento de que a matéria depende de julgamento definitivo pelo Supremo Tribunal Federal, nossos consultores externos classificam a possibilidade de perda sobre esse assunto como sendo provável.

A Companhia decidiu pagar esta contingência, e em 27 de novembro de 2009 efetivou pedido de parcelamento de débito, em doze parcelas, em conformidade com a Medida Provisória nº 470, de 2009. Para registro contábil, a totalidade dos créditos adquiridos foi atualizada, perfazendo o total de R\$157.179. Assim, o saldo da provisão, que era de R\$70.299, foi acrescido em R\$86.880, e a receita auferida pela adesão ao parcelamento foi creditada em R\$91.788, permanecendo saldo de R\$65.391 na conta de provisão de crédito-prêmio IPI, que foi o valor objeto de parcelamento. Em setembro de 2010 a Companhia efetivou novo pedido de parcelamento, no valor de R\$28.086, em doze parcelas, em complemento ao pedido anterior.

(**) Refere-se a termo de compensação no qual os débitos tributários e não tributários devidos pela COPASA serão compensados com os créditos relativos a faturas de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário devidos pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. As dívidas recíprocas estão sendo pagas em 120 parcelas mensais e consecutivas, com juros de 1% e atualização monetária anual pelo IPCA-E.

12. Empréstimos e Debêntures

	Controladora 31/12/2010	Consolidado 31/12/2009
Circulante		
Governo Estadual/BDMG	5.429	7.102
Caixa Econômica Federal	100.910	87.170
Tesouro Nacional	34.733	32.894
BNDES - BNE	3.469	733
União Federal - bônus	5.419	5.803
Empréstimos bancários e financiamentos	149.960	133.702
Debêntures simples	96.866	67.005
Debêntures conversíveis	502	472
Debêntures	97.368	67.477
Total circulante	247.328	201.179
Não circulante		
Governo Estadual/BDMG	11.472	14.676
Caixa Econômica Federal	652.225	665.347
Tesouro Nacional	77.397	110.879
BNDES - BNE	370.945	228.282
União Federal - bônus	49.040	56.488
Empréstimos bancários e financiamentos	1.161.079	1.075.672
Debêntures simples	568.025	499.103
Debêntures conversíveis	133.740	134.157
Debêntures	701.765	633.260
Total não circulante	1.862.844	1.708.932
Total circulante e não circulante	2.110.172	1.910.111

Os valores contábeis em comparação com seus respectivos valores justos estimados são os seguintes:

	Valor contábil		Valor justo	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Empréstimos bancários e financiamentos	1.311.039	1.209.374	1.280.125	1.284.433
Debêntures simples	664.891	566.108	552.614	558.771
Debêntures conversíveis	134.242	134.629	133.740	131.420
Total	2.110.172	1.910.111	1.966.479	1.974.624

Os valores de mercado passivos são calculados através da projeção do saldo devedor, atualizado pela taxa contratual, pelo período de meses restantes para pagamento. O valor encontrado retroage ao período atual, utilizando-se as taxas de mercado abaixo:

Linhas	Taxa contratual	Período meses	Taxa de mercado	Observações

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 (Em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

de 2002, estes contratos foram englobados no Termo de Vinculação de Receitas assinado entre a Companhia, a Caixa Econômica Federal, designada como operadora, e o Unibanco, como agente financeiro, e através do qual foram liberados novos recursos provenientes do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS. Em 04 de julho de 2006 foram celebrados novos contratos de cessão fiduciária e de vinculação de créditos para liberação de novos recursos do FGTS, no âmbito do Programa Saneamento Para Todos, que substituiu os programas existentes anteriormente, com o Bradesco e o Itaú também passando a atuar como agentes financeiros dos recursos. Como garantia a Companhia oferece:

> Cessão fiduciária de parcela dos direitos de créditos decorrentes da prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, prestados pela COPASA aos seus consumidores privados, em montante equivalente aos valores mínimos de R\$17.000 e R\$15.300 ao mês, não cumulativos, corrigidos pelo IPC-A divulgado pela FIP;

> Cessão fiduciária de parcela dos direitos da cedente contra a Caixa Econômica Federal, relativos ao fundo de liquidez, composto pelos recursos depositados na conta vinculada e na conta reserva, que deve corresponder a 3 (três) vezes o valor das parcelas vincendas, cujo saldo em 31 de dezembro de 2010 registrado na rubrica caução de garantia de financiamentos é de R\$24.158 (R\$23.636 em 2009).

Os contratos de empréstimos e financiamentos celebrados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, destinados a otimização e concessão dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário nas áreas de concessão, estão garantidos pela cessão fiduciária de parcela dos direitos de créditos decorrentes da prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, em montante equivalente aos valores mínimos de R\$3.000 e R\$23.000 ao mês, corrigidos anualmente pelo IPCA do IBGE, e por depósitos em conta reserva cujo saldo mínimo corresponde a 3 (três) vezes o valor das parcelas vincendas. O saldo desta conta, registrada na rubrica caução de garantia de financiamentos, em 31 de dezembro de 2010, é de R\$7.049 (R\$3.952 em 2009).

Os contratos de empréstimos e financiamentos celebrados junto à Caixa Econômica Federal, dentro do programa CAIXA PAC - 2009 destinados a ampliação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário nas áreas de concessão, estão garantidos pelo penhor dos direitos emergentes da concessão, caucionando os direitos creditórios referentes à arrecadação da receita tarifária obtida nos municípios onde as obras serão realizadas, no valor de 3 (três) vezes o encargo mensal, creditado em conta centralizadora, e por depósitos em conta reserva cujo saldo mínimo corresponde a 1 (uma) vez o valor das parcelas vincendas. O saldo desta conta, registrada na rubrica caução de garantia de financiamentos, em 31 de dezembro de 2010, é de R\$176 (em 2009 não havia esta caução).

Outros financiamentos:

Os contratos de empréstimos e financiamentos celebrados junto à Caixa Econômica Federal, destinados à execução de obras e serviços de expansão de redes e ligações prediais, estão garantidos por depósitos em conta de caução cujo saldo mínimo corresponde a 1 (uma) vez o valor do encargo mensal, para o contrato assinado em 09 de dezembro de 2003, e a 3 (três) vezes o valor do encargo mensal, para o contrato assinado em 30 de junho de 2004, calculados com base na última cobrança disponível para estes contratos. O saldo desta conta, registrada na rubrica caução de garantia de financiamentos, em 31 de dezembro de 2010, é de R\$8.816 (R\$6.894 em 2009).

Os financiamentos relativo ao Governo Estadual/BDMG e ao Tesouro Nacional são garantidos por aval do Governo do Estado de Minas Gerais e pelas receitas tarifárias da Companhia.

c) Debêntures simples e conversíveis

Subscrições/séries	Data da subscrição	Controladora		Consolidado	
		31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
		Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Debêntures não conversíveis					
Subscrição					
1ª Emissão					
1ª e 2ª	30/06/2004	7.846	19.978	7.878	27.711
3ª e 4ª	09/11/2004	7.846	19.978	7.878	27.711
5ª e 6ª	29/07/2004	7.846	19.978	7.878	27.711
7ª	19/12/2005	3.923	9.989	3.939	13.856
8ª e 9ª	24/04/2006	7.847	19.978	7.878	27.711
10ª	19/12/2006	3.923	9.989	3.939	13.856
11ª e 12ª	23/03/2007	7.847	19.978	7.877	27.711
Total 1ª emissão		47.078	119.868	47.267	166.267
Subscrição					
3ª Emissão					
1ª a 6ª	06/12/2007	16.355	126.795	8.459	142.644
7ª	25/09/2008	2.726	21.132	1.410	23.774
8ª	06/12/2008	8.178	63.397	4.229	71.322
9ª a 11ª	30/03/2009	8.178	63.397	4.230	71.322
12ª a 14ª	27/11/2009	2.726	21.132	1.410	23.774
15ª a 17ª	26/05/2010	8.178	63.397	-	-
18ª	02/07/2010	2.726	21.133	-	-
Total 3ª emissão		49.067	380.383	19.738	332.836
Subscrição					
4ª Emissão					
1ª	27/12/2010	721	67.774	-	-
		721	67.774	-	-
Total não conversíveis		96.866	568.025	67.005	499.103
Debêntures conversíveis					
Subscrição					
2ª Emissão					
Única	28/08/2007	316	81.255	286	81.672
Única	06/09/2007	177	50.004	177	50.004
Única	03/12/2007	9	2.481	9	2.481
Total conversíveis		502	133.740	472	134.157
Total de debêntures		97.368	701.765	67.477	633.260

Debêntures não conversíveis

Subscrição 1ª emissão:

Em junho de 2004, a Companhia realizou, em lançamento privado, colocação de debêntures simples, não conversíveis em ações, mediante subscrição exclusiva pelo Banco de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Foram 300 (trezentas) debêntures de R\$1.000, cuja emissão foi realizada em 12 (doze) séries de R\$25.000 cada uma. O preço de subscrição de cada série foi equivalente ao valor nominal acrescido dos juros abaixo mencionados, calculados pró-rata temporis, desde a data de emissão até a data da efetiva subscrição, e os termos e condições contratuais foram os seguintes:

Data de emissão	15 de junho de 2004
Prazo	10 anos
Carência do principal	36 meses
Amortização	84 meses
Vencimento final	15 de julho de 2014
Remuneração	TJLP + 3,58% a.a.
Garantia	20% da receita arrecadada, mais a conta reserva

Essa 1ª emissão está garantida por 20% da receita tarifária da Companhia e por uma conta reserva cujo saldo mínimo corresponde ao pagamento de três parcelas mensais vincendas, relativas às debêntures de todas as séries colocadas e subscritas, depositado em um fundo de investimento, registrado na rubrica caução de garantia de financiamentos. Em 31 de dezembro de 2010, o montante caucionado é de R\$15.465 (R\$16.514 em 2009).

Os recursos dessa emissão destinam-se ao financiamento de projetos de ampliação e modernização de sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário nas áreas de concessão.

Subscrição 3ª emissão:

Em dezembro de 2007, a Companhia realizou, em lançamento privado, colocação de debêntures simples, não conversíveis em ações, mediante subscrição exclusiva pelo Banco de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES constituídas por 450 (quatrocentos e cinquenta) debêntures de R\$1.000, cuja emissão está sendo realizada em 18 (dezoito) séries de R\$25.000 cada uma, cujos termos e condições contratuais são os seguintes:

Data de emissão	01 de junho de 2007
Prazo	12 anos
Carência do principal	30 meses
Amortização	114 meses
Vencimento final	15 de dezembro de 2019
Remuneração	TJLP + 2,3% a.a.
Garantia	Flutuante e com cessão e vinculação de recebíveis, mais a conta reserva

Essa 3ª emissão está garantida pelo valor mensal mínimo de R\$18.000, atualizado anualmente pelo IPCA, relativo à receita tarifária da Companhia e por uma conta reserva, cujo saldo mínimo corresponde ao pagamento de três parcelas mensais vincendas, relativas às debêntures de todas as séries colocadas e subscritas, depositado em um fundo de investimento, registrado na rubrica caução de garantia de financiamentos. Em 31 de dezembro de 2010, o montante caucionado é de R\$20.683 (R\$17.122 em 2009).

Subscrição 4ª emissão:

Em julho de 2010, a Companhia realizou, em lançamento privado, colocação de debêntures simples, não conversíveis em ações, cuja emissão será realizada em 3 (três) séries, sendo que a primeira e terceira séries, no valor de R\$222.210 e R\$296.280, respectivamente, serão mediante subscrição exclusiva pelo Banco de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, e a segunda série, no valor de R\$222.210 será mediante subscrição exclusiva pelo BNDES Participações S.A - BNDESPAR. A primeira e a segunda séries

serão constituídas por 3.000 (três mil) debêntures cada, e a terceira por 4.000 (quatro mil) debêntures, totalizando 10.000 (dez mil) debêntures de R\$74,07 cada uma, cujos termos e condições contratuais são os seguintes:

Data de emissão	15 de julho de 2010
Prazo	144 meses para 1ª e 3ª séries e 145 meses para 2ª série
Carência do principal	36 meses para 1ª e 3ª séries e 37 meses para 2ª série
Amortização	108 meses para 1ª e 3ª séries e 09 anuais para 2ª série
Vencimento final	15 de dezembro de 2022
Remuneração	TJLP + 1,55% a.a. para 1ª e 3ª séries e IPCA + 1,55% a.a. para 2ª série
Garantia	Cessão fiduciária

Essa 4ª emissão está garantida pelos direitos creditórios relativos à receita tarifária da Companhia correspondente à parcela mensal de R\$32.000, atualizado anualmente pelo IPCA, e pelos direitos creditórios detidos pela Companhia contra o "Banco Depositário", relativos aos depósitos a serem realizados e aos recursos existentes na "Conta Vinculada" destinada a operacionalizar a cessão fiduciária dos direitos creditórios.

Debêntures conversíveis

Subscrição 2ª emissão:

Em 16 de julho de 2007 a Companhia assinou Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações, no valor de R\$141.024, com os seguintes termos e condições:

Data de emissão	01 de junho de 2007
Quantidade de debêntures	1.130.000
Valor nominal unitário em reais	R\$124,80
Carência do principal	59 meses
Amortização	1ª de junho de 2012 e 1ª de junho de 2013
Remuneração	TJLP + 2,3% a.a.
Garantia	Flutuante

O valor justo do componente financeiro registrado no passivo foi calculado usando-se a taxa de juros de mercado para um título de dívida não conversível equivalente. O valor residual, representando o valor da opção de conversão de capital, está incluído no patrimônio líquido em reservas de lucros (nota 18).

Foi assegurado aos acionistas da Companhia o direito de preferência para a subscrição das debêntures na proporção do número de ações de emissão da COPASA que possuam no dia 30 de julho de 2007, sendo que para subscrever 01 (uma) debênture, seria necessário que o acionista possuísse 102 (cento e duas) ações da COPASA. O prazo para exercer o direito de preferência era de 30 dias contados a partir do dia 30 de julho de 2007, data da publicação do Aviso aos Acionistas, vencido, portanto, no dia 28 de agosto de 2007. As ações da COPASA (CSMG3) foram negociadas ex direito de subscrição de debêntures desde o dia 31 de julho de 2007.

O período para opção pela conversão é de 02 de junho de 2008 a 31 de maio de 2012, quando cada debênture pode ser convertida em quatro ações ordinárias de nossa emissão, e entre 01 de junho de 2012 e 31 de maio de 2013, quando cada debênture poderá ser convertida em duas ações ordinárias de nossa emissão, ao preço de R\$31,20 por ação, atualizada conforme os termos da escritura. Até 31 de dezembro de 2010 já foram efetuadas as seguintes conversões:

Data	Quantidade	
	Debêntures convertidas	Ações ordinárias
04/08/2008	188	752
06/03/2009	5.396	21.584
12/03/2009	973	3.892
01/04/2009	20.955	82.380
18/06/2009	2.039	8.156
02/07/2009	4.208	16.832
21/07/2009	240	960
Total	33.639	134.556

O título de dívida conversível reconhecido no balanço patrimonial é calculado como segue:

	31/12/2010	31/12/2009
Componente do passivo no início do período	134.629	138.405
Conversão de debêntures	-	(4.194)
Despesa financeira	11.684	11.971
Juros pagos	(12.071)	(11.553)
Componente do passivo ao final do período	134.242	134.629

O valor justo do componente do passivo do título de dívida conversível em 31 de dezembro de 2010 totaliza R\$134.242. O valor justo é calculado utilizando-se os fluxos de caixa descontados a uma taxa baseada na taxa do instrumento semelhante sem a opção de conversão de 2,8% a.a. além da TJLP.

Os recursos provenientes da 2ª e 3ª emissão de debêntures estão sendo utilizados no Plano de Investimentos da Companhia para o período 2007/2010 sendo destinados à modernização, ampliação e implantação de estações de tratamento de água e de esgotamento sanitário, otimização das operações, com melhoria no controle de redução de perdas e para estudos e projetos de abastecimento de água e serviços de esgotamento sanitário, bem como investimentos em novas concessões e desenvolvimento institucional.

d) Cláusulas contratuais restritivas - Covenants

A Companhia possui em seus contratos de empréstimos e debêntures cláusulas restritivas que obrigam o cumprimento de garantias especiais, conforme descrito abaixo:

(a) Covenants de contratos sindicalizados:

Índice	Limite
Exigível total/patrimônio líquido	Igual ou menor que 1,0
EBITDA/serviço da dívida	Igual ou maior que 1,55
Ligação de água e esgoto/m². funcionários	Igual ou maior que 350

(b) Covenants de contratos com a CEF - os contratos assinados originalmente com o Unibanco, com recursos do FGTS, foram posteriormente transferidos para a gestão da CEF, conforme descrito no item 2 "Contrato de cessão fiduciária de crédito e de vinculação de créditos", acima descritas.

Índice	Limite
Exigível total/patrimônio líquido	Igual ou menor que 1,0
EBITDA/serviço da dívida	Igual ou maior que 1,7
Liquidez corrente (ajustado)	Superior a 0,9
Ligação de água e esgoto/m². funcionários	Maior que 365

(c) Covenants de contratos com o BNDES-BNA/BNDE/BNE:

Índice	Limite
Dívida líquida/EBITDA	Igual ou inferior a 3,0
EBITDA/ROL	Igual ou superior a 3,65
EBITDA/serviço da dívida	Igual ou superior a 1,5

(d) Covenants de contratos com o BNDES/debêntures:

Índice	Limite
EBITDA/serviço da dívida	Igual ou maior que 1,5
Margem EBITDA	Igual ou maior que 33%
Grau de endividamento	Igual ou menor que 70%

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia não havia violado nenhuma das cláusulas restritivas relativas aos empréstimos e debêntures acima descritos.

13. Provisões para Outras Obrigações e Encargos

As provisões são registradas pela Companhia com base na expectativa da Administração com relação ao provável desembolso de caixa. As provisões são registradas como passivo circulante ou não circulante em função da expectativa de quando estes desembolsos de caixa irão ocorrer.

	Controladora	
	31/12/2010	31/12/2009
Provisões tributárias	54.538	46.085
Provisão para contingências	33.114	30.447
Total	87.652	76.532
Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009
Provisões tributárias	54.538	46.085
Provisão para contingências	34.947	30.588
Total	89.485	76.673

O critério adotado pela Companhia, depois de ouvida a Procuradoria Jurídica, é o de constituir provisão para as ações cíveis, trabalhistas, tributárias e para as obrigações legais consideradas como perdas prováveis.

A movimentação das provisões pode ser assim demonstrada:

	Controladora			Depósitos Judiciais/vinculados (983)	Total
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias		
31 de dezembro de 2009	18.739	12.132	46.644		76.532
Adições	11.067	7.770	19.648	(2.644)	35.841
Reversões	(8.187)	(1.509)	(11.312)	-	(21.008)
Utilizações	(2.921)	(2.630)	(24)	1.862	(3.713)
31 de dezembro de 2010	18.698	15.763	54.956	(1.765)	87.652
Consolidado					
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Depósitos Judiciais/vinculados	Total
31 de dezembro de 2009	18.739	12.297	46.644	(1.007)	76.673
Adições	11.067	9.715	19.648	(2.835)	37.595
Reversões	(8.187)	(1.571)	(11.312)	-	(21.070)
Utilizações	(2.921)	(2.630)	(24)	1.862	(3.713)
31 de dezembro de 2010	18.698	17.811	54.956	(1.980)	89.485

As utilizações referem-se a provisões liquidadas ou a processos encerrados onde a Companhia não obteve êxito e que foram classificados como contas a pagar.

Os valores representam uma provisão para certas ações judiciais movidas contra a Companhia, sendo os encargos da provisão reconhecidos no resultado em "despesas administrativas". Na opinião dos assessores legais após consultoria jurídica apropriada, o resultado dessas ações judiciais provavelmente não originará nenhuma perda significativa além dos valores provisionados em 31 de dezembro de 2010.

A Companhia figura como parte em vários processos judiciais que surgem no curso normal de suas operações, os quais incluem processos de natureza cível, trabalhista e tributária.

a) Provisões

Provisões cíveis

As provisões cíveis relacionam-se a processos de indenização por danos morais e materiais ou pedidos de reembolso relativo a pagamentos a maior ou em duplicação. A COPASA estima a provisão com base nos valores faturados passíveis de questionamento e em decisões judiciais recentes.

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ação civil pública questionando o reajuste tarifário aplicado no Município de Belo Horizonte em 2003. A ação questiona o fato de o reajuste ter sido aplicado sobre as contas emitidas a partir do reajuste tarifário e não sobre o período de consumo, e propõe a impugnação do mesmo. A decisão final ampara parcialmente o pedido inicial, condenando-nos a restituir aos consumidores a parcela paga referente ao período de consumo anterior à data de vigência do reajuste. O valor está em fase de liquidação de sentença, e está estimado, em 31 de dezembro de 2010, em R\$305 (R\$2.391 em 2009).

A Associação Verde Gaia de Proteção Ambiental ajuizou ação civil pública contra a COPASA onde se questiona o descumprimento ao disposto no artigo 2º da Lei Estadual nº. 12.503/97, relativo à obrigação das empresas concessionárias de serviço de abastecimento de água investir 0,5% de sua receita operacional na proteção e preservação ambiental da bacia hidrográfica explorada. No decorrer do processo, alterações processuais, como a decisão de 1ª instância que foi favorável à autora, e diante do atual posicionamento do TJMG acerca da matéria ambiental questionada, o processo passou a ser avaliado como perda provável. Além desta, existem outras 13 ações do mesmo autor questionando o mesmo tema. Como o valor a ser pago pela Companhia com a provável perda dessas ações, será o percentual de 0,5% apurado sobre a receita operacional de água do respectivo município de cada ação, e não o valor da causa, a Companhia reduziu o valor da provisão em 31 de dezembro de 2010 para R\$1.114 (R\$3.129 em 2009).

Luciene Ricardo da Silva e outras ajuizaram ação de indenização por danos materiais e morais, tendo em vista deslizamento de terra que soterrou a propriedade das autoras, deslizamento esse ocasionado por rompimento dos canos de água ligados a um antigo reservatório de água reativado clandestinamente. Em 30 de novembro de 2010 foi protocolada contestação e o valor provisionado em 31 de dezembro de 2010 é de R\$2.311 (em 31 de dezembro de 2009 não havia provisão para esta ação).

O Condomínio do Edifício Roma ajuizou ação de indenização por danos

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 (Em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

b) Passivos contingentes

A COPASA discute em juízo outras ações para as quais tem expectativa de perda possível. Para essas ações não foi constituída provisão para eventuais perdas, tendo em vista que a Companhia considera ter sólido embasamento jurídico que fundamenta os procedimentos adotados para a defesa na esfera judicial.

Os processos judiciais em andamento nas instâncias administrativas e judiciais, perante diferentes tribunais, nos quais a Companhia é parte passiva, estão assim distribuídos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Natureza				
Cível (*)	371.276	411.053		
Tributária (**)	38.022	40.326		
Total	409.298	451.379		

(*) Referem-se a ações e indenizações ajustadas por clientes que pleiteiam reparação por danos materiais e morais e lucros cessantes causados a terceiros, estando distribuídas em diversas instâncias, varas judiciais e juizados especiais e podem ser dívididas em:

Ações individuais

A Companhia e suas controladas são parte em um número significativo de ações individuais e indenizatórias em razão de supressão de fornecimento de água e danos causados por obras. Tais ações foram propostas no curso normal de nossos negócios e envolvem danos materiais e materiais, tais como indenizações por danos a imóveis e automóveis e acidentes causados durante a exploração de nossas atividades, dentre outras matérias. A Administração não acredita que tais ações judiciais causarão, isoladamente ou em conjunto, efeito material adverso sobre os resultados operacionais, condição financeira ou perspectivas de negócios da Companhia e de suas controladas.

Ações coletivas

A Companhia é parte em ações civis públicas e ações populares que pleiteiam a anulação, suspensão ou impugnação de 11 de nossos contratos de concessão, firmados com os municípios de Almenara, Barbacena, Caratinga, Campina Verde, Cataguases, Divinópolis, Frutal, Nanuque, Ribeirão das Neves, São Roque de Minas e Três Corações. Em 31 de dezembro de 2010, não havia decisão proferida em nenhuma delas e, com exceção de Caratinga, não havíamos constituído provisão para estes processos, uma vez que consideramos, com base nos critérios descritos acima, nossa possibilidade de perda como remota em algumas ações e possível em outras. Ressalte-se ainda a existência de precedente favorável à Companhia proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, sobre caso análogo, bem como pareceres de renomados juristas sobre o assunto também favoráveis ao nosso posicionamento, ou seja, à legalidade dos contratos de concessão celebrados.

Ações ambientais

A Companhia é parte em diversas ações civis públicas e ações populares envolvendo questões ambientais, em decorrência do curso normal de suas atividades. Essas demandas judiciais são, em grande parte, relacionadas à recuperação de supressão de danos ambientais, construção de estações de tratamento de esgoto e investimentos em preservação do meio ambiente. Apesar da maioria dessas ações não possuírem valores de causa expressivos, a Companhia pode ser obrigada a investir valores significativos na construção de estações de tratamento ou nos abstermos de algumas de nossas práticas relacionadas aos nossos negócios.

Uma ação popular de natureza ambiental possui como objeto a reparação de danos causados pelo despejo de dejetos no Rio São Francisco. Não houve decisão judicial em relação a esta ação no valor de R\$64.721 em 31 de dezembro de 2010 (R\$60.705 em 31 de dezembro de 2009) e, de acordo com estimativas da Administração, a possibilidade de perda é classificada como possível.

Termos de ajustamento de conduta – TACs

Foram firmados diversos TACs com o Ministério Público do Estado de Minas Gerais versando sobre questões ambientais, decorrentes de investigações cíveis e administrativas. Foi firmado ainda um TAC no curso de uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público, que prevê a execução do sistema completo de esgotamento sanitário no Município de Paracatu, bem como uma indenização civil.

As obrigações decorrentes desses TACs correspondem, na maioria dos casos, à realização de obras para a instalação ou melhoria de redes de saneamento básico e a construção de estações de tratamento de esgoto, para que o esgoto coletado não seja descartado sem tratamento diretamente em cursos d'água. Os recursos necessários para o cumprimento dos TACs assinados pela Companhia estão incluídos em nosso programa de investimentos.

(**) Refere-se a diversas ações tributárias, sendo que as mais relevantes referem-se a duas ações tributárias, que versam sobre uma atuação da Secretaria da Receita Federal, em abril de 2004, em função da Companhia não ter incluído nas bases de cálculo do PIS/PASEP e da COFINS as receitas financeiras provenientes das variações cambiais de obrigações geradas pela diminuição da taxa do dólar norte-americano. A exigência tributária atualizada até 31 de dezembro de 2010 é de R\$28.085 (R\$26.536 em 31 de dezembro de 2009) e foi classificada como contingência possível. A Companhia interpôs recurso administrativo, em ambos os casos, visando impugnar e contestar o auto de notificação e lançamento constante do procedimento tributário. Entretanto, tais recursos administrativos tiveram seu provimento negado pelo Conselho de Contribuintes.

Diante desta situação a COPASA ajuizou, nos dois processos, ação ordinária perante a Justiça Federal, questionando a validade da atuação e requerendo a declaração da inexistência de obrigação tributária, tendo em vista que o Supremo Tribunal Federal reconheceu a inconstitucionalidade de dispositivo da Lei nº 9.718/98 no que diz respeito ao alargamento da base de cálculo das contribuições em questão. Os processos estão em fase recursal, tendo a Companhia logrado êxito em primeira instância no caso do processo da COFINS, apesar do feito não ter ainda transitado em julgado, e o processo PIS/PASEP encontra-se pendente de julgamento, tendo em vista recurso interposto pela União.

14. Participação nos Lucros e Resultados

Conforme deliberado pelo Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 01 de março de 2011, e em conformidade com a legislação vigente, foi aprovado que o montante a ser distribuído a título de Participação dos Empregados nos Lucros da Empresa é o equivalente a 17,98% dos dividendos mínimos obrigatórios pagos aos acionistas, depois de deduzida a reserva legal, e terá como parâmetro de desempenho para fins de alcance de metas, o percentual de realização do Programa de Investimentos da Companhia aprovado para o exercício, o número de ligações por empregado e o resultado operacional financeiro.

No entanto, o Acordo Coletivo 2008/2010 introduziu algumas alterações no regulamento anterior, aprovadas em reunião de 25 de julho de 2008, determinando que o montante apurado seja distribuído de forma linear entre todos os empregados, em duas parcelas de 50% cada uma, sendo a 1ª parcela na folha de pagamento do mês de abril e a 2ª parcela na folha de pagamento do mês de outubro.

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia provisionou R\$27.132, referente à participação dos empregados no resultado auferido neste exercício (R\$34.546 no mesmo período de 2009).

15. Imposto de Renda e Contribuição Social

a) Imposto de renda e contribuição social do exercício

O imposto de renda no Brasil inclui imposto de renda federal e contribuição social sobre o lucro líquido. As alíquotas estatutárias aplicáveis para o imposto de renda e contribuição social são 25% e 9% respectivamente, o que representa uma taxa de 34% para dezembro de 2010 e 2009. Os valores reportados como despesa de imposto de renda nas demonstrações de resultados da controladora são reconhecidos de as alíquotas estatutárias como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Lucro do exercício antes dos impostos e contribuições	921.713	673.017	910.305	664.343
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Despesa esperada à taxa nominal	(313.382)	(228.826)	(309.504)	(225.877)

Imposto de renda e contribuição social sobre:

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
(Adições)/exclusões				
Equivalência patrimonial	(6.946)	(7.612)	-	-
Realização de correção monetária especial	(3.433)	(6.278)	(3.433)	(6.278)
Doações e subvenções	(12.634)	19.946	(12.634)	(1.483)
Saldo de provisões temporárias diversas	9.293	7.137	9.293	28.567
Outras (adições)/exclusões	671	4.052	(6.275)	(3.898)
Outros itens de reconciliação				
Juros sobre o capital próprio	76.232	58.599	76.232	58.599
Incentivos fiscais	5.611	5.271	5.611	5.271
Imposto de renda e contribuição social	(244.588)	(147.711)	(240.710)	(145.099)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(129.785)	(172.921)	(129.785)	(129.785)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(114.803)	25.210	(110.925)	(15.314)
	(244.588)	(147.711)	(240.710)	(145.099)
Alíquota efetiva	26,5%	21,9%	26,4%	21,8%

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para utilização na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Os valores de compensação são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Saldos patrimoniais				
No realizável a longo prazo				
Montante das diferenças temporárias:				
Provisões para créditos de liquidação duvidosa e litígios	56.360	66.622	56.360	66.622
Provisões para obrigações atuariais	64.161	377.234	64.161	377.234
Provisões dos ajustes CPC's	294.007	239.624	294.007	239.624
Provisões para contingências tributárias	271.997	304.443	271.997	304.443
Outras provisões temporárias diversas	7.964	14.842	9.258	16.136
Total	694.489	1.002.765	695.783	1.004.059
Imposto de renda diferido	173.622	250.691	173.946	251.015
Contribuição social diferida	62.504	90.249	62.620	90.365
	236.126	340.940	236.566	341.380

	Controladora		Consolidado	
	2010	2010	2010	2010
No passivo a longo prazo				
Montante das diferenças temporárias:				
Resultado de variações cambiais diferidas (sobre financiamentos)	16.003	22.808	16.003	22.808
Provisões dos ajustes CPC's	113.836	77.651	172.211	147.434
Total	129.839	100.459	188.214	170.242
Imposto de renda diferido	32.460	25.115	47.054	42.560
Contribuição social diferida	11.685	9.041	16.939	15.322
	44.145	34.156	63.993	57.882

	Controladora		Consolidado	
	2010	2010	2010	2010
No resultado do exercício de 01 de janeiro a 31 de dezembro				
1. Aumento (redução) do ativo diferido				
Imposto de renda diferido	(77.069)	(77.069)		
Contribuição social diferida	(27.745)	(27.745)		
	(104.814)	(104.814)		
2. Redução (aumento) do passivo diferido				
Imposto de renda diferido	(7.345)	(4.494)		
Contribuição social diferida	(2.644)	(1.617)		
	(9.989)	(6.111)		
Resultado da tributação diferida no trimestre (1 - 2)				
Aumento (redução) da despesa de tributação	(114.803)	(110.925)		

Em reuniões realizadas em 11 de março de 2011 pelo Conselho Fiscal e pelo Conselho de Administração, foi aprovado o estudo técnico elaborado pela Diretoria Financeira e de Relações com Investidores, referente à projeção de lucratividade futura ajustada a valor presente, que evidencia a capacidade de realização do ativo fiscal diferido.

Conforme o estudo técnico, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido existente em 31 de dezembro de 2010, conforme estimativa a seguir:

Expectativa de realização do ativo diferido	
Em 2011	17.131
Em 2012	10.762
Em 2013	8.432
Em 2014	5.111
Em 2015	5.111
Após 2015	189.579
	236.126

Caso haja fatores relevantes que venham modificar as projeções, essas serão revisadas durante os exercícios.

16. Convênios de Cooperação Técnica

Referem-se, principalmente, a recursos recebidos, a partir de julho de 2006, oriundos de convênio assinado pela Companhia com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana - SEDRU, cujo objetivo é a cooperação técnica e financeira para ampliação da cobertura dos sistemas públicos de saneamento básico, nas regiões do Vale do Jequitinhonha, Estrada Real (em Ouro Preto) e outras regiões do interior do Estado de Minas Gerais.

Os recursos recebidos de convênios são aplicados em obras especificadas nos termos dos próprios convênios, sendo seus valores quando recebidos reconhecidos contabilmente nas contas de convênio de cooperação técnica no passivo circulante e quando aplicados no ativo circulante, aguardando encontro de contas.

O saldo líquido de convênios está assim composto:

	Controladora		
	A receber (ativo)	Adiantamento (passivo)	Líquido
Estado de dezembro de 2010			
Estado	221.447	(222.468)	(1.021)
Outros	16.137	(16.608)	(471)
Total	237.584	(239.076)	(1.492)
31 de dezembro de 2009			
Estado	204.316	(195.654)	8.662
Outros	29.857	(16.587)	13.270
Total	234.173	(212.241)	21.932

	Consolidado		
	A receber (ativo)	Adiantamento (passivo)	Líquido
31 de dezembro de 2010			
Estado	428.943	(430.934)	(1.991)
Outros	16.137	(16.608)	(471)
Total	445.080	(447.542)	(2.462)
31 de dezembro de 2009			
Estado	310.579	(301.525)	9.054
Outros	29.857	(16.587)	13.270
Total	340.436	(318.112)	22.324

Em 2010, foi baixado o valor de R\$4.850 relativo a obras de infraestrutura em localidades não operadas, realizadas através de convênios cuja expectativa de reembolso por parte dos órgãos convenientes foi considerada como improvável. Também foi transferido da conta de convênios para o intangível o valor de R\$29.062 referente a obras de saneamento executadas com recursos próprios pela Companhia em localidades operadas e cuja contrapartida, a cargo de órgãos estaduais e federais, não foi realizada, ou apenas parcialmente realizada.

17. Obrigações de Benefícios de Aposentadoria

	31/12/2010	31/12/2009
Obrigações de longo prazo	154.509	469.393
Obrigações de curto prazo	7.417	6.595
	161.926	475.988
Contribuições normais e juros	10.352	10.678
Total das obrigações registradas no balanço patrimonial	172.278	486.666
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração de resultado com benefícios de planos de pensão:		
Plano de Benefícios RPI – BD	(407.563)	10.276
Plano Copasa Saldado	121.183	-
Novo Plano Copasa – CD	12.186	-

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2010	31/12/2009
Passivo líquido saldo inicial	486.666	484.977
Despesas (receitas) reconhecidas no resultado – passivo atuarial	(313.073)	768
Despesas reconhecidas no resultado – contribuição Copasa	34.183	8.320
Provisão de contribuições mensais	44.494	10.980
Atualização monetária	5.788	1.842
Amortização dívida	(6.781)	(1.679)
Amortização contribuições mensais	(78.999)	(18.542)
Passivo líquido final	172.278	486.666
Passivo circulante	17.769	17.273
Passivo não circulante	154.509	469.393

A Companhia, em 07 de dezembro de 1982, assinou convênio de adesão e tornou-se patrocinadora da Fundação de Seguridade Social de Minas Gerais - FUNDASEMG, cujos direitos e obrigações foram posteriormente assumidos pela PREVMINAS, que foi criada com o objetivo de complementar a aposentadoria dos funcionários participantes, assegurando a manutenção do seu plano de benefícios definidos na referida fundação. A contribuição da Companhia é equivalente à dos empregados participantes, em conformidade com as Leis Complementares nº 108 e 109, de 29 de maio de 2001, e seu valor é determinado a partir de estudos atuariais previamente elaborados.

Desde o exercício de 2002, o plano de previdência complementar na modalidade de Benefício Definido – BD patrocinado pela Companhia, vem apresentando uma situação de déficit atuarial, que tem sido equacionado pela aplicação de reajustes nas contribuições da patrocinadora e de seus empregados que totalizaram, até novembro de 2008, aproximadamente 127%, conforme registro nos respectivos demonstrativos dos resultados da avaliação atuarial – DRAAs.

De acordo com o deliberado pelo Conselho de Administração da Companhia para solucionar a situação do plano previdenciário, e a aprovação, em 23 de junho de 2010, pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, da nova estratégia previdencial da Companhia, no período de 02 de agosto a 29 de outubro de 2010, todos os empregados ativos, afastados do trabalho e assistidos tiveram a oportunidade de acessar o simulador para conhecer e escolher uma das alternativas de Plano Previdencial proposto. A partir de 01 de

novembro de 2010, a Companhia passou a ter três planos distintos: a) o atual plano BD que foi fechado para novas adesões, mas que continua ativo e recebendo contribuições dos que não optaram pela migração para os outros planos, b) o plano BD saldado fechado, criado apenas para administrar os benefícios dos empregados provenientes do saldamento; e c) o plano CD que foi criado para a migração de todos os participantes e assistidos do antigo plano BD e para inclusão dos novos empregados e dirigentes. Após a conclusão do processo de migração, em dezembro de 2010, o plano BD possuía 317 participantes ativos e 279 assistidos, o saldado 2.091 participantes ativos e 1.603 assistidos, e o CD 10.698 participantes ativos e 546 assistidos.

Os benefícios oferecidos pelo plano de benefício definido, que se encontra fechado para novas adesões, são: suplementações de aposentadoria por invalidez, idade, tempo de contribuição e especial, além de auxílio doença, pensão, auxílio invalidez e pecúlio por morte.

Os benefícios oferecidos pelo plano de benefício saldado são: a) participantes ativo, autopatrocinado e assistido; benefício saldado de aposentadoria programada; b) beneficiário de assistido de origem do plano de benefício definido; benefício saldado de pensão por morte e benefício saldado de pecúlio por morte; e c) participante remido ou beneficiário de participante remido: benefício saldado decorrente de opção pelo instituto do benefício proporcional diferido.

Os benefícios oferecidos pelo plano de benefício de contribuição definida são: a) para os participantes que migraram do plano de benefício definido para este plano, será reconhecido o tempo de permanência no plano anterior, para efeito de cumprimento de carência no plano novo; b) para os novos participantes os benefícios garantidos são o de benefício proporcional diferido, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, auxílio de reclusão e abono anual.

As premissas atuariais utilizadas pela Companhia são revisadas regularmente e podem divergir de forma relevante dos resultados reais de acordo com as mudanças de mercado e condições econômicas, fatos regulatórios, regulamentos judiciais, aumento ou diminuição nos índices de demissões ou na expectativa de vida dos participantes. Essas diferenças podem resultar em um impacto relevante no montante de despesa com entidade de previdência privada registrada na Companhia.

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial são os seguintes:

	a) Plano de Benefícios RPI – BD	
	31/12/2010	31/12/2009
Valor presente das obrigações financiadas	(29.920)	(1.228.735)
Valor justo dos ativos do plano	-	862.794
Valor presente da obrigação em excesso ao valor dos ativos	(29.920)	(365.941)
Ganho (perda) atuarial não reconhecido	(1.342)	(110.047)
Passivo atuarial provisionado	(31.262)	(475.988)

A movimentação do valor referente da obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

	2010	2009
Em 1º de janeiro	1.228.735	972.586
Custo do serviço corrente	8.066	5.717
Custo financeiro	113.551	113.603
Contribuições dos participantes do plano	27.283	26.976
Ganhos atuariais	54.744	141.433
Benefícios pagos	(33.722)	(31.580)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação do valor referente da obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

	2010	2009
Em 1º de janeiro	-	-
Custo do serviço corrente	118.846	-
Custo financeiro	11.068	-
Contribuições dos participantes do plano	292	-
Ganhos atuariais	512.791	-
Benefícios pagos	(3.941)	-
Em 31 de dezembro	639.056	-

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos períodos apresentados é a seguinte:

	2010	2009
Em 1º de janeiro	-	-
Retorno real sobre os ativos do plano	533.705	-
Contribuições do empregador	2.706	-
Contribuições dos empregados	292	-
Benefícios pagos	(3.941)	-
Em 31 de dezembro	532.462	-

A estimativa de pagamentos das contribuições ao plano de pensão com benefícios definidos durante o próximo exercício fiscal é de R\$11.860.

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	2010	2009
Custo dos serviços correntes	118.846	-
Custo financeiro	11.068	-
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	(8.731)	-
Total incluído nos custos de pessoal	121.183	-

As despesas com plano de pensão no valor de R\$121.183 (em 2009 não havia este plano) foram reconhecidas no resultado em "despesas administrativas".

O retorno real sobre os ativos do plano em 2010 foi de R\$533.406 (em 2009 não havia este plano).

Estratégias de investimentos:

- O Conselho Deliberativo da PREVIMINAS determina as diretrizes de investimentos;
- Objetivos de investimentos: alcançar rendimento atuarial mínimo (INPC mais 6% ao ano), tanto em curto quanto em longo prazo;
- Tipos de investimentos permitidos: renda fixa - ativos de crédito de baixo risco, ações, imóveis e empréstimos a participantes;
- Tipos de investimentos não permitidos: renda variável de médio e alto risco, moeda estrangeira e outros de acordo com a legislação brasileira;
- Utilização de derivativos: para fins de exposição de hedging.

Benchmarks para ativos de plano de investimentos:

- Titulos de dívida: CDI;
- Titulos patrimoniais: IBOVESPA Médio;
- Imóveis: INPC + 6% ao ano;
- Empréstimos aos participantes: INPC + 6% ao ano.

As premissas usadas pela Companhia foram as seguintes (porcentagem, incluindo a inflação projetada de 4,5% ao ano):

	Crédito unitário projetado	
	2010	2009
Taxa anual de desconto	10,75% a.a.	-
Expectativa de retorno anual sobre os ativos do plano	10,50% a.a.	-
Aumento anual de benefícios	4,50% a.a.	-
Taxa de inflação	4,50% a.a.	-
Tábua de mortalidade	AT - 2000	-
Mortalidade de inválidos	AT - 1949	-

A taxa de retorno esperado sobre os ativos do plano foi determinada por seu gestor, conforme sua expectativa de retorno estimada para cada modalidade de investimentos, bem como, no target de alocação do patrimônio do plano, definida com base na política de investimentos de 2010.

c) Novo Plano Copasa - CD

	31/12/2010	31/12/2009
Valor presente das obrigações financiadas	(11.848)	-
Perda atuarial não reconhecido	(338)	-
Passivo atuarial provisionado	(12.186)	-

A movimentação do valor referente da obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

	2010	2009
Em 1º de janeiro	-	-
Custo do serviço corrente	11.974	-
Custo financeiro	195	-
Perdas atuariais	(321)	-
Em 31 de dezembro	11.848	-

A estimativa de pagamentos das contribuições ao plano de pensão com benefícios definidos durante o próximo exercício fiscal é de R\$2.260.

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	2010	2009
Custo dos serviços correntes	11.975	-
Custo financeiro	195	-
Retorno esperado sobre os ativos do plano	16	-
Total incluído nos custos de pessoal	12.186	-

As despesas com plano de pensão no valor de R\$12.186 (em 2009 não havia este plano) foram reconhecidas no resultado em "despesas administrativas".

Estratégias de investimentos:

- O Conselho Deliberativo da PREVIMINAS determina as diretrizes de investimentos;
- Objetivos de investimentos: alcançar rendimento atuarial mínimo (INPC mais 6% ao ano), tanto em curto quanto em longo prazo;
- Tipos de investimentos permitidos: renda fixa - ativos de crédito de baixo risco, ações, imóveis e empréstimos a participantes;
- Tipos de investimentos não permitidos: ativos de crédito de médio e alto risco, moeda estrangeira e outros de acordo com a legislação brasileira;
- Utilização de derivativos: para fins de exposição de hedging.

Benchmarks para ativos de plano de investimentos:

- Titulos de dívida: CDI;
- Titulos patrimoniais: IBOVESPA Médio;
- Imóveis: INPC + 6% ao ano;
- Empréstimos aos participantes: INPC + 6% ao ano.

As premissas usadas pela Companhia foram as seguintes (porcentagem, incluindo a inflação projetada de 4,5% ao ano):

	Crédito unitário projetado	
	2010	2009
Taxa anual de desconto	10,75% a.a.	-
Expectativa de retorno anual sobre os ativos do plano	10,50% a.a.	-
Aumento anual de salário	6,50% a.a.	-
Aumento anual de benefícios	4,50% a.a.	-
Taxa de inflação	4,50% a.a.	-
Tábua de mortalidade	AT - 2000	-
Tábua de inválidos	Light Média	-

A taxa de retorno esperado sobre os ativos do plano foi determinada por seu gestor, conforme sua expectativa de retorno estimada para cada modalidade de investimentos, bem como, no target de alocação do patrimônio do plano, definida com base na política de investimentos de 2010.

18. Patrimônio Líquido e Dividendos

(a) Capital

A quantidade total de ações ordinárias autorizadas é de 115.300 mil de ações. Todas as ações emitidas estão integralizadas. As ações não possuem valor nominal.

A Companhia é controlada pelo Estado de Minas Gerais, que detém 53,07% das ações da sociedade. Os 46,93% remanescentes das ações são detidos por diversos acionistas.

A Companhia possui 370 mil ações ordinárias de sua própria emissão em tesouraria, no valor de R\$9.190, adquiridas principalmente do acionista Estado de Minas Gerais, através de operações vinculadas a acordos de débitos oriundos de prestação de serviços de água e esgoto e convênios de aceitação técnica. As ações são mantidas como "ações em tesouraria". A Companhia tem o direito de reemitir essas ações em uma data posterior. Todas as ações emitidas pela Companhia foram integralizadas.

Em 04 de agosto de 2008, 06 e 12 de março, 01 de abril, 18 de junho e 02 e 21 de julho de 2009 vários ágio de debenturistas converteram 188, 5.396, 973, 20.595, 2.039, 4.208 e 240 debêntures, respectivamente, em 134.556 ações ordinárias da Companhia, onde cada debênture foi convertida em 04 ações ordinárias, conforme estabelecido na Escritura da 2ª emissão de debêntures conversíveis em ações (Nota 12). O *Free Float* da Companhia em 31 de dezembro de 2010 é de 46,6%.

Em 24 de setembro de 2010, a Mackenzie Financial Corporation, na qualidade de administradora advisor e/ou sub-advisor de fundos mútuos, informou à Companhia que a participação desses fundos no capital total da Companhia que era 5,02%, passou para 4,98%.

(b) Retenção de lucros

A Administração propõe a retenção de lucros no montante de R\$416.395 (R\$319.773 em 2009) para futuros investimentos da Companhia, em linha com o "plano de ação" aprovado pelo Conselho de Administração, a ser executado a longo prazo.

(c) Reserva de incentivos fiscais

Constituída pela destinação da parcela de incentivos fiscais, decorrentes de doações e subvenções governamentais, apropriada ao resultado do exercício a partir de 01 de janeiro de 2008. No exercício de 2010, o valor de R\$2.661 (R\$6.957 em 2009) foi destinado ao resultado referente ao incentivo pelo cumprimento das 1ª e 2ª etapas da meta de abatimento de cargas poluidoras da estação de tratamento de esgoto do Ribeirão do Onça (Nota 11), concedido pela Agência Nacional de Águas - ANA, com recursos do PRODES - Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas.

(d) Remuneração aos acionistas

Nos termos do Estatuto Social, o acionistas de qualquer espécie gozam do direito de receber dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nos incisos I, II e III do Artigo 202 da Lei nº. 6.404/76. Sobre os dividendos aprovados não incidem juros, e os montantes não reclamados dentro de três anos da data da Assembleia Geral que os aprovou prescrevem em favor da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, os dividendos mínimos obrigatórios são assim apresentados:

	31/12/2010	31/12/2009
Lucro líquido do exercício	677.125	525.306
Reserva legal - (5%)	(33.856)	(26.265)
Reserva de incentivos fiscais	(2.661)	(6.957)
Lucro líquido	640.608	492.084
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	160.152	123.021

O Conselho de Administração da Companhia aprovou que sejam creditados juros sobre o capital próprio de 35% imputados aos dividendos, no montante de R\$224.213 (R\$1,95 por ação) líquidos de imposto de renda na fonte no valor de R\$10.097. Em 2009, o valor foi de R\$159.468 (R\$1,38 por ação), líquidos de imposto de renda na fonte no valor de R\$12.883.

Conforme TJP, os artigos 9º da Lei nº 9.249/95, e observando-se a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, o lucro líquido por ação contabilmente após despesas financeiras para fins de dedutibilidade na apuração do imposto de renda e da contribuição social, gerando o benefício fiscal de R\$76.232. Para fins societários, os juros sobre o capital próprio estão sendo apresentados a débito de lucros acumulados, no patrimônio líquido.

A movimentação do saldo da conta de juros sobre o capital próprio a pagar em 2010 e 2009 é a seguinte:

	31/12/2010	31/12/2009
Saldo em 1º de janeiro	53.276	96.563
Dividendos e JCP aprovados exercício anterior	-	14.445
Dividendos e JCP propostos	224.213	172.351
IR retido na fonte sobre JCP	(12.797)	(10.030)
Dividendos e JCP pagos no exercício	(198.097)	(220.909)
Transferência para impostos a compensar	264	856

Saldo de juros sobre o capital próprio no passivo circulante 66.859 53.276

(e) Lucro por ação

Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria (Nota 18).

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	677.125	525.306	669.776	519.244
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas - milhares	114.929	114.795	114.929	114.892
Lucro básico por ação	5,89	4,57	5,83	4,52

Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias diluídas. A Companhia tem uma categoria de ações ordinárias potenciais diluídas: dívida conversível. Pressupõe-se que a dívida conversível foi convertida em ações ordinárias e que o lucro líquido é ajustado para eliminar a despesa financeira menos o efeito fiscal.

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Lucro				
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	677.125	525.306	669.776	519.244
Despesa financeira sobre a dívida conversível (líquida de imposto)	7.712	7.901	7.712	7.901
Lucro usado para determinar o lucro diluído por ação	684.837	533.207	677.488	527.145
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas - milhares	114.929	114.795	114.929	114.892
Ajustes de Conversão Presumida de dívida conversível - milhares	377	377	4.520	4.520
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação - milhares	115.306	115.172	119.449	119.412
Lucro diluído por ação	5,73	4,47	5,67	4,41

19. Objetivos e Políticas de Gestão de Risco Financeiro

(a) Gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a empréstimos a pagar, contas a pagar e outras contas a pagar. O principal propósito dessas passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia. A Companhia possui empréstimos e outros créditos, contas a receber de clientes e outras contas a receber e depósitos à vista e a curto prazo, que resultam diretamente de suas operações.

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A superintendência financeira da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, contando com o suporte da diretoria executiva que presta assessoria em riscos financeiros e estrutura de governança em riscos financeiros apropriada para a Companhia. A diretoria executiva fornece garantia à superintendência financeira da Companhia de que as atividades da Companhia em que se assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e que os riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas da Companhia e disposição para risco do grupo. É política da Companhia não participar de quaisquer negociações de derivativos.

O Conselho de Administração revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos os quais são resumidos abaixo.

(i) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial, risco de preço de commodities e outros riscos de preço, como risco de ações. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a pagar, depósitos e instrumentos disponíveis para venda.

As análises de sensibilidade nas seguintes seções referem-se à posição em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

As análises de sensibilidade foram preparadas com base no valor da dívida líquida, o índice de taxas de juros fixas em relação a taxas de juros variáveis da dívida e a proporção de instrumentos financeiros em moedas estrangeiras são todos eles valores constantes.

As análises excluem as movimentações do impacto nas variáveis de mercado sobre o valor contábil de obrigações de aposentadoria e pós-aposentadoria, provisões e sobre ativos e passivos não financeiros das operações no exterior.

A análise de sensibilidade do respectivo item da demonstração do resultado é o efeito das mudanças presumidas nos respectivos riscos de mercado. Tem por base os ativos e passivos financeiros mantidos em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo da Companhia sujeitas a taxas de juros variáveis.

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de juros internacionais, com impacto nos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira com taxas de juros flutuantes (principalmente a cesta de juros dos contratos vinculados à União Federal - Bônus).

São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e financiamentos. Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Os cenários são elaborados considerando somente os principais ativos e passivos financeiros.

Sensibilidade a taxas de juros

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros nessa porção de empréstimos a pagar. Mantendo-se todas as outras variáveis constantes, o lucro da Companhia antes da tributação é afetado pelo impacto sobre empréstimos a pagar sujeitos a taxas variáveis, como descrito a seguir.

	Aumento / redução em pontos base	Efeitos no lucro antes da tributação
31/12/2010		
RS	+ 0,5%	(9.484)
RS	- 0,5%	9.484
31/12/2009		
RS	+ 0,5%	(8.764)
RS	- 0,5%	8.764

A movimentação presumida em pontos base para a análise de sensibilidade a taxas de juros é baseada nas taxas atualmente praticadas no ambiente de mercado, indicando uma volatilidade significativamente mais elevada do que em exercícios anteriores.

Risco cambial

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações na taxa de câmbio refere-se principalmente a operações de importação de equipamento com relação a dólares dos Estados Unidos e financiamentos, basicamente de aplicação ao dólar dos Estados Unidos.

Os financiamentos em moeda estrangeira são destinados a obras específicas de melhoria e ampliação dos sistemas de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgotamento sanitário. A Companhia não possui instrumentos de proteção quanto à exposição dos riscos cambiais.

A exposição da Companhia em Moeda estrangeira, representada pelo seu endividamento em dólares dos Estados Unidos da América, totalizava R\$54.459 em 31 de dezembro de 2010 (R\$62.291 em 31 de dezembro de 2009), 2,6% de seu endividamento total (3,3% em 31 de dezembro de 2009). A Companhia mantém, em 31 de dezembro de 2010, caução de R\$24.639 (R\$22.749 em 31 de dezembro de 2009) de garantia de parte dos financiamentos em moeda estrangeira (Nota 12).

Sensibilidade a taxa de câmbio

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma variação cabível que possa ocorrer na taxa de câmbio do US\$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, do lucro da Companhia antes da tributação e do patrimônio da Companhia.

	Variação na taxa US\$	Efeitos no lucro antes da tributação
31/12/2010		
	+20%	(10.780)
	-20%	10.780
	+10%	(5.390)
	-10%	5.390
31/12/2009		
	+20%	(12.317)
	-20%	12.317
	+10%	(6.158)
	-10%	6.158

A movimentação do lucro e do patrimônio tem origem na movimentação dos empréstimos em dólares americanos.

(ii) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

Contas a receber

O risco de crédito do cliente está sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. Parte substancial das vendas é pulverizada entre um grande número de clientes. No caso desses clientes, o risco de crédito é mínimo devido à pulverização da carteira e aos procedimentos de controle, que monitoram esse risco. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face a eventuais perdas na sua realização.

Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente. Para bancos e instituições financeiras, os recursos da Companhia são aplicados substancialmente em títulos de entidades independentemente classificadas com "rating" mínimo "A".

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou com perda do valor recuperável pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes.

	31/12/2010		31/12/2009	
	2010	2009	2010	2009
Total de contas a receber de clientes	617.186	600.769		
Conta-corrente, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo				
AAA	50.501	186.313		
AA	3.248	56.874		
BBB	22.044	20.215		
	75.793	263.402		

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 (Em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros derivativos.

A tabela a seguir apresenta as garantias dadas pela COPASA nos contratos de financiamentos.

Instituição	Garantia (receita vinculada)	31/12/2010	31/12/2009
CEF até 1998 e Tesouro Nacional.....	22% dos recebíveis	45.071	48.603
CEF 2003, 2004, 2007, 2008 e 2009.....	Vinculação da receita igual a 3 vezes o serviço da dívida mensal	10.281	6.894
Unibanco 2002 e contratos sindicalizados 2004.....	RS17 MM corrigidos anualmente pelo IPCA, desde 04/07/06	20.544	19.926
Contratos sindicalizados II – 2006.....	CRS15,3 MM corrigidos mensalmente pelo IPCA, desde 04/07/06	18.489	17.934
BNDES 2004 (I emissão de debêntures).....	20% dos recebíveis	18.973	44.181
BNDES 2007 (III emissão de debêntures).....	RS18 MM corrigidos anualmente pelo IPCA, desde 12/12/07	21.275	20.034
BNDES PAC 2007/2008.....	Vinculação da receita de RS26 MM corrigida pelo IPCA, desde 20/05/08	29.006	28.137

(b) Gestão de risco de capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Para manter o ajustado a estrutura do capital, o Grupo pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital a eles, ou emitir novas ações.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base nos índices de alavancagem financeira e de capital de terceiros. O índice de alavancagem financeira corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Em 2010, a estratégia da Companhia, que ficou inalterada em relação à de 2009, foi a de manter os índices de alavancagem financeira e de capital de terceiros inferior a 100%. Os índices de exigível total dividido pelo patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 podem ser assim sumariados:

	Controladora	
	31/12/2010	31/12/2009
Total dos empréstimos (Nota 12).....	2.110.172	1.910.111
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 06).....	(75.793)	(255.902)
Dívida líquida.....	2.034.379	1.654.209
Total do patrimônio líquido.....	4.184.328	3.731.416
Total do capital.....	6.218.707	5.385.625
Índice de alavancagem financeira - %.....	33	31
Índice de capital de terceiros - %.....	50	51

	Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009
Total dos empréstimos (Nota 12).....	2.110.172	1.910.111
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 06).....	(77.652)	(257.851)
Dívida líquida.....	2.032.520	1.652.260
Total do patrimônio líquido.....	4.222.185	3.776.622
Total do capital.....	6.254.705	5.428.882
Índice de alavancagem financeira - %.....	32	30
Índice de capital de terceiros - %.....	50	51

O aumento no índice no exercício de 2010 foi decorrente do aumento da dívida líquida, devido à redução no valor das aplicações financeiras e ao aumento no valor dos empréstimos e financiamentos (Notas 06 e 12).

(c) Estimativa do valor justo

A Companhia não possui ativos ou passivos financeiros, mensurados ao valor justo. Os ativos e passivos financeiros da Companhia, conforme divulgado na Nota 03 (i e j) são classificados como empréstimos e recebíveis e reconhecidos pelo custo amortizado.

20. Receitas

As receitas operacionais auferidas pela Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 estão apresentadas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Receita de prestação de serviço de água e esgoto.....	2.591.648	2.456.260	2.603.313	2.464.133
Receita de venda de produtos.....	-	-	1.224	1.305
Receita de construção.....	915.508	1.068.403	915.508	1.068.403
Total faturamento.....	3.507.156	3.524.663	3.520.045	3.533.841
Impostos sobre vendas.....	(235.581)	(223.554)	(237.101)	(224.267)
Outras deduções.....	(44.830)	(38.390)	(44.873)	(38.941)
Receita líquida.....	3.226.745	3.262.919	3.238.071	3.270.633

21. Despesas por Natureza

	Controladora	
	31/12/2010	31/12/2009
Salários e encargos.....	741.848	663.139
Materiais.....	91.732	99.959
Serviços de terceiros.....	440.340	415.546
Gerais.....	88.197	79.763
Depreciações e amortizações.....	268.928	264.198
Contas incobráveis.....	49.433	50.482
Provisões para perdas.....	793	-
Custos de construção.....	893.606	1.041.489
Provisões para contingências.....	66.572	106.083
Equivalência patrimonial.....	20.657	22.387
Baixa estudos e projetos não aprovados.....	1.980	11.365
Baixa de convênios.....	4.850	2.986
Outros.....	14.558	17.325
Total.....	2.683.494	2.774.722

	Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009
Salários e encargos.....	749.317	670.808
Materiais.....	93.062	100.844
Serviços de terceiros.....	448.889	425.556
Gerais.....	90.249	82.625
Depreciações e amortizações.....	281.357	272.116
Contas incobráveis.....	50.099	52.068
Provisões para perdas.....	793	-
Custos de construção.....	893.606	1.041.489
Provisões para contingências.....	68.552	106.083
Baixa estudos e projetos não aprovados.....	1.980	11.365
Baixa de convênios.....	4.850	2.986
Outros.....	20.747	21.553
Total.....	2.703.501	2.787.493

22. Despesas com Benefícios

	Controladora	
	31/12/2010	31/12/2009
Salários.....	403.962	365.581
Custos previdenciários.....	130.838	110.859
FGTS.....	37.722	32.110
Contribuição para plano de pensão.....	34.183	30.275
Programa de alimentação.....	84.869	76.244
Programa de saúde.....	38.577	33.624
Outros benefícios.....	12.049	14.446
Total.....	741.848	663.139

	Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009
Salários.....	409.718	371.792
Custos previdenciários.....	131.936	111.745
FGTS.....	37.722	32.360
Contribuição para plano de pensão.....	34.183	30.275
Programa de alimentação.....	85.024	76.447
Programa de saúde.....	38.618	33.678
Outros benefícios.....	12.116	14.511
Total.....	749.317	670.808

	Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009
Salários.....	409.718	371.792
Custos previdenciários.....	131.936	111.745
FGTS.....	37.722	32.360
Contribuição para plano de pensão.....	34.183	30.275
Programa de alimentação.....	85.024	76.447
Programa de saúde.....	38.618	33.678
Outros benefícios.....	12.116	14.511
Total.....	749.317	670.808

	Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009
Salários.....	409.718	371.792
Custos previdenciários.....	131.936	111.745
FGTS.....	37.722	32.360
Contribuição para plano de pensão.....	34.183	30.275
Programa de alimentação.....	85.024	76.447
Programa de saúde.....	38.618	33.678
Outros benefícios.....	12.116	14.511
Total.....	749.317	670.808

23. Receitas e Despesas Financeiras

A variação verificada no resultado financeiro do exercício de 2010, em relação à igual período de 2009 está assim representada:

	Controladora	
	01/01/2010 a 31/12/2010	01/01/2009 a 31/12/2009
Juros ativos.....	56.335	54.187
Ganho real em aplicações financeiras.....	22.915	55.870
Receita de variação monetária e cambial.....	24.379	36.053
Capitalização de ativos financeiros/outras.....	14.748	16.263
Total de receita.....	118.377	162.373
Juros sobre financiamentos.....	(117.853)	(106.297)
Despesa de variação monetária e cambial.....	(30.153)	(35.700)
Outras despesas.....	(5.910)	(6.150)
Total de despesa.....	(153.916)	(148.147)
Resultado financeiro.....	(35.539)	14.226

	Consolidado	
	01/01/2010 a 31/12/2010	01/01/2009 a 31/12/2009
Juros ativos.....	56.534	54.224
Ganho real em aplicações financeiras.....	22.321	55.870
Receita de variação monetária e cambial.....	19.500	33.415
Capitalização de ativos financeiros/outras.....	16.757	17.580
Total de receita.....	115.112	161.089
Juros sobre financiamentos.....	(117.911)	(106.321)
Despesa de variação monetária e cambial.....	(30.154)	(35.699)
Outras despesas.....	(6.211)	(6.576)
Total de despesa.....	(154.276)	(148.596)
Resultado financeiro.....	(39.164)	12.493

24. Transações com Partes Relacionadas

A Companhia é controlada pelo Estado de Minas Gerais, que detém 53,07% das ações da sociedade. Os 46,93% remanescentes das ações são detidos por diversos acionistas.

Além do saldo a pagar à CEMIG, demonstrado na Nota 11, e os convênios descritos na Nota 16, as demais transações com partes relacionadas resumem-se, basicamente, a aquelas efetuadas com o Estado de Minas Gerais e as subsidiárias. Os saldos e operações mais relevantes são como segue:

	Controladora				Outras Estado MG
	31/12/2010				
	Águas Minerais	Coponor	Serviços Irrigação	Total	
Ativo					
Circulante					
Clientes					
Valores faturados.....	-	-	-	-	9.780
Não circulante					
Empréstimos.....	43.441	14.916	1.613	59.970	-
Investimentos.....	1	1	1	3	-
Total do ativo.....	43.442	14.917	1.614	59.973	9.780
Passivo					
Circulante					
Convênios.....	-	-	-	-	1.021
Juros sobre capital próprio.....	-	-	-	-	35.958
Não circulante					
Provisão para perdas em investimentos.....	15.443	11.484	1.030	27.957	-
Total do passivo.....	15.443	11.484	1.030	27.957	36.979
Resultado					
Receitas de serviço de água e esgotamento sanitário.....	-	-	-	-	83.136
Receitas de variações monetárias.....	3.661	1.046	172	4.879	-

	Controladora				Outras Estado MG
	31/12/2009				
	Águas Minerais	Coponor	Serviços Irrigação	Total	
Ativo					
Circulante					
Clientes					
Valores faturados.....	-	-	-	-	6.783
Convênios.....	-	-	-	-	8.662
Não circulante					
Empréstimos.....	31.621	11.680	1.857	45.158	-
Investimentos.....	1	1	1	3	-
Total do ativo.....	31.622	11.681	1.858	45.161	15.445
Passivo					
Circulante					
Juros sobre capital próprio.....	-	-	-	-	16.834
Não circulante					
Provisão para perdas em investimentos.....	-	7.047	1.257	8.304	-
Total do passivo.....	-	7.047	1.257	8.304	16.834
Resultado					
Receitas de serviço de água e esgotamento sanitário.....	-	-	-	-	75.759
Ganho na alienação de bens.....	-	-	-	-	6.080
Receitas de variações monetárias.....	1.958	537	143	2.638	-

Os saldos e operações com partes relacionadas são realizados a preços e condições considerados pela Administração como compatíveis com os praticados no mercado, excetuando-se a forma de liquidação financeira, que poderá acontecer através de negociações especiais (encontro de contas).

Em reunião realizada, em 29 de maio de 2009, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a baixa de todo o acervo, de bens móveis e imóveis, existente em 30 de abril de 2009 nos sistemas operados pela COPASA MG de concessões que serão transferidas para a subsidiária COPANOR, com proposta de indenização pelo valor avaliado de acordo com fluxo de caixa descontado, totalizando R\$39.929, a serem pagos pelo Governo do Estado de Minas Gerais, por intermédio da subsidiária Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A – COPANOR. Os pagamentos ocorrerão na medida em que não forem realizados os respectivos distratos dos contratos de concessão a serem firmados entre a COPASA MG e os municípios. O valor residual contábil de todo o acervo patrimonial a ser transferido é de R\$14.726, em 30 de abril de 2009, e os acervos transferidos deixaram de gerar encargos com depreciação e amortização. No exercício de 2009 os ativos deixaram totalizar R\$6.004 e a receita pela alienação R\$6.080. No exercício de 2010 os ativos transferidos totalizaram R\$1.291, mas como os reembolsos previstos para outubro e dezembro de 2010 não foram efetivados, a Companhia efetuou a baixa destes ativos, no valor de R\$2.810 (R\$1.291 relativo a 2010 e R\$1.519 relativo a 2009), na conta de perdas eventuais.

➤ Fornecimento de energia
 A Companhia é um dos principais consumidores de energia elétrica do Estado de Minas Gerais, sendo a energia fornecida principalmente pela CEMIG, com o valor maior acionista, o Estado de Minas Gerais. A Companhia possui mais de 300 contratos de energia elétrica, sendo que cada um é específico de uma unidade consumidora, conforme Nota 11.

➤ Contratos de financiamento com o BDMG
 A Companhia celebrou diversos contratos de financiamento com o BDMG no curso normal de seus negócios.

➤ Contratos com a CODEMIG
 A Companhia assinou com a CODEMIG, no dia 22 de março de 2006, protocolo de intenções de cooperação técnica e, em 30 de junho de 2006, um contrato de arrendamento para assumir os direitos minerários das águas minerais de Araxá, Cambuquira, Caxambu e Lambari, conforme Nota 01.

➤ Garantia do Estado de Minas Gerais em contratos da Companhia com a União
 Os contratos abaixo relacionados descrevem garantias prestadas pelo Estado de Minas Gerais em contratos envolvendo a Companhia e a União:
 Contrato Particular de Confissão e Composição de Dívidas com União de 20 de janeiro de 1994: em caso de inadimplência contratual, a União ficou autorizada pelo Estado de Minas Gerais a: (i) compensar quaisquer quantias com recursos de receitas próprias e quotas de determinados tributos, em quantias suficientes para liquidação de referida inadimplência; e (ii) requerer a transferência de recursos existentes nas contas de centralização de receitas próprias do Estado de Minas Gerais mantidas junto a uma determinada instituição financeira, em quantias suficientes para liquidação de referida inadimplência. Em 31 de dezembro de 2010, o saldo em aberto desses contratos é de R\$112.130, conforme Nota 12.

Contrato de Confissão e Consolidação de Dívida com a União de 05 de agosto de 1998: o Estado de Minas Gerais cedeu e transferiu à União, créditos que foram feitos à sua conta de depósitos provenientes das receitas de determinados tributos, até o limite suficiente para pagamento das prestações e demais encargos devidos em cada vencimento. Em 31 de dezembro de 2010, o saldo em aberto desses contratos é de R\$54.459, conforme Nota 12.

➤ Remuneração do pessoal-chave da administração
 O pessoal-chave da administração inclui os Conselheiros e Diretores, membros do Comitê Executivo e o chefe de Auditoria Interna. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, por serviços de empregados, no exercício, está apresentada a seguir:

	31/12/2010	31/12/2009
Salários e outros benefícios de curto prazo, a empregados.....	3.434	3.165
Benefícios pós-emprego.....	28	97

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

público essencial, por expressa determinação constitucional. Entretanto, como o mérito da ação ainda não foi julgado, e muito embora existam manifestações do STF e do STJ, bem como reiterado entendimento da jurisprudência mineira, no sentido de que não haveria incidência do ICMS no fornecimento de água potável por empresas concessionárias desse serviço público, até o presente momento não há um entendimento definitivo do Poder Judiciário. Em razão da suspensão do recolhimento, o valor do referido imposto não está atualmente inserido no cálculo de tarifas da Companhia, não sendo cobrado dos clientes e, tampouco, repassado ao Governo Estadual bem como inexistem qualquer atuação por parte da Fazenda Estadual que justifique constituição de provisão para o referido imposto.

29. Pronunciamentos ainda não Vigentes com potencial Impactos nas Demonstrações Financeiras da Companhia

Alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional ou obrigatória para os exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2010. A Administração da Companhia avaliou os impactos destes novos procedimentos e interpretações e não prevê que sua adoção provoque um impacto material nas informações anuais da Companhia no exercício de aplicação inicial, conforme segue:

- **IAS 24 Exigências de Divulgação para Entidades Estatais e Definição de Parte relacionada (Revisada)** - Simplifica as exigências de divulgação para entidades estatais e esclarece a definição de parte relacionada. A norma revisada aborda aspectos que, segundo as exigências de divulgação e a definição de parte relacionada anteriores, eram demasiadamente complexos e de difícil aplicação prática, principalmente em ambientes com amplo controle estatal, oferecendo isenção parcial a entidades estatais e uma definição revista do conceito de parte relacionada. Esta alteração foi emitida em novembro de 2009, passando a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011. Esta alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- **IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação- Classificação do direitos de ações** - A alteração à IAS 32 é efetiva para exercícios sociais com início em ou após 1 de fevereiro de 2010, o IASB alterou o IAS 32 para permitir que direitos, opções ou warrants visando adquirir um número fixo dos próprios instrumento de capital da entidade por um valor fixo em qualquer moeda sejam classificados como instrumento de capital, contanto que a entidade ofereça direitos, opções ou warrants de maneira proporcional a todos os seus proprietários da mesma classe de seus próprios instrumentos de capital não derivativos. A Companhia não espera que esta alteração cause impacto significativo em suas demonstrações financeiras.
- **IFRS 9 Instrumentos Financeiros - Classificação e Mensuração** - A IFRS 9 encerra a primeira parte do projeto de substituição da "IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, baseada na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia não espera que esta alteração cause impacto significativo em suas demonstrações financeiras.
- **IFRIC 14 Pagamentos Antecipados de um Requisito de Financiamento Mínimo** - Esta alteração aplica-se apenas àquelas situações em que uma entidade está sujeita a requisitos mínimos de financiamento e antecipa contribuições a fim de cobrir esses requisitos. A alteração permite que essa entidade contabilize o benefício de tal pagamento antecipado como ativo. Esta alteração passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011. Esta alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- **IFRIC 19 Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital** - A IFRIC 19 foi emitida em novembro de 2009 e passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de julho de 2010, sendo permitida sua aplicação antecipada. Esta interpretação esclarece as exigências das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) quando uma entidade renegocia os termos de uma obrigação financeira com seu credor e este concorda em aceitar as ações da entidade ou outros instrumentos de capital para liquidar a obrigação financeira no todo ou em parte. A Companhia não espera que a IFRIC 19 tenha impacto em suas demonstrações financeiras.
- **Melhorias para IFRS** - O IASB emitiu melhorias para as normas e emendas de IFRS em maio de 2010 e as emendas serão efetivas a partir de 1º de janeiro de 2011. Abaixo elencamos as principais emendas que poderiam impactar a Companhia:
 - IFRS 3 - Combinação de negócios.
 - IFRS 7 - Divulgação de Instrumentos Financeiros.
 - IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras.
 - IAS 27 - Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
 - IFRIC13 - Programas de fidelização de clientes

A companhia não espera que as mudanças tenham impacto em suas demonstrações financeiras consolidadas. Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

30. Eventos Subsequentes

Em 10 de janeiro de 2011 a Companhia oficializou a compra de ações da empresa Foz de Jeceaba, conforme Acordo de Acionistas e Acordo de Investimentos firmados em 11 de fevereiro de 2010 entre a Companhia e as empresas Foz do Brasil e Odebrecht. A confirmação da transação se deu a partir da apresentação, pela Companhia, do comprovante de pagamento do montante de R\$21.800 referente às ações adquiridas e da assinatura dos documentos efetivando a transferência.

DIRETORIA EXECUTIVA

RICARDO AUGUSTO SIMÕES CAMPOS Diretor Presidente
LUIZ OTÁVIO ZIZA MOTA VALADARES Diretor Vice-Presidente
CARLOS GONÇALVES DE OLIVEIRA SOBRINHO Diretor de Meio Ambiente e Novos Negócios
VALÉRIO MÁXIMO GAMBOGI PARREIRA Diretor de Operação Sudoeste
GELTON PALMIERI ABUD Diretor de Gestão Corporativa
JUAREZ AMORIM Diretor de Operação Metropolitana
MÁRCIO LUIZ MURTA KANGUSSU Diretor de Operação Norte
MARCOS ANTÔNIO TEIXEIRA Diretor de Planejamento e Gestão de Empreendimentos
PAULA VASQUES BITTENCOURT Diretora Financeira e de Relações com Investidores

CONTADOR RESPONSÁVEL

GERALDO MAGELA MOREIRA CALÇADO Contador - CRCMG - 36.109
PACÍFICO AUGUSTO VIEIRA Superintendente de Contabilidade, Custos e Patrimônio CRCMG - 55.682

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

JOÃO ANTÔNIO FLEURY TEIXEIRA Presidente
RICARDO AUGUSTO SIMÕES CAMPOS Vice-Presidente
EUCLIDES GARCIA DE LIMA FILHO Conselheiro
FLÁVIO JOSÉ BARBOSA DE ALENCASTRO Conselheiro
ÊNIO RATTON LOMBARDI Conselheiro
JOSÉ CARLOS CARVALHO Conselheiro
ALBERTO DUQUE PORTUGAL Conselheiro
ALFREDO VICENTE SALGADO FARIA Conselheiro
RAFAEL ALVES RODRIGUES Conselheiro

ORÇAMENTO DE CAPITAL

Tendo em vista as projeções realizadas para o crescimento dos negócios em 2011, a Companhia realizará investimentos em expansão dos serviços de água, com obras de ampliação da capacidade de produção, expansão da capacidade de atendimento, implantação de sistemas e perfuração e instalação de poços. Além disso, serão investidos recursos em sistemas de esgotamento sanitário, em obras visando à expansão da capacidade de atendimento, implantação de sistemas, tratamento de esgoto e destinação adequada de efluentes (Programa Caça-egoto), dentre outros.

Para a realização dos investimentos a Companhia deverá utilizar recursos próprios da ordem de R\$200.000, que devem ser aplicados em investimentos diretos e como contrapartida de recursos de terceiros, que importam em R\$550.000. O investimento previsto para 2011 totaliza, R\$750.000.

A tabela abaixo sintetiza a destinação dos investimentos da Companhia para 2011:

PROGRAMA DE INVESTIMENTOS 2011

ÁGUA.....	271,0
ESGOTOS.....	462,0
OUTROS.....	17,0
TOTAL.....	750,0

PARECER DO CONSELHO FISCAL

1. Conselho Fiscal da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada em 11 de março de 2011, examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado, as Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2010.
2. Foram verificadas as seguintes propostas, que estão sendo encaminhadas pela Administração da Copasa à deliberação da Assembleia Geral Ordinária - AGO: 1º) aprovar as Demonstrações Financeiras da Copasa (Controladora e Consolidadas) do exercício social de 2010; 2º) aprovar a seguinte destinação para o lucro da Companhia, no montante de R\$677.125 milhões: R\$33.856 milhões serão destinados a compor a Reserva Legal; R\$2.661 milhões serão destinados a compor a reserva de incentivos fiscais; R\$224.213 milhões, destinados ao pagamento de Juros sobre o Capital Próprio imputados ao dividendo mínimo: R\$416.395 milhões serão destinados a compor a Reserva de Lucros Retidos, conforme o orçamento de capital contido no programa de investimentos (Lei n.º 6.404/76).
3. Com base nos exames efetuados e à vista do parecer da Ernst & Young Terco Auditores Independentes S/S, de 01 de março de 2011, apresentado sem ressalva, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação das referidas propostas a ser submetidas à discussão e votação na Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas da Copasa.

Belo Horizonte, 11 de março de 2011.

Paulo Elisiário Nunes
Presidente do Conselho Fiscal

Ângelo Leite Pereira
Conselheiro

Diogo Lisa de Figueiredo
Vice-Presidente do Conselho Fiscal

Maron Alexandre Mattar
Conselheiro

DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DO PARECER DE AUDITORIA INDEPENDENTE PELOS DIRETORES

Em atendimento aos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, o Diretor Presidente e os demais Diretores da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG, sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede na Rua Mar de Espanha, 525, Belo Horizonte - MG, inscrita no CNPJ sob nº 17.281.106/0001-03, declaram que:

1. reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Ernst & Young Terco Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras da Copasa referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010; e
2. reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Copasa relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010.

Belo Horizonte, 01 de março de 2011.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos

Administradores e Acionistas da

Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA, identificadas como Controladora e Consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes

para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

Ênfases

Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso das demonstrações financeiras individuais da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA, essas práticas diferem do IFRS somente no que se refere a avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins de IFRS seria custo ou valor justo, e pela correção monetária dos itens dos ativos intangível e imobilizado até 31

de dezembro de 1997, não registrada pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e registrada para fins de IFRS.

Conforme mencionado na Nota Explicativa 28, a partir de 20 de setembro de 1989, a Companhia passou a ser contribuinte, em regime especial, do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS, relativamente ao fornecimento de água tratada. De acordo com a opinião de seus assessores jurídicos, para consecução da referida cobrança seriam necessários atos normativos específicos regulamentando o assunto. Até o presente momento, não há nenhuma definição por parte do Poder Executivo Estadual quanto aos critérios de cálculo e exigência de cobrança do referido imposto; bem como, este não é parte integrante do cálculo tarifário da Companhia, o qual é promulgado pelo Governo do Estado de Minas Gerais. Consequentemente, o referido imposto não vem sendo cobrado dos consumidores e também não vem sendo provisionado pela Companhia ou repassado ao Governo Estadual.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Belo Horizonte (MG), 01 de março de 2011.

ERNST & YOUNG
Quality In Everything We Do

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S/S
CRC 2SP015199-0-6-F-MG

Flávio de Aquino Machado
Contador CRC - IMG 065.899/O-2